

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CEATEC - CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E TECNOLÓGICAS
POSURB - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

LAURA DE BONA

DO PORTO MARAVILHA AO CAIS:
patrimonialização e globalização na zona portuária do
Rio de Janeiro

CAMPINAS

2018

Ficha Catalográfica Elaborada por Marluce Barbosa
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI – PUC-Campinas

t711.4 De Bona, Laura.
D287d Do porto Maravilha ao Cais: patrimonialização e globalização na zona portuária do Rio de Janeiro / Laura De Bona. -Campinas: PUC-Campinas, 2018.
188 f.

Orientador: Manoel Lemes da Silva Neto.
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Pós-Graduação em Urbanismo.
Inclui bibliografia.

1. Espaços públicos. 2. Portos - Brasil. 3. Patrimônio cultural. 4. Urbanização. 5. Território nacional. 6. Políticas públicas. I. Silva Neto, Manoel Lemes da. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

CDD 22.ed. – t711.4

LAURA DE BONA


**“DO PORTO MARAVILHA AO CAIS: PATRIMONIALIZAÇÃO
E GLOBALIZAÇÃO NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE
JANEIRO”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Lemes da Silva Neto

Dissertação defendida e aprovada em 17 de Dezembro de 2018 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



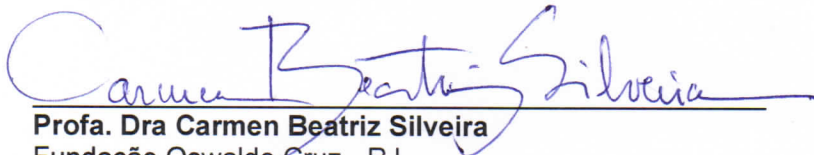
Prof. Dr. Manoel Lemes da Silva Neto

Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra Ana Cecília Mattei de Arruda Campos

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra Carmen Beatriz Silveira

Fundação Oswaldo Cruz - RJ

Ao meu pedacinho de céu, meu pequeno pesquisador.

Agradecimentos

Mais uma etapa se conclui.

Agradeço à minha peculiar família, composta por pais compreensivos e companheiros, que embarcam em todas as minhas ideias malucas. Ao meu filho, minha grata surpresa, meu pequeno pesquisador, que me ensina todos os dias novos modos de ver o mundo.

Agradeço ao meu orientador, Manoel Lemes, que me acompanhou nessa jornada e me ajudou a crescer muito além do que poderia imaginar. Seguimos!

Agradeço às professoras que participaram da banca de qualificação e defesa, Carmen Beatriz Silveira e Ana Cecilia Mattei de Arruda Campos, por suas sábias palavras e contribuições valiosas. Agradeço também às professoras Maria Eliza de Castro Pita e Cilene Gomes, por gentilmente se disponibilizarem como suplentes. Um beijo carinhoso para vocês, mulheres admiráveis.

Agradeço aos caros colegas do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC Campinas, que contribuíram de uma maneira ou de outra. Em especial, aos integrantes do LADEUR, heróis pessoais que guardarei com muito carinho. Aos professores do programa, que ajudaram a construir esse mestrado. Desejo que as amizades e parcerias não se encerrem com esse ciclo.

Agradeço aos amigos, que perto ou longe, forçadamente abriram mão de tempo junto por conta dessa minha empreitada. Eu não seria nada sem vocês.

Agradeço ao tempo, ao vento, às descobertas desse período de tanto crescimento.

E finalmente, agradeço o apoio financeiro recebido: o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“É como se o passado nevasse sobre nós.”

Régine Robin, *A Memória Saturada*

Resumo

Situado na área de Arquitetura e Urbanismo, esse trabalho analisa a patrimonialização como dinâmica particular do fenômeno contemporâneo de urbanização, por meio do projeto de requalificação da zona portuária do Rio de Janeiro e de suas relações com os modelos de gestão disseminados no âmbito das cidades globais. O tema relaciona-se à recorrência, em diversos países, de projetos de reestruturação urbana de áreas centrais, históricas ou degradadas, que visam estimular o crescimento econômico local e inseri-las na economia globalizada, processo que implica a “reinvenção simbólica” de narrativas para sua legitimação. Pelo estudo do caso do Porto Maravilha, em implementação na zona portuária do Rio de Janeiro desde 2009, articula-se a dimensão técnica da urbanização com a instrumentalização da dimensão subjetiva do patrimônio, da memória e da identidade dos lugares, na tentativa de elaborar uma reflexão crítica acerca da produção do espaço na contemporaneidade. A análise concentra-se em dois equipamentos culturais inseridos no projeto (Museu do Amanhã e Sítio Arqueológico Cais do Valongo) e verifica a espacialização dos agentes envolvidos na produção desses patrimônios. Relaciona-se a influência material e imaterial da globalização às dimensões local e simbólica da produção do espaço no período presente, a fim de se contribuir com uma proposição por outras formas de patrimonialização e de políticas públicas de caráter territorial, que considerem o cotidiano a partir do “território usado”.

Palavras-chave: Espaço, patrimônio, cidades globais, território usado, Porto Maravilha.

Abstract

On the context in the area of Architecture and Urbanism, this work analyzes patrimonialization as a particular dynamic of the contemporary urbanization phenomenon, through the requalification project of the harbor area of Rio de Janeiro and its relations with the urban management models disseminated in the scope of global cities. This theme is related to the recurrence, in several countries, of urban restructuring projects of central, historical or degraded areas, that aim to stimulate economic growth and insert them in the globalized economy, as a process that implies the "symbolic reinvention" of narratives for its legitimation. The case study of Porto Maravilha, which was implemented in the port area of Rio de Janeiro and has been elaborated ever since 2009, articulates the technical dimension of urbanization with the instrumentalisation of the subjective dimension of heritage, memory and identity of the places, in the attempt to elaborate a critical reflection about contemporary space production. The analysis concentrates on two cultural equipments inserted in the area (Museum of Tomorrow and Cais do Valongo Archaeological Site) and verifies the spatialization of the agents involved in the production of these heritages. The material and immaterial influence of globalization on the local dimension and the symbolic dimension of the production of space in the present period are related in the present work to the proposition for other forms of patrimonialization and public policies of territorial character, from the "territory as used".

Keywords: Space, heritage, global cities, territory as used, Porto Maravilha

Lista de Figuras

Figura 1 Detalhe do <i>Plano da cidade do Rio de Janeiro elevado em 1791 oferecido ao Ilmo. Senhor Concelheiro Luis Beltrão de Gouveia de Almeida chanceler da rellação desta cidade</i>	41
Figura 2 Detalhe da <i>Nova planta indicadora da cidade do Rio de Janeiro e subúrbios: incluindo as linhas de ferro-carris.</i>	44
Figura 3 <i>Planta da cidade do Rio de Janeiro indicando melhoramentos em execução, 1905</i>	46
Figura 4 Marc Ferrez: <i>O Álbum da Avenida Central</i> , Rio de Janeiro, João Fontes, Ex-Libris, 1982.	48
Figura 5 Esplanada onde estava situado o Morro do Castelo, após seu desmonte. Vista aérea do local em 1930..	50
Figura 6 Notícia de <i>O Malho</i> sobre a construção da Avenida Presidente Vargas.	51
Figura 7 Igrejas do Bom Jesus do Calvário (1796) e de São Pedro dos Clérigos (1733), demolidas pelas obras da Avenida Presidente Vargas.	52
Figura 8 Foto aérea do novo Porto do Rio de Janeiro, construído em aterro nos bairros Gamboa/Saúde/Santo Cristo (1958)	53
Figura 9 Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária do Rio de Janeiro.....	57
Figura 10 Mapa de Delimitação da Zona de Uso Misto (ZUM)	61
Figura 11 Gabaritos dos Subsetores da AEIU	62
Figura 12 Mapa de Delimitação dos Subsetores - Áreas Concentradas para Cálculo de CEPAC.....	64
Figura 13 Mapa turístico de atrações do Boulevard Olímpico durante os Jogos Paraolímpicos de 2016	66
Figura 14 Escombros de casas demolidas após remoção das famílias, na área da Cruzeiro, Morro da Providência	68
Figura 15 Circuito espacial produtivo do Boing 777	73
Figura 16 Museu do Amanhã, visto da Praça Mauá.....	75

Figura 17 Painel usado no circuito espacial produtivo, localizado no Hall do Museu do Amanhã.....	77
Figura 18 Monumento no Cais do Valongo e da Imperatriz	83
Figura 19 Localização do Cais do Valongo na base cartográfica de 1791	84
Figura 20 Pontos do Circuito Histórico da Celebração da Herança Africana	87
Figura 21 Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Ordem Econômica (global).....	94
Figura 22 Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Ordem Técnica Construtiva (global).....	95
Figura 23 Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Ordem Técnica de Conteúdo (global).....	96
Figura 24 Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Ordem Econômica (Global) .	98
Figura 25 Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Ordem Técnica Construtiva (Global)	99
Figura 26 Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Ordem Técnica de Conteúdo (Global)	100
Figura 27 Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Ordem Econômica (Brasil).....	101
Figura 28 Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Ordem Técnica Construtiva (Brasil)	102
Figura 29 Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Ordem Técnica de Conteúdo (Brasil).....	103
Figura 30 Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Ordem Econômica (Brasil).....	104
Figura 31 Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Ordem Técnica Construtiva (Brasil)	104
Figura 32 Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Ordem Técnica de Conteúdo (Brasil)	105

Lista de Quadros

Quadro 1 Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Levantamento Geral.....	78
Quadro 2 Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Síntese quantitativa	79
Quadro 3 Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Origem de Agentes - Ordem Econômica Brasil.....	80
Quadro 4 Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Origem de Agentes - Ordem Técnica Construtiva Brasil.....	81
Quadro 5 Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Origem de Agentes - Ordem Técnica de Conteúdo Brasil	82
Quadro 6 Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Levantamento Geral	88
Quadro 7 Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Síntese Quantitativa.....	89
Quadro 8 Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Origem de Agentes - Ordem Econômica Brasil.....	90
Quadro 9 Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Origem de Agentes - Ordem Técnica Construtiva Brasil.....	92
Quadro 10 Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Origem de Agentes - Ordem Técnica de Conteúdo Brasil	93

Sumário

Agradecimentos.....	5
Resumo.....	7
Abstract.....	8
Lista de Figuras.....	9
Lista de Quadros.....	11
Introdução.....	13
A (re)produção do espaço em tempos de globalização.....	17
Espaço – concepções teóricas.....	17
Cidades globais: redes e modelos	22
Paradigmas nos projetos de reestruturação de áreas históricas	25
Patrimônio, memória e identidade.....	28
Memória, história e identidade.....	28
Monumento, patrimônio e ícone: esclarecendo conceitos	31
Bens patrimoniais na atualidade: o papel da escolha (o que se mantém, o que se destrói) ...	35
Local e Global na zona portuária carioca: o projeto Porto Maravilha	38
Rio de Janeiro e o Porto Maravilha.....	40
Zona Portuária: marcos de passado, presente e futuro.....	40
Megaeventos e o Porto Maravilha	56
Críticas e Impactos à intervenção: outras visões do Porto Maravilha.....	65
Patrimônios da atualidade: Museu do Amanhã e Sítio Arqueológico Cais do Valongo	71
Circuitos espaciais produtivos: reflexões possíveis.....	72
Museu do Amanhã.....	75
Circuito espacial produtivo do Museu do Amanhã.....	77
Sítio Arqueológico Cais do Valongo.....	82
Circuito espacial produtivo do Sítio Arqueológico Cais do Valongo.....	88
Mapas da produção do patrimônio no Porto Maravilha.....	93
Por uma outra patrimonialização.....	107
Referências Bibliográficas.....	110
<i>Sites citados no trabalho</i>	115
Apêndices.....	117

Introdução

Esse trabalho parte de uma premissa científica: ver o mundo é uma questão de método.

Situado no campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo, a pesquisa desenvolvida para essa dissertação de mestrado analisou as articulações possíveis entre projetos de reestruturação urbana¹ e bens patrimoniais², vista a recorrência de intervenções realizadas em áreas urbanas históricas em diversos países, por vezes identificadas pelo poder público, pelo mercado e pela mídia como degradadas. Pautadas em discursos que reforçam a necessidade de *devolver* esses espaços para a cidade e para sua população, essas intervenções são propostas sobre a malha urbana existente visando à *adequação* do espaço a modelos internacionais vistos como bem-sucedidos – notadamente o caso de Barcelona, por exemplo, no início da década de 1990 (SÁNCHEZ, 2001). Com o avanço da globalização, é possível identificar, a partir da década de 1970, a recorrente apropriação de padrões de projetos urbanos internacionais, com o objetivo de inserir de forma competitiva, através desses, tais cidades no chamado “circuito das cidades globais e, com isso, atrair investimentos e promover o crescimento econômico local (SASSEN, 2008).

Milton Santos, em seu livro “A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção” (2014), define espaço como conjunto indissociável de sistemas de ação e sistemas de objetos. É a partir do conjunto de objetos continuamente transformados pela ação do homem que, a todo instante, as circunstâncias para a ação são criadas. Sonia Barrios (1986), de forma correlata, alega que as transformações do meio físico – ou a produção do espaço – dão-se por ações vinculadas à produção, à distribuição e ao consumo de meios materiais, gerando valores de uso, valores de troca e uma dinâmica nas relações sociais entre os envolvidos em tais práticas econômicas. Essas interações entre grupos distintos criam situações de poder pela maneira que a acumulação produzida pelas atividades econômicas é apropriada, fortalecendo ou reestruturando a organização social configurada. Ou seja, o espaço modificado é resultado

¹ Optou-se pela expressão “reestruturação urbana” devido a diferentes interpretações teóricas relacionadas a intervenções urbanísticas no espaço consolidado, como requalificação, revitalização, renovação, regeneração, entre outros. Essa escolha será discutida ao longo do trabalho.

² Entende-se como “bens patrimoniais” elementos de valor simbólico, como suportes de memória ou elementos indutores de identidades coletivas, sejam eles materiais, imateriais, históricos, naturais ou culturais.

deliberado (ou decorrente) da estrutura sociocultural produzida pelas relações de poder vigentes (BARRIOS, 1986).

No caso de projetos de reestruturação urbana de áreas históricas, é comum a presença de elementos – objetos, paisagens, práticas sociais – que se constituem enquanto elementos simbólicos estruturantes da identidade desses lugares. Esses elementos, representativos da sobreposição de tempos históricos no espaço, são comumente institucionalizados como bens patrimoniais, a fim de garantir sua conservação e preservação. Partindo do entendimento compartilhado por diversos autores (CHOAY, 2006; PAES-LUCHIARI, 2005; FERNANDES, 2006; SOUTY, 2013; SOTRATTI, 2016; entre outros), considera-se que bens patrimoniais, na atualidade, têm sido instrumentalizados e geridos como mercadoria em um segmento econômico apresentado como *indústria cultural*. Por isso, objetiva-se compreender sua produção enquanto tal.

A patrimonialização, ou proposição de políticas de ordenamento territorial voltadas ao patrimônio (COSTA, 2011), atribui valores patrimoniais a dado lugar a partir de mecanismos institucionais (como tombamento e/ou elaboração de planos pedagógicos), produzindo uma narrativa oficial que visa legitimar o ato de intervenção urbana para salvaguarda e consumo desses bens patrimoniais. Entretanto, a prática da patrimonialização não se restringe aos patrimônios históricos³. No caso da produção de patrimônios contemporâneos, ou edifícios e monumentos com valor patrimonial (com sentido de legado e transmissão do presente para o futuro), também ocorre essa construção de discurso simbólico de valorização.

Quanto à análise dessas dinâmicas de patrimonialização, sobre a produção contemporânea do espaço e de bens patrimoniais, o conceito de Circuitos Espaciais Produtivos (SANTOS, 1986) pode contribuir, especialmente no contexto de dissolução de fronteiras provocado pela globalização e pelas redes econômicas de cidades globais. Ao explorar as contradições presentes no processo de produção (produção, circulação, troca e consumo), os circuitos espaciais produtivos apresentam a divisão territorial do trabalho de

³Rogério Proença Leite e Paulo Peixoto (2009) apresentam a patrimonialização como um fenômeno de duplo alcance: enquanto estratégia de salvaguarda e atribuição de valor patrimonial, ou como “operações de natureza diversa (arquitetônica, paisagística, urbanística, política, cultural, comercial, etc.) cujos objetivos, independentemente de um reconhecimento formal, assentam na exacerbação de um patrimônio ou do valor patrimonial de um objeto, para efeitos de consumo visual, turístico ou sustentação de um mercado urbano de lazeres” (nota 1, p. 103).

determinada atividade produtiva, indicando, da produção ao consumo final, a espacialização dos agentes envolvidos. Visto que bens patrimoniais, na atualidade, são instrumentalizados como mercadorias, é possível – de forma correlata – identificar a participação das dimensões local e global na construção desses elementos tidos como fundamentais para a consolidação da identidade coletiva dos lugares e da sociedade.

Como objetivo geral do presente trabalho, articula-se orientações teóricas da sociologia, da geografia e do urbanismo relacionadas à patrimonialização, a fim de se estimular a reflexão sobre políticas territoriais endógenas, fundamentadas na categoria analítica Território Usado (SANTOS, 1999)⁴. Para tanto, parte-se do resgate de correntes teóricas relacionadas à produção do espaço e à consolidação do ideário das cidades globais, associado à evolução do conceito de patrimônio para identificar relações possíveis entre globalização, patrimonialização e urbanização.

Refletindo sobre os impactos de modelos globais em projetos de reestruturação urbana, planejados na dimensão local por estratégias de patrimonialização, questiona-se o modo pelo qual se definem os bens patrimoniais que devem ser preservados, assim como o impacto da produção de “novos patrimônios” nas cidades, apresentados como legados dos projetos de reestruturação urbana que os deram origem.

Na obra “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”, Milton Santos (2015) apresenta três dimensões do fenômeno da globalização – a fábula, a perversidade e a possibilidade –, utilizadas pelo autor para formular um projeto: a busca por outros futuros possíveis. Nessa dissertação, relacionam-se as três dimensões da globalização à patrimonialização: o discurso que legitima os projetos de requalificação pelos bens patrimoniais com a fábula, os interesses ocultos e os desdobramentos que aprofundam problemas urbanos estruturais com a perversidade, e o resgate do papel de bens patrimoniais na formação do imaginário coletivo e sentimento de pertencimento da população com a possibilidade. Essas dimensões, como no caso da globalização, são sincrônicas e só podem ser compreendidas se associadas. A relação da pesquisa com a obra é ainda mais profunda:

⁴O trabalho está inserido na proposta científica do LADEUR - Laboratório de Desenho de Estratégias Urbano-Regionais, que prevê a análise da produção do espaço no período contemporâneo a partir da abordagem do objeto de pesquisa pelo humanismo concreto.

permite associar o modelo das cidades globais à urbanização. Essa triangulação (espaço – patrimônio – globalização) é base da reflexão realizada.

Por intermédio da proposta metodológica desenvolvida por Bruyne et al (1977), a problematização apresentada orientou a formulação de hipóteses de trabalho que foram verificadas pela articulação dos planos analíticos estabelecidos pela pesquisa, que constituem as partes dessa dissertação: não se trata de uma análise cronológica, mas de uma análise orientada pela problematização. O título “Do Porto Maravilha ao Cais” incorpora a problematização do trabalho ao indicar que, sem o projeto de reestruturação urbana em curso, o Cais do Valongo – inscrito na Lista de Patrimônios da Humanidade – possivelmente não seria patrimonializado, visto que foram as conjunturas política e das obras do Porto Maravilha que viabilizaram o “descobrimento” do cais. Quanto à estrutura da dissertação, primeiro apresenta-se a reflexão sobre a produção do espaço em tempos de globalização, por meio de concepções teóricas sobre espaço e sobre as redes de cidades globais. Em segundo lugar, verificam-se as origens dos conceitos de patrimônio cultural, memória e identidade, suas apropriações contemporâneas, e como bens patrimoniais se relacionam com o projeto Porto Maravilha. Depois, elenca-se a formação da zona portuária do Rio de Janeiro e a implantação do projeto Porto Maravilha à luz dos megaeventos de 2014 e 2016, e apresenta-se a discussão sobre dois equipamentos culturais inseridos no projeto, objetos do exercício analítico apresentado na quarta parte: a verificação dos circuitos espaciais produtivos do Museu do Amanhã e do Sítio Arqueológico Cais do Valongo. Enfim, na quinta parte do trabalho, propõem-se considerações finais sobre a patrimonialização como uma das dimensões da urbanização na atualidade e a categoria Território Usado como possibilidade para formulação de políticas territoriais e, futuramente, uma outra patrimonialização.

A (re)produção do espaço em tempos de globalização

Pensar sobre o espaço na contemporaneidade demanda o esclarecimento de conceitos e categorias que irão subsidiar a reflexão. Parte-se da obra de Milton Santos, chamada “A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção” (2014), na qual o autor resgata o percurso intelectual de sua formulação do conceito “espaço geográfico”. A explanação fundamenta a apropriação da teoria de Sonia Barrios (1986), que apresenta a dinâmica social vinculada à (re)produção do espaço, que no período histórico atual está atrelada a relações econômicas, políticas e sociais estabelecidas pela globalização.

Essas relações se realizam no âmbito das cidades globais (SASSEN, 2008), que firmam circuitos econômicos globais desconectados das fronteiras nacionais. Tais diluições das fronteiras favorece a incorporação de padrões de projetos urbanos, estabelecendo modelos que, pelos “impulsos globais” (RIBEIRO e SILVA, 2004), são aplicados às particularidades de cada lugar e que produzem espaços cada vez mais homogêneos, voltados ao consumo e às demandas da economia globalizada.

Espaço – concepções teóricas

Em um primeiro esforço teórico, Milton Santos apresentava o espaço como um conjunto de fixos e fluxos: pela interação contínua entre os fluxos gerados por fixos (formas espaciais pré-existentes), que os transformam e geram novos fluxos, as condições ambientais e sociais se renovam e redefinem a realidade do lugar. Outra aproximação teórica da problemática pensava o espaço enquanto síntese entre a configuração territorial e as relações sociais. A configuração territorial é o conjunto dos sistemas naturais existentes e transformados pelos homens, que ganham sentido pelo fato das relações sociais que produzem essas transformações (SANTOS, 2014).

A continuidade do esforço teórico do autor resultou na proposição de que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2014, p. 65). Resgatando a concepção de Baudrillard (2015), os objetos seriam as coisas que os homens utilizam em sua vida cotidiana que, mais do que o papel de utensílios, exercem papéis de símbolos e signos. Essa dimensão simbólica constitui

imaginários que orientam a vida do homem, tornando-se dados da realidade e criando novas demandas que serão atendidas por objetos semelhantes ou novos. Ou seja, “toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a condições sociais” (SANTOS, 2014, p. 68). Esses objetos ganham complexidade técnica e se inserem em sistemas⁵ que incluem outros objetos e processos produtivos, não podendo ser pensados isoladamente: precisam ser pensados de forma contígua, na totalidade dos sistemas que configuram o espaço geográfico.

Esse raciocínio aponta para a dimensão do tempo, contida nos objetos. Sendo os objetos resultantes de demandas de dado momento histórico, eles cristalizam as ações que definiram suas formas. Outras formas de cristalização de ações, que não os objetos, seriam os costumes, as leis, dentre outras relações entre os homens que permanecem ao longo da história. Logo, a evolução social cria formas espaciais e condições não espaciais para ações humanas, que também transformam o espaço.

Isto posto, a ação humana é outro estruturante do espaço. Considera-se a ação como um processo dotado de propósito, subordinada a normas, que promove mudanças⁶. Nesse contexto, é importante destacar a distinção entre ação e *atividade*, como apresentado por Ana Clara Torres Ribeiro (2014). Segundo a autora, há a ação política, intencional, dirigida por valores, que visa a transformação real da sociedade em prol de um projeto coletivo; e há a ação pela ação, relacionada à atividade. Ou seja, a atividade é a simples realização de tarefas cotidianas que não demonstram a intencionalidade de modificar a condição geral da realidade. Para Ana Clara Torres Ribeiro, a aceleração contemporânea (SANTOS, 1993) está relacionada à proliferação da ação pela ação, ou da ação instrumental. No período histórico presente, as ações que antes eram dirigidas para atender os próprios fins da sociedade são regidas por racionalidades externas (SANTOS, 2014, p. 81).

⁵ “O enfoque geográfico supõe a existência dos objetos como sistemas e não apenas como coleções: sua utilidade atual, passada ou futura vem exatamente do seu uso combinado pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores. Seu papel pode ser apenas simbólico, mas geralmente também é funcional” (SANTOS, 2014, p. 73).

⁶ “Ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas” (SANTOS, 2014, p. 82).

Citando novamente Baudrillard, Milton Santos destaca que a descrição de um sistema de objetos depende da descrição de um sistema de práticas, pois objetos derivam de necessidades de cada período histórico. Tais objetos, resultantes de sistemas técnicos, que evoluem com as mudanças decorrentes dos novos sistemas de objetos, também implicam em novas formas de ação. Há uma correspondência entre a forma (dos objetos, resultante das técnicas) e função (necessidades relacionadas à ação). Enquanto há sobreposição de técnicas e formas no espaço, que podem permanecer, há também mudanças na função dessas formas, que afetam os sistemas de ação. Essa relação entre forma e função configura a noção de forma-conteúdo:

Nossa proposta da noção de forma-conteúdo (SANTOS, 1978) é, em geografia, o correlato dessa ideia de mistos ou híbridos e, ao mesmo tempo, da ideia de forma “monumental” (*forme événementielle*) de Diano (1994), noção talvez herdada de Aristóteles. A cada evento, a forma se recria. Assim, a forma-conteúdo não pode ser considerada apenas como forma, nem apenas como conteúdo. Ela significa que o evento, para se realizar, encaixa-se na forma disponível mais adequada a que se realizem as funções de que é portador. Por outro lado, desde o momento em que o evento se dá, a forma, o objeto que o acolhe ganha uma outra significação, provinda desse encontro. Em termos de significação de realidade, um não pode ser entendido sem o outro, e, de fato, um não existe sem o outro. Não há como vê-los separadamente. A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2014, p. 102-103)

Arelada à noção de forma-conteúdo, o autor destaca que a conjugação entre intencionalidade e técnica torna ações mais eficazes. A intencionalidade⁷ é determinante porque direciona as ações para a realização de projetos (de vida, de sociedade, de poder, etc.), que se dão em decorrência da configuração dos sistemas de objetos, resultando na complexidade que é o espaço. Enquanto a intencionalidade visa concretizar projetos, nem sempre ela é o bastante, visto que há outras dinâmicas sociais que representam projetos distintos e entram em conflito no espaço.

Lembremo-nos, porém, de que os resultados da ação humana não dependem unicamente da racionalidade da decisão e da execução. Há, sempre, uma cota de imponderabilidade no resultado, devida, de um lado, à natureza humana e, de outro, ao caráter humano do meio (SANTOS, 2014, p. 90).

⁷ “Mas a noção de intencionalidade não é apenas válida para rever a produção do conhecimento. Essa noção é igualmente eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e seu entorno” (SANTOS, 2014, p. 90).

De forma correlata, Sonia Barrios (1986) alega que as transformações do meio físico – ou a produção do espaço – se dão por ações movidas pela intenção da produção, da distribuição e de consumo de meios materiais, implicando na sua articulação com as relações sociais entre os envolvidos em tais práticas econômicas. Essas relações entre grupos distintos criam situações de poder pela apropriação da acumulação produzida pelas atividades econômicas, fortalecendo ou reestruturando a organização social configurada: “O espaço modificado surge então não como resultado natural da evolução sociocultural da humanidade, mas como produto intencional e não-intencional de uma ordem estabelecida” (BARRIOS, 1986, p. 5).

O Estado, a partir de princípios de caráter cultural-ideológico, tais quais a legitimidade da autoridade e a legitimidade de domínio⁸, assume a função de mantenedor da ordem estabelecida, garantindo a reprodução de relações de dominação. Atribuída ao Estado, a organização territorial incide nas práticas econômicas por meio de processos que impactam diretamente o espaço modificado, a exemplo da urbanização. Sendo o espaço modificado resultante da tensão entre diferentes forças sociais (inclusive a do Estado), ele se torna evidência física de uma lógica significada e justificada pelos agentes hegemônicos⁹, em particular as macroempresas e o Estado que lhes serve de porta-voz (SANTOS, 2014, p. 106). Portanto, é possível afirmar que o espaço, produzido socialmente, gera dinâmicas sociais que orientam a (re)produção do espaço.

Barrios explica que, em dado momento histórico, as práticas sociais buscam desenvolver reflexões acerca do homem sobre si mesmo, sobre a sociedade e sobre o espaço-tempo, para solucionar problemas do cotidiano; “gerar representações, valores, modelos,

⁸ “A viabilidade das ações políticas do Estado e dos grupos sociais funda-se ou na força ou na concorrência de dois princípios básicos de caráter cultural-ideológico. O primeiro se refere à *legitimidade de autoridade*, implicando o reconhecimento, por parte dos membros de uma sociedade, do direito que assiste a indivíduos ou instituições para que assumam a tomada de decisões a níveis diferenciados da estrutura social: pessoal, familiar, organizacional, subnacional. [...]O segundo princípio, que estabelece a condição sob a qual se define o exercício do poder com respeito aos elementos materiais, é o da *legitimidade de domínio*. Significa a aceitação, por parte de uma organização social, de que a autoridade se exerce sobre um determinado âmbito social que constitui sua jurisdição. As leis que se orientam no sentido de garantir a inviolabilidade do lar, o direito à propriedade e à integridade do território nacional são diferentes expressões da apropriação individual, familiar ou coletiva dos espaços em que se desenvolvem as atividades sociais” (BARRIOS, 1986, p. 7-8 – grifos da autora).

⁹ “Desse modo, o que garante a reprodução da dominação e o exercício da hegemonia são as condições objetivas mais as condições subjetivas: não se consegue imaginar outro projeto para a vida social, ou acreditar que existam outros valores além daqueles que já estão sendo difundidos na sociedade nesse momento” (RIBEIRO, 2014, p. 185).

interesses, aspirações, crenças e mitos interdependentes, os quais incidem sobre a prática do cotidiano e obrigam a decidir entre duas opções: manter e reproduzir a ordem existente ou transformá-la em novas maneiras de fazer e pensar”; e transmitir esses conteúdos culturais por processos de comunicação social (BARRIOS, 1986, p. 16). Embora não sejam ações com grande alcance, tratam-se de organizações e táticas de resistência. A organização do espaço social – ou, mais explicitamente, do espaço construído – torna-se campo de evidências concretas da evolução de uma sociedade devido a sua permanência pouco alterada a curto prazo, sendo espacialmente transformadas por práticas culturais.

Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos, isto é, portadores de ações concluídas mas ainda presentes. Esses objetos da ação são, desse modo, dotados de uma presença humana e por ela qualificados (SANTOS, 2014, p. 109).

Além das práticas sociais, há outras forças que interferem na transformação do espaço construído. Dentre elas, Ana Clara Torres Ribeiro e Catia Antonia da Silva (2004) identificam os chamados impulsos globais¹⁰. No âmbito da globalização, verifica-se a valorização de procedimentos de gestão e modelos que, pela transposição de fronteiras nacionais e disciplinares, reforçam estruturas hegemônicas consolidadas no poder.

Estes desafios, expressivos da acumulação na escala-mundo e da nova substância das relações sociais, podem ser reconhecidos na emergência de modos de gerir, que desarticulam âmbitos organizados da vida social, também responsáveis pela estabilização de disciplinas e visões de mundo (RIBEIRO e SILVA, 2004, p. 355).

Dos recursos desses novos modos de gestão, um que tem sido utilizado com frequência é a concepção de competitividade, que visa estimular meios para atração de investimentos. Ao transformar as condições herdadas – técnicas e sociais –, os impulsos globais reiteram a ação hegemônica pela alteração de imagens e representações da vida coletiva. As autoras destacam a capacidade de cristalização dessas imagens pela “incorporação do imaterial, da cultura, à renovação das condições urbanas de acumulação. Trata-se da produção artificial do

¹⁰ “Denominamos de impulsos globais os vetores que condensam informação e inovação, em seus elos com a nova gestão. Significam a emergência de uma forma de agir de natureza sistêmica e corporativa, que se apropria de condições herdadas e de níveis de controle da mudança permitidos pelo meio técnico-científico-informacional (Santos, 1994). Ao associarmos os impulsos globais à ideia de vetor, trazemos os processos atuais para o âmbito da difusão técnica expressiva da modernização das sociedades (e das metrópoles) periféricas” (RIBEIRO e SILVA, 2004, p. 351).

espírito dos lugares e da absorção mercantil (objetivada) de práticas sociais e culturais até recentemente espontâneas” (RIBEIRO e SILVA, 2004, p. 359). Nesse contexto, destacam-se especificamente os projetos de reestruturação urbana promovidos em áreas históricas de cidades pelo globo a partir de padrões vinculados à culturalização e à patrimonialização.

Cidades globais: redes e modelos

A globalização¹¹, fenômeno que inclui dentre suas características a intensificação de trocas globais, configura circuitos econômicos especializados compostos por grupos de cidades (SASSEN, 2008). Segundo Fábio Duarte e Clovis Ultramari (2007), dos integrantes desses circuitos da economia globalizada, há três categorias de cidades: cidades na globalização (influenciadas direta ou indiretamente pela dinâmica global), cidades globalizadas (“onde signos da globalização estão presentes, seja economicamente, seja arquitetonicamente, seja culturalmente pela adoção de padrões desconhecidos à tradição do local”) e cidades globais (“as poucas cidades capazes de verdadeiramente colocar em risco a ordem capitalista internacional devido a problemas diversos em seu tecido intra-urbano”).

Surgem as redes globais, estabelecidas pela dinâmica entre essas categorias de cidades, e das quais destaca-se o caráter de adaptação de seu funcionamento. Pelo fato de serem construídas a partir de relações, e não de características isoladas de cada uma das cidades, há flexibilidade quanto aos seus integrantes (DUARTE e ULTRAMARI, 2007). Apesar de autores como Sassia Sasken (2008), Fábio Duarte e Clóvis Ultramari (2007), João Sette Whitaker Ferreira (2007) e outros defenderem que as hierarquias que constituem essas redes são difíceis de serem alteradas, observa-se a divulgação de estratégias de planejamento que visam alçar cidades ao “seleto grupo que se posiciona destacadamente frente a uma infinita composição de outras cidades a essas submetidas” (DUARTE e ULTRAMARI, 2007), com linhas

¹¹ “A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política. [...] No fim do século XX e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária. Só que a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes. Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada” (SANTOS, 2015, p. 23-24).

de gestão e padrões de projetos urbanos induzidos pelos impulsos globais anteriormente citados.

Dentre as políticas urbanas que refletem essas circunstâncias da globalização, destacam-se projetos de reestruturação de áreas históricas e degradadas. Luís Mendes (2013) apresenta distinções entre processos de reabilitação, renovação, requalificação e regeneração urbana, e influências da mudança de paradigmas produtivos ocorridos com a superação do fordismo na produção das cidades¹². Para o autor, projetos de reabilitação urbana respeitam o caráter arquitetônico e urbanístico do território pela recuperação de edifícios e espaços urbanos “com o objetivo de melhorar as suas condições de uso e habitabilidade, conservando, porém, seu esquema estrutural básico e o aspecto exterior original” (2013, p. 35), enquanto projetos de renovação desconsideram o valor histórico da cidade, promovendo a “demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e a sua consequente substituição por um novo padrão urbano, como novas edificações” (2013, p. 35). Já os projetos de requalificação urbana, para Mendes, buscam recuperar a condição física do lugar, “podendo ser alterada a função primitiva de forma a dar resposta às exigências da época” (2013, p. 35). A regeneração urbana, por sua vez, envolve uma articulação entre Estado e sociedade, a fim de fortalecer potencialidades da área que receberá as intervenções e promover um crescimento econômico integrado às características locais.

Essas estratégias de reestruturação urbana surgem no contexto do Estado-Providência, quando o poder público promovia projetos de implantação de infraestrutura urbana para dinamizar a economia. Contudo, com a superação do fordismo – que viabilizava o controle estatal nas intervenções –, o novo quadro de acumulação flexível estabelece novas tensões entre Estado e agentes econômicos, resultando na redução no intervencionismo direto e na regulação da produção do espaço nas cidades. O resultado dessa retração do Estado potencializou projetos de regeneração urbana, que identificam “nas áreas urbanas abandonadas ou em processo de declínio, áreas oportunidade, para atrair investimento

¹² Cabe citar a observação de Claudio Antonio Santos Lima Carlos (2010): “A partir desse período [anos 1990], tornou-se usual a utilização de terminologias como ‘reabilitação’, revitalização’, ‘requalificação’, dentre outras, que dificultam mais do que facilitam o entendimento das reais intenções de propostas de conservação. Lélia Vasconcellos e Cristina Mello (2006 : 64) destacam que as várias nomenclaturas implicam numa verdadeira mixórdia de conceitos, reafirmada pelo poder público que ‘parece colaborar para essa confusão, legitimando novos termos, para manter o privilégio de definir quais culturas serão selecionadas e valorizadas, associando o tipo de intervenção ao *marketing* político’”.

privado e garantir a reprodução de capital imobiliário” (MENDES, 2013, p. 41), promovendo diferenciais locais que projetam a cidade nos circuitos econômicos globais para atrair investimentos.

O discurso “regenerativo” desse fenômeno é criticado por Neil Smith, fato retomado por Luís Mendes como “mecanismo de legitimação do poder instituído e da mobilização de grande investimento público que, em última análise, é desviado do auxílio aos mais carenciados, funcionando como subsídio aos mais ricos” (MENDES, 2013, p. 41), fortalecendo já instituídas desigualdades e a segregação de segmentos sociais no território (GUEVARA, 2015, p. 7). Essas transformações decorrentes das estratégias de gestão empregadas nesse contexto produzem o espaço que irá configurar novas condições e necessidades do território¹³, ou seja, as pré-condições da urbanização e produção do espaço, assegurando a reprodução do processo de acumulação¹⁴ (GUEVARA, 2015, p. 20).

Os que promovem a adoção desses mecanismos de gestão reforçam que as singularidades dos lugares são importantes, porém “as capacidades de comercializar, financiar, prestar serviços e investir, a nível global, precisam ser geradas: elas não são simplesmente um derivado do poder das empresas multinacionais e dos avanços nas telecomunicações. A cidade global é uma plataforma para produzir esses tipos de capacidades globais” (SASSEN, 2008). Definir a “cidade global” como plataforma para atingir as “competências” solicitadas pelo mercado global permite a associação com uma noção de “modelo”, uma espécie de “receituário” para seguir os passos de “casos de sucesso”. Um texto representativo desse entendimento foi elaborado por Manuel Castells e Jordi Borja (1996), no qual os autores apresentam a concepção de “planejamento estratégico de desenvolvimento econômico, social e urbano” (p. 154), que orienta as cidades que visam adotar esse modelo a atender cinco tipos de objetivos a fim de torná-las competitivas no cenário global: “nova base

¹³ “O território, para Milton Santos, não é organizado somente pelo Estado, como também, não está restrito, para Milton Santos, à dimensão política do espaço, ou seja, não é apenas um espaço delimitado pelas relações de poder (SOUZA, 2013). Há também o uso e apropriação do território por outros agentes. O território engloba as relações de poder, assim como, as relações econômicas e simbólicas” (QUEIROZ, 2014, p. 157).

¹⁴ “No obstante, el desarrollo de las fuerzas productivas entra rápidamente en contradicción con ese paisaje construido y requiere su permanente reformulación, con el resultado de que ninguna configuración regional o urbana persiste demasiado en el tiempo. De aquí se deriva la lógica permanente de transformación territorial que se evidencia en las ciudades latino americanas contemporáneas, que no tiene tanto que ver con las necesidades de habitación o empleo de la población, sino que muchas veces sigue la misma lógica de valorización del capital” (GUEVARA, 2015, p. 19).

econômica, infraestrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade” (p. 155). Outro fator destacado pelos autores é a consolidação de uma imagem e presença internacionais para as cidades e de um “patriotismo cívico” aos seus habitantes, que os estimulem à participação. Fernanda Sánchez (2001) discute a importância do marketing urbano e de técnicas de manipulação cultural na consolidação das chamadas “cidades-modelo”.

São características das “cidades-modelo” em projetos de reestruturação urbana a produção de uma imagem-síntese a ser veiculada para promover um discurso de “reinvenção da cidade”. Devido à transformação a ser promovida no espaço construído, essas reestruturações implicam na reorganização do espaço social, objetivando consolidar uma identidade territorial homogênea (SÁNCHEZ, 2001). Portanto, é interessante identificar os padrões projetuais que configuram esses modelos de (re)produção do espaço, espacial e socialmente.

Paradigmas nos projetos de reestruturação de áreas históricas

Como assinalado, há determinados “receituários” que estabelecem padrões de projetos de reestruturação urbana para inserção de cidades nos circuitos de cidades globais. No texto “Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos” (SÁNCHEZ et al, 2004), os autores analisaram os discursos de promoção de projetos de reestruturação urbana em cidades dos Estados Unidos (Boston, Baltimore, Nova York), da Europa (Londres, Barcelona, Berlim, Lisboa) e da América Latina (Buenos Aires, Belém do Pará, Fortaleza, São Luiz, Rio de Janeiro, Niterói e Vitória) e identificaram pontos convergentes nessas experiências.

Destacam-se as seguintes estratégias: “construção de um sentimento de crise” para a legitimação dos projetos, que exploram sentimentos de lealdade e pertencimento pela estruturação de determinados “projetos de cidades”; intervenções pontuais e planejamento por projetos, que atuam em fragmentos delimitados do território usualmente identificados como “abandonados” ou “degradados”, notadamente áreas monofuncionais como *waterfronts*¹⁵; renascimento da cidade por meio de grandes projetos urbanos, que constroem

¹⁵ A expressão *waterfront* remete a áreas portuárias, frentes marítimas ou ribeirinhas.

imagens de cidades “renascidas” por obras de estetização e embelezamento; “empresariamento” urbano e parcerias público-privadas, que viabilizam o financiamento dessas intervenções e a formação de consensos em torno dos benefícios dos mecanismos de gestão urbana; novas formas de valorização pela articulação com capitais imobiliários e com a indústria do turismo, que visam reduzir riscos e potencializar oportunidades econômicas decorrentes dos projetos de reestruturação; o *marketing* urbano como instrumento de atração de investimentos e atividades voltadas à cultura e ao turismo; edifícios icônicos e emblemáticos como âncoras projetadas por arquitetos mundialmente renomados; e a convergência programática e urbanística de diversos projetos, que promovem “centros históricos renovados, complexos empresariais, megaempreendimentos culturais e esportivos, portos e áreas retroportuárias [...] transformados em marinas e centros de cultura, lazer, aquários públicos, comércio, moradia e edifícios de escritórios” (SÁNCHEZ et al, 2004, p. 45-51).

Ideias como “inovação”, “*design*”, sustentabilidade (ambiental e econômica) e criatividade são estruturantes dessas estratégias citadas e largamente utilizadas no *marketing* que acompanha esses projetos. Claudia Seldin afirma que esses movimentos indicam uma nova fase do processo de “*culturalização do espaço*”:

Podemos afirmar que tal “*culturalização*” foi conflagrada a partir de uma forte tendência de renovação de áreas urbanas estratégicas, com o objetivo de criar ícones culturais capazes de competir a nível internacional por investimentos e turistas. Iniciada nos EUA nas décadas de 1970/1980 e depois difundida pela Europa Ocidental e, eventualmente, pelo resto do mundo, essa tendência de pareamento do Planejamento Urbano com a Cultura consistiu em uma resposta aos processos de desindustrialização então conflagrados, em especial nas cidades que antes se apoiavam prioritariamente na manufatura de bens de consumo (SELDIN, 2015, p. 70)

Segundo Lilian Fessler Vaz (2004), a transição da cidade industrial (definida pela estruturação da produção material) para a cidade pós-industrial (regida pela produção não-material) favoreceu a instrumentalização da cultura para promover crescimento econômico. A fim de atender demandas da atual “sociedade de consumo”, busca-se combater os efeitos da cidade industrial pelo incentivo a projetos de reestruturação urbana (como os citados anteriormente: revitalização, requalificação, etc.) que atendam às condições de produção e consumo da cultura e do turismo.

As transformações espaciais não são consideradas somente na sua dimensão físico-territorial, mas envolvem, em grau crescente, ponderações de ordem simbólica. O

lugar, a imagem e a identidade, elementos profundamente ancorados na cultura local se tornaram fundamentais. No mundo global, onde a modernização gerou a estandardização e a homogeneidade, e em que muitas cidades industriais viram diluir-se a sua identidade, a diferenciação através da pujança da identidade local se torna um trunfo essencial. E a identidade está fortemente ancorada na imagem e na cultura local. Neste sentido considera-se que é principalmente através da cultura que as cidades poderão se individualizar, acentuando suas identidades, marcando seu lugar no panorama mundial. A importância da economia cultural na cidade envolve, portanto, aspectos diferentes e entrelaçados, em que se destacam a indústria cultural, a indústria do turismo e a economia simbólica (VAZ, 2004).

Verifica-se, segundo Vaz (2004) e em concordância com os autores citados, dois princípios de revitalização, que usualmente ocorrem em simultâneo: “recuperação do ambiente histórico existente e a criação de equipamentos culturais como âncoras de projeto”. Nesse contexto, é notável a recorrência de casos que estabelecem como ícones da intervenção museus com arquiteturas extravagantes.

Museus, além de equipamentos culturais, são também instituições que preservam e salvaguardam acervos que representam a cultura, seja ela local, étnica, estrangeira, humana. Enquanto a culturalização promove a apropriação da cultura como forma de reforçar a identidade dos lugares contra a homogeneização decorrente da globalização, esses museus representam a institucionalização da memória. Essa relação é pertinente, visto que muitas vezes, além da culturalização como estratégia de recuperação de áreas degradadas, recorre-se à patrimonialização desses lugares – uma verdadeira constituição de “museu a céu aberto”.

Patrimônio, memória e identidade

Os impulsos globais que promovem padrões de (re)produção do espaço transformam objetivamente e subjetivamente a cidade. Como exposto, a cultura tem sido instrumentalizada para criar novos sistemas de objetos e novos sistemas de ação, especialmente nos casos de reestruturação urbana em curso nas áreas históricas, centrais e ditas degradadas. Por meio da culturalização e patrimonialização desses centros tradicionais, promove-se uma reinvenção simbólica não só da instância concreta, mas de costumes, tradições e modos de vida.

Propõe-se então a retomada dos conceitos de memória e história, estruturadores da identidade coletiva de dado espaço, que fundamentam a criação de bens patrimoniais que exercem o papel de suporte material e institucional da memória e da história da sociedade. Na sequência, discute-se o papel desses bens patrimoniais na atualidade, no contexto da globalização, e como as dimensões global e local se relacionam no caso da zona portuária do Rio de Janeiro.

Memória, história e identidade

Pierre Nora (1993) é frequentemente citado em reflexões sobre bens patrimoniais e identidade cultural¹⁶ por ter cunhado a expressão “lugares de memória”. Antes de apresentar o conceito, o autor esclarece sua interpretação sobre a distinção entre memória e história:

A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 9).

¹⁶ O conceito de identidade cultural é complexo, e esse trabalho não o explora. Partimos do entendimento que o patrimônio é estruturador da identidade coletiva, como expresso por Henri-Pierre Jeudy: “Um dos primeiros objetivos da ordem patrimonial é o de expressar a identidade de uma região, de uma nação, de um acontecimento histórico... essa referência obrigatória à identidade, transformada ela mesma na origem dos procedimentos de reconstituição do passado, ou de sua preservação museográfica, parece se opor ao fenômeno da globalização, funcionando como uma defesa contra a perda das identidades culturais” (2005, p. 22).

Cientes de que o texto foi escrito na década de 1980, na França, é pertinente algum cuidado com sua apropriação. A crítica à historiografia francesa é evidente, declarada, ou seja, o ensaio discute uma conjuntura muito específica. Contudo, ao distinguir história e memória como oposições entre razão e emoção, estático e dinâmico, universal e particular, passado e presente, sua reflexão se aproxima com aquela dessa dissertação. Em especial porque o autor coloca o Estado-nação como estruturador entre esses termos: “História, memória, Nação mantiveram, então, mais do que uma circulação natural: uma circularidade complementar, uma simbiose em todos os níveis, científico e pedagógico, teórico e prático” (NORA, 1993, p. 11).

Partindo do entendimento da memória enquanto fenômeno plural, coletivo e dinâmico, ela não é apropriável ou passível de regulação pela figura do Estado. Porém, como apresentado por Sonia Barrios (1986), o Estado exerce seu poder por princípios culturais-ideológicos que atribuem legitimação social à instituição. Essa legitimação se dá, dentre outras maneiras, pela construção de uma história nacional. No caso francês, a revolução de 1789 construiu uma narrativa histórica sobre elementos de memórias coletivas que legitimasse a consolidação da nação. É nesse contexto, também, que a história se consolida enquanto ciência social, como campo disciplinar teórico e prático. Exemplo desse processo de construção identitária, vinculada à produção simbólica de marcos referenciais, é a obra organizada por Eric Hobsbawm e Terence Ranger, chamada “A invenção das tradições” (2015). Na introdução, Hobsbawm destaca que tradições profundamente enraizadas no imaginário coletivo e no cotidiano por vezes não são tão antigas, quando não foram deliberadamente inventadas¹⁷. O autor distingue tradição de costume: a primeira é marcada pela invariabilidade; o segundo é mais flexível, dinâmico, se refere a transmissão e continuidade de certos valores. Ambos, no entanto, tem papel pedagógico que pode inculcar sentimentos de identificação – como as narrativas históricas pautadas no patrimônio.

¹⁷ “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade como um passado histórico apropriado” (HOBSBAWM e RANGER, 2015, p. 8).

A paisagem – elemento constituinte e evidência concreta desse espaço modificado¹⁸ – altera-se pouco em curto prazo. Contudo, há resquícios concretos que permanecem ao longo do tempo, tornando-se referências de períodos passados e elementos constituintes da identidade e do imaginário dos lugares. Essa sobreposição de tempos pode ser associada à aceleração contemporânea (SANTOS, 1993). Mais do que a aceleração técnica, relacionada à velocidade de deslocamentos, do crescimento exponencial do consumo e do conhecimento, trata-se da consolidação de novos ritmos que banalizam o próprio avanço técnico.

Esse efêmero não é uma criação exclusiva da velocidade, mas de outra vertigem, trazida com o império da imagem e a forma como, através da engenharia das comunicações, a serviço da mídia, ela é engendrada, um arranjo deliberadamente destinado a impedir que se imponha a ideia de duração e a lógica da sucessão (SANTOS, 1993).

Essa vertigem resultante da aceleração contemporânea promove uma sensação de constante ressignificação. Decorrem dessa percepção de perda de referências os extensivos esforços de conservação: da memória, do *savoir-faire*, dos valores e tradições. Emergem assim técnicas e práticas de preservação em nome da transmissão desses atributos simbólicos que constituem as identidades e o senso de pertencimento.

Essa reivindicação identitária, que respondia a um instinto de sobrevivência da comunidade, parece ter sido exibida de maneira desproporcional em relação à realidade da ameaça. A função identitária concedida ao patrimônio parece ter caído ainda na armadilha da evidência de sua necessidade. Ao dar esse sentido identitário à preservação das memórias coletivas, a lógica da conservação cumpre sua função social e política: todo símbolo patrimonial vem conjurar a “morte das antigas trocas simbólicas” cobrindo, por intermédio da nostalgia compartilhada, o déficit de sentido induzido. O que está em vias de desaparecer deve ser magnificado (JEUDY, 2005, p. 26-27).

Embora tenha ganhado força nas últimas décadas, a salvaguarda desses suportes materiais e imateriais da identidade coletiva, movida pelo “dever da memória”, não é prática recente. Há séculos recorre-se a elementos concretos que exerçam esse papel de transmissão. Esses elementos podem ser monumentos (construídos intencionalmente com fins de

¹⁸Esse trabalho utiliza o conceito geográfico de paisagem, segundo Milton Santos: “A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objeto, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente” (SANTOS, 2014, p. 103-104).

rememoração), patrimônios históricos (remanescentes de outros períodos cujo valor simbólico é atribuído posteriormente) ou ícones (que, independente de valores memoriais ou históricos tornam-se referências, ou marcos), e possuem atributos e valores simbólicos inerentes. Portanto, é pertinente esclarecer as distinções entre monumento, patrimônio e ícone. Apesar de apresentarem relações entre si, esses três conceitos têm raízes distintas e são apropriados de maneiras diferentes na contemporaneidade.

Monumento, patrimônio e ícone: esclarecendo conceitos¹⁹

O conceito de monumento consolidou-se durante o período do Renascimento. Segundo Françoise Choay (2006), o termo deriva do latim *monumentum*, que por sua vez deriva do verbo *monere*, o que adverte, lembra. Ou seja: monumentos são objetos ou edifícios públicos que possuem valor simbólico, construídos com objetivo de rememoração. Esse sentido original transformou-se ao longo da história, sendo entendido como testemunho do passado, tal qual “o poder, a grandeza, a beleza: cabe-lhe, explicitamente, afirmar os grandes desígnios públicos, promover estilos, falar à sensibilidade estética” (CHOAY, 2006, p. 19); objeto em que “ao prazer suscitado pela beleza do edifício sucedeu-se o encantamento ou o espanto provocados pela proeza técnica e por uma versão moderna do colossal” (CHOAY, 2006, p. 19).

As práticas relacionadas aos monumentos (comemorativos, com finalidade de transmissão de valores) e monumentos históricos (cujo valor está na persistência do objeto no tempo, independente de intenção memorial inicial) também se transformaram. Inicialmente, eram práticas relacionadas à atividade dos antiquários, que consideravam apenas exemplares do período da Antiguidade Clássica, essencialmente relacionados às culturas grega e romana. As atividades realizadas pelos antiquários, a partir do século XVI, consistiam na catalogação de ruínas, obras de arte e objetos para estudo – atividade muito restrita, praticada por poucos eruditos, e que deram origem a concepção moderna de museu. Contudo, os ideais iluministas que pregavam a razão e a disseminação do conhecimento, implicaram na sistematização dos procedimentos de catálogo, fortalecendo a importância da

¹⁹ A discussão realizada nesse trecho do trabalho deriva do artigo apresentado em colaboração com Manoel Lemes da Silva Neto, no V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, realizado em outubro de 2018 em Salvador, Bahia.

representação e de metodologias inspiradas nas ciências naturais como a botânica. Choay destaca que as metodologias empregadas valorizavam a originalidade dos monumentos, estimulando peregrinações para observação *in situ*, mesmo que o entorno (a paisagem) não fosse considerado nas representações elaboradas.

Remetendo à ocasião da Revolução Francesa, iniciada em 1789, Françoise Choay (2006) relata que no processo de transição do Antigo Regime para a República ocorreram atos de vandalismo, promovendo a destruição de artefatos representativos da ordem social anterior. Essa postura iconoclasta, a princípio, foi inclusive incentivada pelo Estado recém-criado pela publicação de decretos. Entretanto, logo se percebeu o potencial valor econômico dos bens que estavam sendo destruídos, e verificou-se uma mudança de postura: os bens confiscados de instituições como a monarquia e a igreja, principais alvos da Revolução, foram declarados como patrimônio da nação (no sentido de propriedade), que seriam administrados e protegidos pelo Estado. Esse processo de institucionalização do patrimônio nacional envolvia o “tombamento” ou inscrição do bem nos autos públicos, o inventário desses bens e a posterior destinação para proteção ou venda. Além de viabilizar arrecadação de fundos para o Estado, esse reconhecimento formal do valor simbólico do patrimônio foi fundamental na construção da nova identidade nacional (pós-revolução), pois nessa época já existia o entendimento de que a identidade e a memória coletiva necessitam de um suporte material para sua constituição, e o caráter de herança cultural já era valorizado. É a esse período de instrumentalização de suportes de memória para estruturação da identidade nacional que Pierre Nora (1993) se refere, estabelecendo a relação entre memória, história e nação.

No século XIX, com a revolução industrial, a mudança de paradigmas e modos de produção afetou completamente a dinâmica das aglomerações urbanas europeias e o entendimento científico acerca do fenômeno urbano que se consolidava. Nesse século, observa-se: a formação de disciplinas como o urbanismo e o restauro; reestruturações urbanísticas complexas como o Plano Haussmann, em Paris, a expansão de Barcelona com o Plano Cerdà e a reforma de Viena; a consideração das malhas urbanas como patrimônio histórico a partir de correntes teóricas como a de John Ruskin e William Morris, na Inglaterra, e Gustavo Giovannoni, na Itália. Em decorrência, consolida-se o entendimento de que o patrimônio histórico é parte constituinte da paisagem, e que duas correntes de preservação tornaram-se predominantes: o restauro segundo as concepções de Viollet Le Duc – onde a

reconstrução não se restringe às características originais do edifício –, e a corrente teórica segundo as concepções de Ruskin e Morris – que valorizam a originalidade do edifício e preveem intervenções pontuais e imperceptíveis para garantir a estabilidade do patrimônio. A aceleração provocada pelo avanço técnico nos meios de produção, transporte e produção do conhecimento repercutiram, criando uma sensação de ruptura irreversível na história. Esse mal-estar se refletiu em movimentos artísticos e intelectuais, dentre os quais havia aqueles que almejavam formas de preservar os modos de vida passados, como as correntes inglesas e italianas citadas.

Dentre os esforços de conceituação e teorização desenvolvidos nesse período, destaca-se a obra de Alois Riegl, publicada no início do século XX. Segundo Choay (2006), Riegl é o primeiro autor a distinguir monumentos e monumentos históricos: “Uns, ditos ‘de rememoração’ (*Erinnerungswerte*), são ligados ao passado e se valem da memória. Outros, ditos ‘de contemporaneidade’ (*Gegenwartswerte*), pertencem ao presente” (p. 168). Os valores de rememoração podem estar relacionados à memória (tradições), à história e à história da arte ou ao valor de ancianidade (testemunho cronológico), enquanto os valores de contemporaneidade podem se relacionar à qualidade artística (relativo ou de novidade) ou de uso. A partir dessa corrente teórica, é possível relacionar as concepções de monumento e patrimônio à difusão da arquitetura icônica no século XX.

A origem do termo ícone está na categoria semiótica de índice e pode ser relacionada à categoria de marco²⁰, proposta por Kevin Lynch no livro “A imagem da Cidade”, publicado no final da década de 1950. Tratam-se de elementos que exercem, na área de arquitetura e urbanismo, a “função de identificação e representação mental de certos ambientes urbanos ou de cidades inteiras auxiliando na imaginabilidade de uma respectiva cidade ou região” (p. 10). Muitas vezes marcados pela distinção de sua forma, edifícios icônicos tornaram-se mais frequentes nas últimas décadas do século XX. João Francisco Gallo de Almeida (2012) descreve o fenômeno de reprodução de edifícios espetaculares como “construção de edifícios de

²⁰ “Os marcos, pontos de referência considerados externos ao observador, são apenas elementos físicos cuja escala pode ser bastante variável. (...) Uma vez que o uso de marcos implica a escolha de um elemento dentro um conjunto de possibilidades, a principal característica física dessa classe é a singularidade, algum aspecto que seja único ou memorável no contexto. Os marcos se tornam mais fáceis de identificar e mais passíveis de ser escolhidos por sua importância quando possuem uma forma clara, isto é, se contrastam com o plano de fundo e se existe alguma proeminência em termos de sua localização espacial” (LYNCH, 1997, p. 88).

formas sintéticas e esculturais que atuam como marcas, construídos com as assinaturas dos chamados *starchitects* (ou arquitetos-celebridades) em busca de sucesso instantâneo de público (e sobretudo, turistas), visibilidade na mídia e consequente retorno financeiro” (p. 8). Mais do que um referencial no entorno, um produto. Para Almeida, edifícios icônicos tornaram-se uma estratégia recorrente que visou estimular o crescimento econômico de dada região, especialmente a partir da experiência do museu Guggenheim em Bilbao, projetado por Frank Gehry, porém remetem a experiências anteriores, das quais se pode destacar o Museu Guggenheim de Nova York, projetado por Frank Lloyd Wright; o Terminal TWA em Nova York, projetado por Eero Saarinen; a Opera House em Sydney, projetado por Jørn Utzon, e o Centro Georges Pompidou em Paris, projetado por Renzo Piano e Richard Rogers. Esses projetos foram realizados entre as décadas de 1950 e 1960, no período de dissipação do chamado Movimento Moderno, cada um ganhando prestígio internacional por sua singularidade.

O Movimento Moderno na arquitetura e urbanismo tem como marco fundador a criação dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) a partir do final da década de 1920. O grupo que participava desses congressos buscava formular um Estilo Internacional de arquitetura com novas premissas de projeto, que se pautavam em ideários racionalistas. A radicalidade do Movimento pode ser exemplificada por sua aversão aos ornamentos, a aproximação de técnicas de industrialização da arquitetura e a noção de *tabula rasa*, descrita por Clarissa da Costa Moreira como: “intenção de transformar a cidade e de criar algo ‘novo’, de decidir sobre seu presente e seu futuro (e também sobre seu passado) e, para tal, por vezes, destruir partes ou, em seu auge, destruí-la completamente ou abandoná-la, e fazer uma nova cidade ou novas partes dela” (2004, p. 18). Vale notar que *tabula rasa* também remete à abordagem do Movimento em relação aos monumentos históricos e patrimônios existentes que, de forma análoga à Revolução Francesa, representavam um passado a ser superado.

Almeida (2012) defende que os edifícios icônicos surgem como resposta de “movimentações críticas que visavam superar as notáveis insuficiências da arquitetura moderna desenvolvida sob a hegemonia do ideário racionalista” (p. 119), buscando maior expressividade artística e, também, maior identificação com a população não instruída nos valores da arquitetura moderna. Por sua vez, Moreira (2004) reforça o entendimento desse distanciamento do Movimento Moderno com a sociedade, pela “desconsideração das

culturas, dos desejos, dos hábitos humanos e a crença excessiva no poder transformador da arquitetura e do urbanismo” (p. 43). Essa desconsideração com a cultura e às estratégias de *tabula rasa* propiciou o fortalecimento de movimentos populares em prol da preservação de elementos da paisagem pelos vínculos afetivos criados entre os bens e a população, não se restringindo às obras selecionadas para preservação por técnicos.

Para essa reflexão, parte-se do entendimento de que os movimentos organizados na contraposição dos ideais promovidos pelo Movimento Moderno estimularam a apropriação coletiva de edifícios como bens patrimoniais não apenas por seu valor histórico e por sua permanência na paisagem, mas por seus valores artísticos, de uso ou de rememoração, independente de se tratarem de obras contemporâneas ou históricas. Isso inclui os edifícios icônicos, que por sua característica “popular” – não é necessário possuir conhecimento técnico específico para estabelecer um vínculo com esses edifícios –, por sua singularidade na paisagem tornam-se marcos (LYNCH, 1997) e referências simbólicas de identidade.

Dado que é possível relacionar edifícios icônicos à evolução histórica de patrimônio e monumento, surge um questionamento: na atual conjuntura de globalização, qual o papel desses bens patrimoniais, quando tal conjuntura é marcada pela chamada aceleração contemporânea? Como eles se relacionam com a produção do espaço?

Bens patrimoniais na atualidade: o papel da escolha (o que se mantém, o que se destrói)

Com a difusão de correntes preservacionistas, o vínculo entre a produção do espaço e a ordem simbólica da cultura local tornou-se fundamental. A potencialização da cultura, nesse contexto, possibilita a exacerbação da singularidade dos lugares e de suas identidades no cenário global, implicando a consolidação de uma indústria cultural, do turismo e de economia simbólica (VAZ, 2004). Diversos autores defendem que, na constituição dessa indústria cultural, as principais mercadorias são os bens patrimoniais (CHOAY, 2006; PAES-LUCHIARI, 2005; FERNANDES, 2006; SOUTY, 2013; SOTRATTI, 2016; entre outros), os quais, a fim de se estimular o turismo e a exposição midiática, promovem a apropriação desses valores simbólicos inerentes às identidades e práticas culturais na construção de categorias culturais singulares, formulando novas territorialidades pautadas no consumo mundializado. Inserido na lógica de uma fase semiótica do capitalismo, “onde o poder do signo toma o lugar do objeto” (PAES-LUCHIARI, 2005, p. 96), o turismo legitima práticas de preservação do

patrimônio e a consolidação de narrativas consagradas por um grupo cultural dominante, cujo “novo caráter simbólico e pseudodemocrático do patrimônio turistificado sublima a redução narrativa exercida ideologicamente pelo planejamento e extrapola um sentido distorcido e lugar da memória para a cidade e para o mundo” (SOTRATTI, 2016, p. 311).

Comumente associado a projetos de reestruturação urbana, a patrimonialização de determinado lugar promove a atribuição de valores patrimoniais a bens existentes para justificar a intervenção pela recuperação de lugares históricos da cidade. Cabe lembrar a observação de Choay (2006) sobre as distinções de estabelecidas por Riegl:

O monumento é uma criação deliberada (*gewollte*) cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado (*ungewollte*) e criado como tal; ele é constituído a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa de edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte. Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial (CHOAY, 2006, p. 25-26).

Partindo do entendimento anteriormente apresentado sobre a relação entre monumento e memória coletiva, Paes-Luchiari (2005) aponta que “tanto ela pode ser herdada do passado, como, simplesmente, projetada no futuro. A paisagem é uma herança que pode ou não ser preservada, ela também pode ser deliberadamente construída para tornar-se simbólica” (p. 96). Como exemplo dessa construção histórica deliberada da paisagem e de narrativas, Alessia de Biase (2001) comenta a construção artificial de lugares de memória (NORA, 1993) por projetos que constituem verdadeiras ficções arquitetônicas, que visam espacializar na paisagem ideologias como suporte para a construção identitária do lugar. Entretanto, esses lugares não são os espaços residuais representativos da dinâmica espontânea de grupos sociais como o conceito de Nora, mas cenários que retratam a eleição de uma das possíveis histórias que é veiculada e consumida como oficial. Novamente, a “invenção de tradições” (HOBSBAWM e RANGER, 2015), mediada pela produção do espaço.

Henri-Pierre Jeudy também reforça essa criação deliberada de memórias e patrimônios ao afirmar que bens patrimoniais criados no presente são reflexo do “espírito patrimonial”, instituído no período histórico atual, e se justificam pelo “registro da conservação presumida para os tempos futuros” (2005, p. 16). Ou seja, são patrimonializados elementos selecionados do cotidiano que deverão ser transmitidos para gerações futuras.

Nesse processo de formulação discursiva, é possível notar uma relação com a postura do Movimento Moderno quanto a seletividade do que se deve “preservar” e do que se deve “esquecer”²¹.

Associada a essa formulação intencional de significados, ocorre a objetificação dos bens patrimoniais, abstraindo conteúdos inerentes a eles que os transforma em objetos passíveis de serem consumidos como mercadorias (FERNANDES, 2006, p. 54). A conversão de valor de uso em valor de troca viabiliza o consumo cultural fomentado pelo turismo, influenciando na produção do espaço e da sociedade: “lazer e cultura confluem para um processo unificado, onde o valor do novo, o valor de novidade e o valor de história comparecem associados e interdependentes e para os quais processos culturais e históricos devem ser modificados e depurados” (p. 58). A produção de edifícios icônicos torna-se profícua nesse cenário, visto que por sua singularidade são representantes desse valor de novidade, estimulam a atração de turistas e investimentos, e instituem novas urbanidades. Trata-se do que Lilian Fessler Vaz (2004) apontou como transformação entre abordagem culturalista (característica da década de 1960) e o “culturalismo de mercado”:

Nesta metamorfose, a cultura se torna grande negócio da cidade-mercadoria, e esta se torna cada vez mais espetacular. Há que se considerar, portanto, dois pontos de inflexão no que se refere ao cultural: o primeiro, que remete à revitalização associada à memória, ao patrimônio e a demandas locais, e o segundo, que remete à mercantilização, à globalização e à espetacularização da cidade e da cultura (VAZ, 2004).

Díaz e Salinas (2016) complementam sobre o processo de valorização simbólica, no caso da reestruturação de áreas degradadas e estigmatizadas. Os autores destacam que essa ressignificação não é apenas resultado da recuperação material desses lugares, mas de uma estratégia deliberada de produção de significado. Apresentada por Henri Lefebvre, a concepção de “consumo do espaço urbano” contribui nesse processo, visto que os símbolos de distinção e estilos de vida também agregam valores. Isto posto, segundo os autores,

²¹“O que predispõe à seleção na conservação patrimonial? O princípio de reflexividade permite acreditar que, contra o risco do esquecimento, as escolhas da conservação patrimonial não podem mais ser arbitrárias. Tudo concorre virtualmente para produzir um efeito de espelho salutar para a preservação da ordem simbólica de uma sociedade. A produção atual de ‘lugares memoráveis’, locais e monumentos, tende a provar que seu aspecto simbólico é ‘gerável’. Os organizadores do patrimônio podem assim acreditar que detêm os meios de tratar as representações comuns desses ‘lugares memoráveis’ como um capital simbólico. As memórias são ‘colocadas em exposição’ para que o reconhecimento de sua singularidade seja igualmente assegurado” (JEUDY, 2005, p. 22).

territórios estigmatizados por estilos de vida e símbolos historicamente consolidados podem ser adequados por estratégias de inversão simbólica planejada: publicidade, *marketing* urbano, megaeventos, etc.

Na medida em que os monumentos, patrimônios e ícones são elementos constituintes da paisagem e que a paisagem pode ser reestruturada por projetos urbanos, esses bens patrimoniais podem ser (e são) instrumentalizados para essa inversão simbólica planejada. A patrimonialização – de elementos existentes ou construídos com a finalidade de legado – permite a atribuição do valor econômico pelo tombamento institucional e pela “reinvenção” discursiva dos lugares.

Local e Global na zona portuária carioca: o projeto Porto Maravilha

Historicamente formada, a noção de monumento que inicialmente remetia à suportes de memória foi transformada sucessivas vezes, culminando no atual entendimento de patrimônio, no âmbito da globalização e da indústria cultural. A zona portuária do Rio de Janeiro também foi constituída ao longo de mais de quatro séculos, sendo marcada por sua vocação portuária e socialmente estigmatizada nos últimos 250 anos de sua existência.

Sucessivos projetos foram elaborados para sua “recuperação”, envolvendo processos de modernização das atividades portuárias e projetos de reestruturação urbana, com destaque para a reforma promovida pelo prefeito Francisco Pereira Passos, no início do século XX. Esses projetos de modernização visavam desconfigurar sua formação notadamente proletária e culturalmente diversa, a fim de reinserir a região no contexto da economia capitalista.

O último projeto de modernização ocorre à luz da realização de megaeventos esportivos, na virada da década de 2010, pela Operação Urbana Consorciada Porto do Rio, a qual reflete os princípios apontados por essa dissertação, como a (re)produção do espaço movida pelos impulsos globais que impõem estratégias de gestão urbana e implantação de projetos movidos por noções como culturalização e patrimonialização.

A proliferação de imagens, eventos, festivais, ícones arquitetônicos, espaços públicos renovados e primorosamente desenhados, cuja dimensão simbólica é potencializada e enobrecida pela cultura, se torna matéria prima para o marketing urbano. Anuncia-se a cultura e a cidade revitalizada – um espetáculo a ser consumido (VAZ, 2004).

Parte-se então para a reflexão sobre a formação da zona portuária do Rio de Janeiro e a discussão sobre a conjuntura que viabilizou a proposição e implantação do Projeto Porto Maravilha.

Rio de Janeiro e o Porto Maravilha

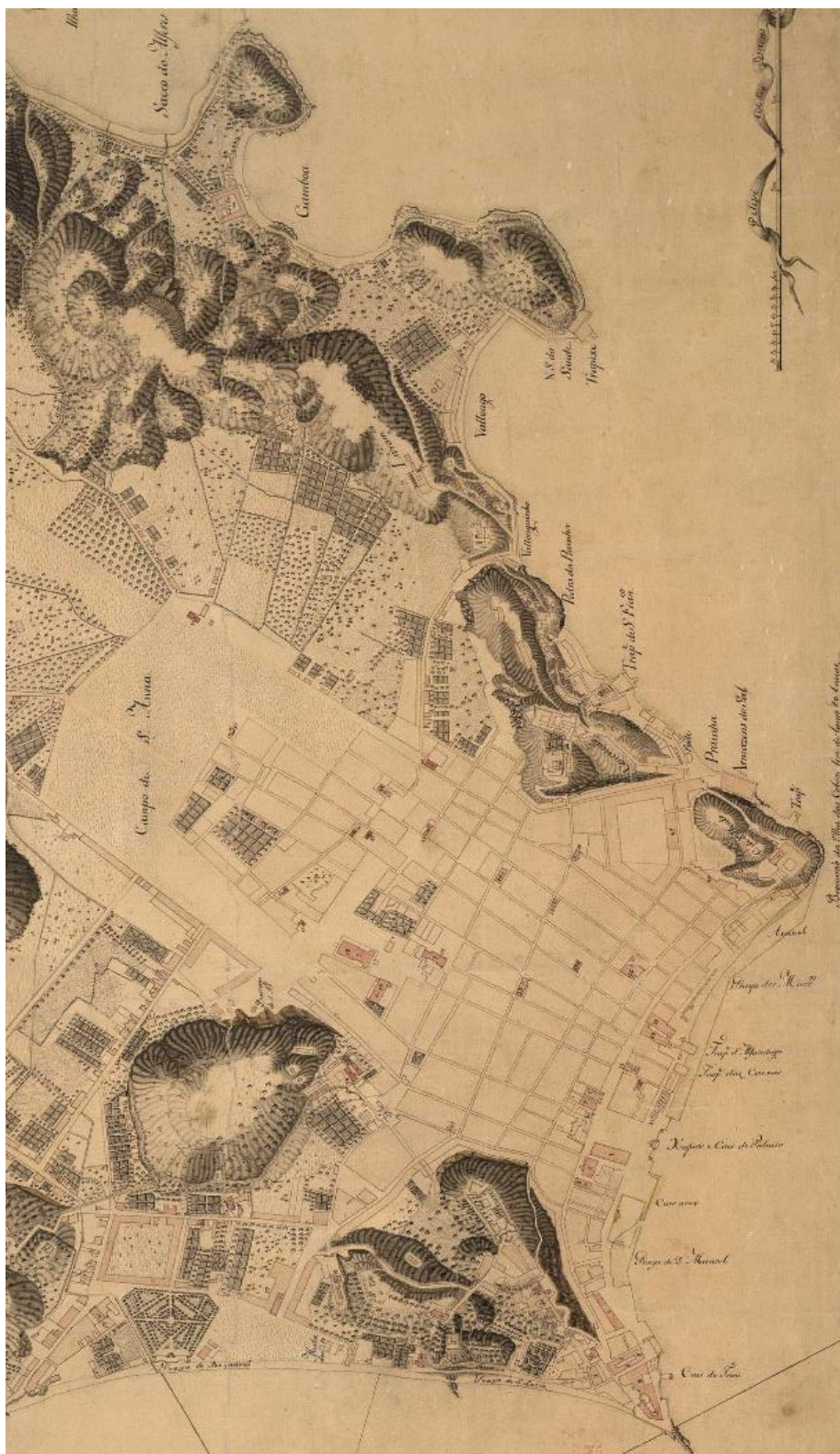
Ocupada desde o século XVII, a zona portuária do Rio de Janeiro é o objeto de estudo da presente dissertação. Apresenta-se a formação desse espaço que, considerado como um dos primeiros vetores de expansão urbana da cidade, ao longo dos séculos foi transformado por diversos planos de modernização. A mais recente, em implementação desde 2009, é regida pela chamada Operação Urbana Consorciada Porto do Rio (conhecida como Porto Maravilha), viabilizada por parcerias público-privadas e um alinhamento entre as esferas de governo federal, estadual e municipal (PAES e SILVA, 2016).

Projetos de reestruturação urbana em áreas históricas se legitimam por discursos que defendem ser necessária a devolução desses espaços “abandonados” para a cidade, devido à sua relevância simbólica. Sendo assim, discute-se nessa parte do trabalho a evolução da formação da zona portuária carioca no polígono aproximado da OUC Porto do Rio à luz da produção do espaço, da patrimonialização em curso na região e do impacto das redes de cidades globais/megaeventos.

É necessário ressaltar que não há pretensão de apresentar a formação da cidade do Rio de Janeiro em sua totalidade ou de estruturar uma abordagem historiográfica da formação do território carioca. Restringe-se à apresentação de fatos históricos que se relacionam diretamente com o recorte geográfico estabelecido, para fundamentar a discussão proposta por essa dissertação.

Zona Portuária: marcos de passado, presente e futuro

A cidade do Rio de Janeiro, fundada no ano de 1565, passou quase dois séculos restrita aos limites estabelecidos pelos Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. Um dos elementos que induziu essa ocupação foi a fundação do Mosteiro São Bento, em 1590, situado ao norte da ocupação que se concentrava no Morro do Castelo e associado ao crescimento populacional e avanço das atividades portuárias (SILVEIRA, 2004).



Mapa da cidade do Rio de Janeiro no ano de 1791. É possível verificar a ocupação do litoral da Baía de Guanabara, região ocupada por trapiches devido a sua geografia privilegiada. Destaca-se a indicação das praias do Valonguinho e do Valongo, onde as atividades do mercado escravagista se concentravam, o Morro de São Bento, ocupado desde 1590, e o avanço da malha urbana.

Figura 1 – Detalhe do Plano da cidade do Rio de Janeiro elevado em 1791 oferecido ao Ilmo. Senhor Concelheiro Luis Beltrão de Gouveia de Almeida chanceler da rellação desta cidade.

Com o avanço da mineração em Minas Gerais na virada do século XVII, o Rio de Janeiro ampliou sua importância na rede urbana da colônia pela multiplicação das atividades portuárias e de comércio, exportando ouro e recebendo gêneros alimentícios, tecidos e escravos (SILVEIRA, 2004, p. 59). Ademais, a elevação da cidade a capital da colônia em 1763 implicou na expansão da malha urbana, criando áreas especializadas em sua periferia imediata. Inicialmente ocupados por chácaras, a região dos atuais bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo começou a se caracterizar pelas atividades de estiva, em especial após a transferência de atividades indesejadas no centro para o Valongo e a praia de Valonguinho, na década de 1770, como o desembarque e depósito de mercadorias comuns, o mercado de compra e vendas de escravos, e o cemitério dos Pretos Novos (Figura 1). Carlos (2010) aponta também a presença da Cadeia do Aljube entre 1731 e 1856, localizada na atual Rua do Acre, que conduzia os condenados à forca, localizada na Prainha (imediações da atual Praça Mauá). O fortalecimento das atividades econômicas e o conseqüente adensamento da região, associados à chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808, contribuíram com a espacialização da estratificação social na cidade como um todo²², consolidando as freguesias de Santa Rita e Santana como “uma ocupação em que se mescla de maneira definitiva a habitação e o trabalho” (SILVA et al, 2012, p. 140):

Devido à sua triste lembrança os cronistas da cidade externavam seu pavor pela região dizendo que ela ‘foi sempre má’. João do Rio, em um dos seus passeios noturnos pela Cidade, destacou, com relação à região, ‘uma impressão de vago horror’, ligada ao crime (Bernardes apud Cardoso et al, 1987: 21) (CARLOS, 2010).

Um dos desdobramentos da vinda da corte,²³ que foi intensificado após 1822, foi a modernização das atividades portuárias, necessária pelo aumento da exportação do café. A expansão de empregos na estiva, a proximidade da região do centro – onde se concentravam outras oportunidades de trabalho – e o aumento da crise habitacional provocaram a proliferação de habitações coletivas, especialmente na segunda metade do século XIX. Outro

²²“As demais classes, por outro lado, com reduzido ou nenhum poder de mobilidade, e não podendo ocupar os terrenos situados a oeste da cidade devido a existência das áreas de mangue do Saco de São Diogo (Cidade Nova), adensavam cada vez mais as outras freguesias urbanas, especialmente as de Santa Rita e Santana, dando origem aos atuais bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa” (ABREU, 2013, p. 37).

²³ Soma-se a esse fato o “Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas”, carta régia assinada pelo então Príncipe-regente de Portugal Dom João de Bragança, que permitia trocas comerciais entre as colônias portuguesas e as nações com relações diplomáticas, em especial a Inglaterra. Esse documento expandiu as trocas comerciais, implicando a necessidade de modernizar os principais portos do Brasil. Também pode ser relacionado ao rompimento do Pacto Colonial e à inserção do país no circuito global de economia.

fator relevante na configuração espacial da zona portuária do Rio de Janeiro foi a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II (em 1854) e das docas de Dom Pedro II, além de redes de saneamento pela *Cia. City Improvements* a partir da década de 1870 (Figura 2). A disponibilidade de infraestrutura valorizou usos comerciais, industriais e portuários e desvalorizou o uso residencial, reduzindo o custo da habitação e atraindo residentes de baixa renda (SILVA et al, 2012). Decorrente dessa característica comercial, destaca-se, além da presença da população negra, a presença expressiva de imigrantes portugueses que se concentraram no Morro da Conceição, “lugar de paisagem urbana com aparência portuguesa” (CARLOS, 2010). Ou seja, esses fatores implicaram na constituição de uma formação social bastante peculiar, marcada pela presença de imigrantes, escravos e ex-escravos, e pessoas vindas de outras cidades brasileiras em busca de oportunidades.

É nesse contexto que se constitui outro fato relevante na formação da região: a ocupação do chamado “Morro da Favela”, atualmente conhecido como Morro da Providência, a partir de 1897, cuja ocupação é intensificada a partir do início do século XX:

...lugar de habitação de população de baixa-renda formada, originalmente, por ex-combatentes da companhia militar de Canudos, autorizados pelos ‘chefes militares, a ali se instalarem’, a despeito das autoridades municipais. A concessão se deu a título de benefício relacionado aos serviços prestados à pátria (Valladares, 2005: 26, apud CARLOS, 2010).

Sua diversidade cultural engendrou o estigma da região como “lugar proibitivo para pessoas de bem”. Fortemente associada à presença negra, a região ganhou a alcunha de “Pequena África” (CARLOS, 2016). Em compensação, a articulação social que se constituiu nesse território inspirou diversos movimentos de resistência, como por exemplo, as Revoltas da Vacina (1904) e da Chibata (1910). Outro resultado desse caldo cultural foi o samba carioca, cuja origem é atribuída aos grupos de população afrodescendente que habitavam o entorno da Pedra do Sal²⁴ (GOMES, 2003).

²⁴ “A Pedra do Sal é testemunho cultural mais que secular da africanidade brasileira, espaço ritual consagrado e o mais antigo monumento vinculado à história do samba carioca. Outrora teve os nomes de Quebra-Bunda, Pedra da Prainha e, como nas redondezas se carregava o sal, popularizou-se como do Sal. Ali se instalaram os primeiros negros da Saúde, se encontraram as Tias Baianas, soaram os ecos das lutas populares, das festas de candomblé e das rodas de choro. Nas ruas tortuosas e becos que a envolvem, nasceram os ranchos e o carnaval carioca. No dorso da Pedra do Sal estão inscritas as raízes do nosso samba”. Número do processo: E-18/300.048/84; Tombamento Provisório: 23.11.1984; Tombamento Definitivo: 11.05.1987. Fonte: Instituto Estadual de Patrimônio Cultural – INEPAC (<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/20 >. Acesso em em 06/11/2018.



Mapa da cidade do Rio de Janeiro em 1877, onde é possível identificar a Estrada de Ferro Dom Pedro II (1854), as linhas de ferro-carris e as Docas de Dom Pedro II, que promoveram aterro para regularização do litoral.

Figura 2 – Detalhe da Nova planta indicadora da cidade do Rio de Janeiro e subúrbios: incluindo as linhas ferro-carris (ano de 1877).

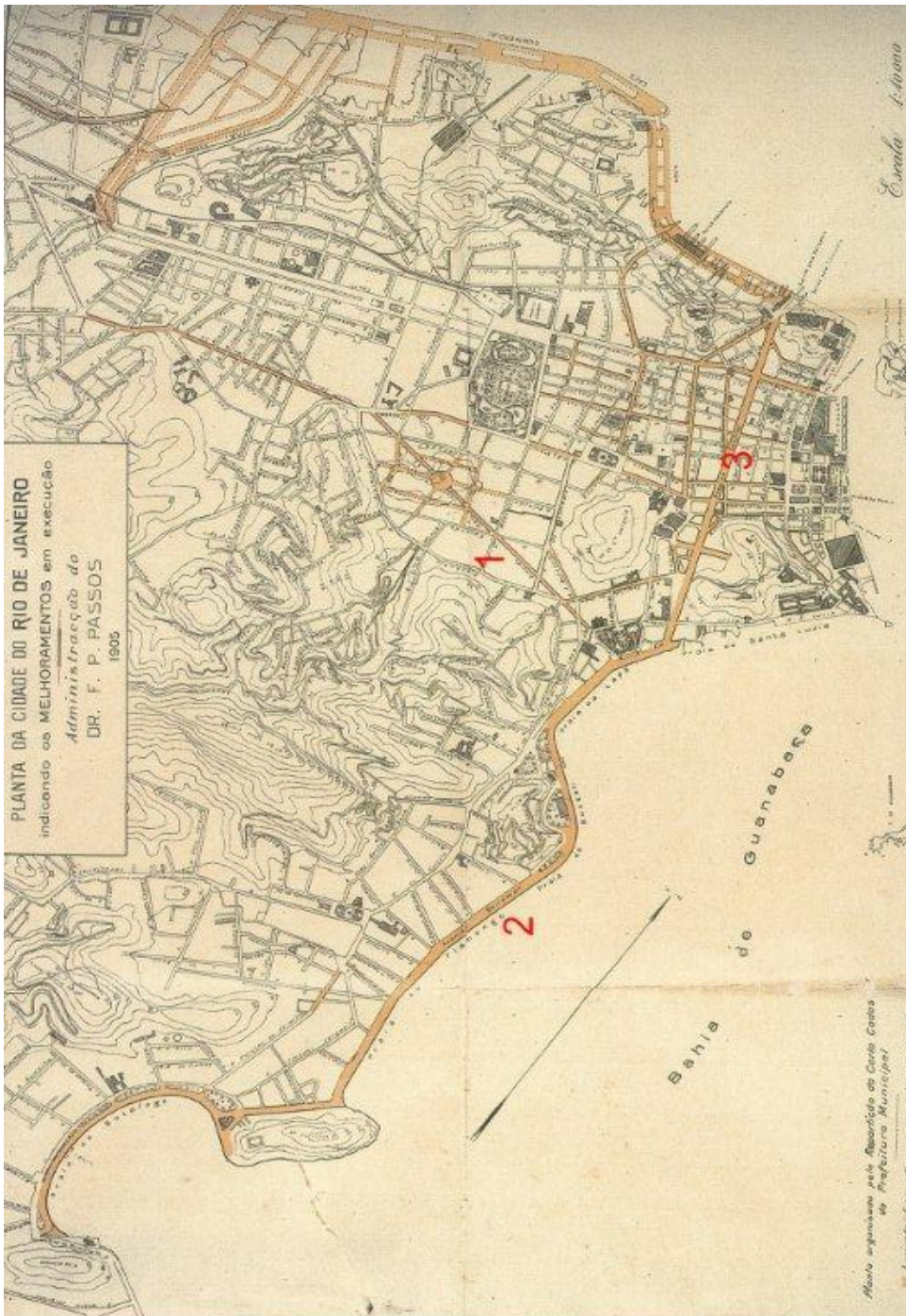
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital.

A fim de conter esses movimentos sociais, diversas tentativas de “reabilitar” a zona portuária do Rio de Janeiro ocorreram em diferentes momentos históricos. No final do século XIX, a proibição dos cortiços implicou em grande repressão, visto que eram abundantes nesse trecho da cidade (com destaque para a demolição do Cortiço Cabeça de Porco com forte intervenção policial-militar, em 1893), assim como estratégias de perseguição cultural, especialmente de cunho religioso (GOMES, 2003). Contudo, dentre essas tentativas, destaca-

se a reestruturação urbana promovida no início do século XX, ocorrida durante o governo de Rodrigues Alves, como o mais audacioso projeto de modernização implantado no Rio de Janeiro até então.

Era imperativo que a recém-formada república rompesse com os traços coloniais e adequasse a forma urbana às necessidades reais de concentração e acumulação do capital (ABREU, 2013). Visando acelerar a integração do país no contexto capitalista internacional, Francisco Pereira Passos – o Prefeito do Distrito Federal indicado por Rodrigues Alves – empreendeu grande projeto de reforma urbana que reformulou a então sede administrativa do país, com grande impacto na zona portuária (Figura 3).

O esforço não pretendia apenas reestruturar a forma urbana. Segundo Maurício de Abreu, “era preciso, também, criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômicas e políticas nacionais”, para acabar com a imagem internacional que relacionava o Rio de Janeiro à febre amarela e a condições anti-higiênicas (ABREU, 2013, p. 60). Para tal, as grandes obras promovidas pelos governos federal e municipal abriram largas avenidas sobre os bairros centrais que concentravam habitações operárias, ampliaram o porto por extensos aterros e implantaram diversas obras de embelezamento no núcleo da cidade. Decorre do plano Passos a construção do “cinturão viário” em torno dos atuais bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo: Avenida Rodrigues Alves e Francisco Bicalho, que otimizou a circulação de mercadorias no porto; e a Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), que conecta a Avenida Beira Mar ao porto.



Planta indicando melhoramentos realizados no período da Reforma Passos. Destaca-se a conexão da região portuária ao centro pela Avenida Central e os aterros para retificação do porto.

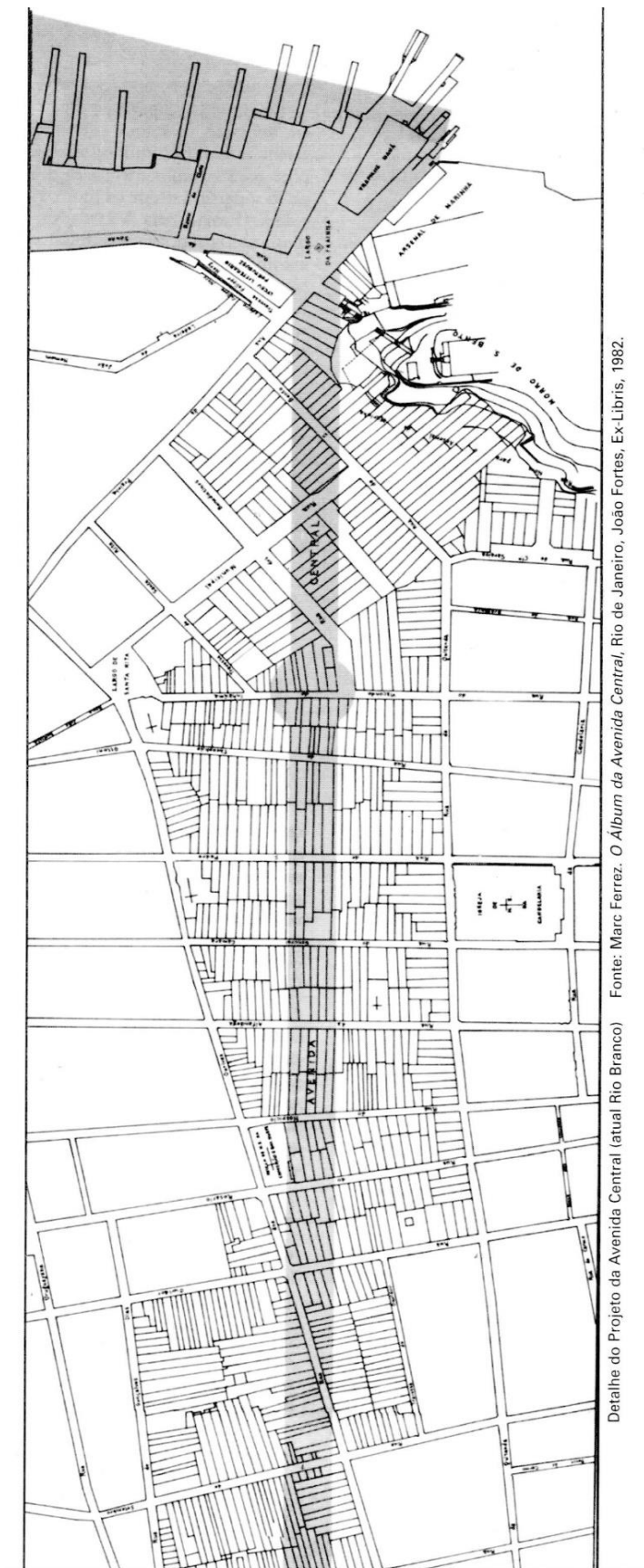
Figura 3 – Planta da cidade do Rio de Janeiro indicando melhoramentos em execução, 1905.

Fonte: DUARTE, Cristóvão. A Lapa, abrigo e refúgio da cultura popular carioca; blog Mundo Urbano: textos sobre a cidade contemporânea. Disponível em <<https://cristovao1.wordpress.com/2010/05/23/lapa-abrigo-refugio-cultura-popular-carioca/>> Acesso em 10/11/2018.

A Avenida Central foi um dos maiores marcos do período de Pereira Passos (Figura 4Erro! Fonte de referência não encontrada.). Sob responsabilidade do Governo Federal, a obra demandou a demolição de grande número de habitações em uma das áreas mais densas da cidade e viabilizou grande parte dos equipamentos públicos e culturais promovidos pelas obras de embelezamento, além da instalação de atividades comerciais de alto padrão, ao se tornar o novo eixo de negócios da cidade. Comumente chamada de “Hausmann *a la carioca*” pelo decisivo papel do Estado na intervenção direta sobre o urbano e na consequente reprodução do capital, a reforma Passos, além da efetiva modernização da forma urbana, também promoveu outro elemento característico da paisagem carioca do século XX: a ocupação dos morros por moradias precárias, visto que não houve um esforço do poder público para a construção de moradias populares. (ABREU, 2013)

A Reforma Passos foi também importante em três outros aspectos. Em primeiro lugar, ela representa um exemplo típico de como novos momentos de organização social determinam novas funções à cidade, muitas das quais só podem vir a ser exercidas mediante a eliminação de formas antigas e contraditórias ao novo momento. Em segundo lugar, representa também o primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, reorganizado agora sob novas bases econômicas e ideológicas, que não mais condiziam com a presença de pobres na área mais valorizada da cidade. [...] Finalmente, o período Passos também se constitui em exemplo de como as contradições do espaço, ao serem resolvidas, muitas vezes geram novas contradições para o momento de organização social que surge. É a partir daí que os morros situados no centro da cidade (Providência, São Carlos, Santo Antônio e outros), até então pouco habitados, passam a ser rapidamente ocupados, dando origem a uma forma de habitação popular que marcaria profundamente a feição da cidade neste século – a favela (ABREU, 2013, p. 63-65).

Como apontado por Maurício de Abreu, as novas demandas da sociedade exigiram reestruturações maciças da cidade, conduzidas pelo Estado e visando especialmente a reinvenção da imagem da capital da nova república no contexto internacional e a acumulação capitalista decorrente da reprodução do espaço. Essas intervenções implicaram em novas dinâmicas sociais, promovendo a ocupação dos morros por habitações precárias e formulando a tipologia conhecida como favela. Essas características serão recorrentes nos diversos planos urbanísticos implantados no Rio de Janeiro no século XX e tendem a continuar no século XXI, como será apresentado mais a frente nesse trabalho.



Detalhe do projeto da Avenida Central, demonstrando a faixa de aterro prevista onde havia os trapiches da zona portuária, e o traçado da Avenida Central sobre as quadras irregulares localizadas na área central da cidade. Numerosas residências de famílias de baixa renda foram removidas.

Figura 4 – Marc Ferrez: *O Álbum da Avenida Central, Rio de Janeiro*, João Fontes, Ex-Libris, 1982.

Após o plano de Pereira Passos, as gestões públicas seguiram os mesmos moldes de desenvolvimento urbano, como, por exemplo, no período Carlos Sampaio (1920-1922). A fim de preparar o Rio de Janeiro para as comemorações do 1º Centenário da Independência do Brasil, o governo municipal promoveu – além de numerosas intervenções viárias – o desmonte do Morro do Castelo, situado no centro da cidade:

Embora fosse um sítio histórico, o morro havia se transformado em local de residência de inúmeras famílias pobres, que se beneficiavam dos aluguéis baratos das antigas construções aí existentes. Situava-se, entretanto, na área de maior valorização do solo da cidade, a dois passos da Avenida Rio Branco, daí porque era preciso eliminá-lo, não apenas em nome da higiene e da estética, mas também da reprodução do capital (ABREU, 2013, p. 76).

Observa-se que, motivado por grande momento de exposição internacional decorrente das comemorações do centenário da Independência, legitimou-se a destruição do local simbólico de origem da cidade e de toda paisagem a ela atrelada em nome da estetização e da higienização da malha urbana. Embora o Morro do Castelo e a esplanada decorrente do seu desmonte (Figura 5) estejam situados fora da zona portuária, esse processo se relaciona com a análise em curso, visto que essa intervenção urbanística prevalece apesar das numerosas remoções de habitações populares para a manutenção da imagem internacional do Rio de Janeiro e a reprodução de interesses de mercado, viabilizadas pela ação do Estado.

Figura 5 – Esplanada onde estava situado o Morro do Castelo, após seu desmonte. Vista aérea do local em 1930.



Fonte: ABREU, 2013, p 79.

A expansão urbana para além da periferia imediata ocorre após o período de estabilização desta, ou seja, a partir do início do século XX, e é consolidada pela industrialização. Relaciona-se com a dispersão de instâncias produtivas do núcleo tradicional e com o deslocamento das classes mais abastadas para o sul, estimuladas pelo “Fenômeno Copacabana”, que começa a se configurar a partir das conexões viárias realizadas por Pereira Passos e que absorve grande parte de atividades econômicas situadas anteriormente na área central, a partir da década de 1940 (ABREU, 2013). Por sua vez, a zona portuária foi indiretamente afetada pelas remoções decorrentes das obras de embelezamento promovidas pelo Estado Novo a partir da década de 1930, em empreitadas como a construção do Aeroporto Santos Dumont e a urbanização da Esplanada do Castelo; ressalta-se a gestão de Henrique Dodsworth²⁵, que realizou as obras da Avenida Presidente Vargas, no início da década de 1940.

²⁵ “Ao contrário do que se poderia esperar, visto que a Revolução de 1930 pretendia abolir tudo o que viesse da República Velha, essa obra iria concretizar uma das sugestões mais importantes do Plano Agache, que fora bastante combatido pelo Governo Revolucionário, mas que era agora retomado através do restabelecimento – na Administração Henrique Dodsworth (1937-1945) – da Comissão do Plano da Cidade. Em consonância também com a República Velha, a abertura dessa avenida levava adiante o processo de expulsão das populações pobres da área central, já tão conhecido” (ABREU, 2013, p. 113).



Notícia promovendo a implantação da Avenida Presidente Vargas, com imagens demonstrando as quadras que seriam removidas e imagem da área já em obras.

Figura 6 – A avenida monumental que o Rio vai ter. Notícia de *O Malho* sobre a construção da Avenida Presidente Vargas.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Disponível em <<https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/rio-de-janeiro-450-anos-uma-historia-do-futuro/redesenho-radical-2/>> Acesso em 08/11/2018.

A construção da Avenida Presidente Vargas (Figura 6) retoma uma proposta do Plano Agache (1930). Pretendia-se que a nova avenida se tornasse um prolongamento natural da Avenida Rio Branco, incorporando grandes edifícios de escritórios e sedes de empresas. Entretanto, segundo Maurício Abreu (2013), essa ocupação ocorreu apenas no cruzamento das duas vias, pelos seguintes motivos:

Em primeiro lugar, a conclusão da Avenida Presidente Vargas coincidiu com o início do *boom* de construção da zona sul, que atraiu para lá a maior parte do capital imobiliário da cidade. Em segundo lugar, o crescimento populacional de Copacabana nessa época, e a sua transformação em verdadeiro subcentro, retirou da área central grande parte de suas atividades de serviços, comércio de luxo e lazer, afetando bastante o seu dinamismo. Em terceiro, a valorização crescente da Área Central de Negócios já existente, cujo eixo era a Avenida Rio Branco, reforçou ainda mais a sua centralidade, dando origem a um processo de renovação de padrão que afetou muito mais os edifícios que encheram de orgulho a burguesia carioca quando da abertura da Avenida Central, do que as velhas casas que margeavam a nova avenida (ABREU, 2013, p. 114-115).

Ou seja, apesar de não atender à intencionalidade de seu projeto, a obra arrasou numerosas habitações proletárias e bens patrimoniais – como as Igrejas do Bom Jesus do Calvário e de São Pedro dos Clérigos (Figura 7) – para a viabilização da obra de seu vão de mais de 80 metros, e por fim causou o isolamento geográfico da zona portuária. Cercada por grandes avenidas, especializada na estiva e marcada pelo estigma social, a região passou décadas com poucas alterações urbanísticas significativas, salvo pela implantação do elevado da Perimetral sobre a Avenida Rodrigues Alves, na década de 1960.

Figura 7 – Igrejas do Bom Jesus do Calvário (1796) e de São Pedro dos Clérigos (1733), demolidas pelas obras da Avenida Presidente Vargas.

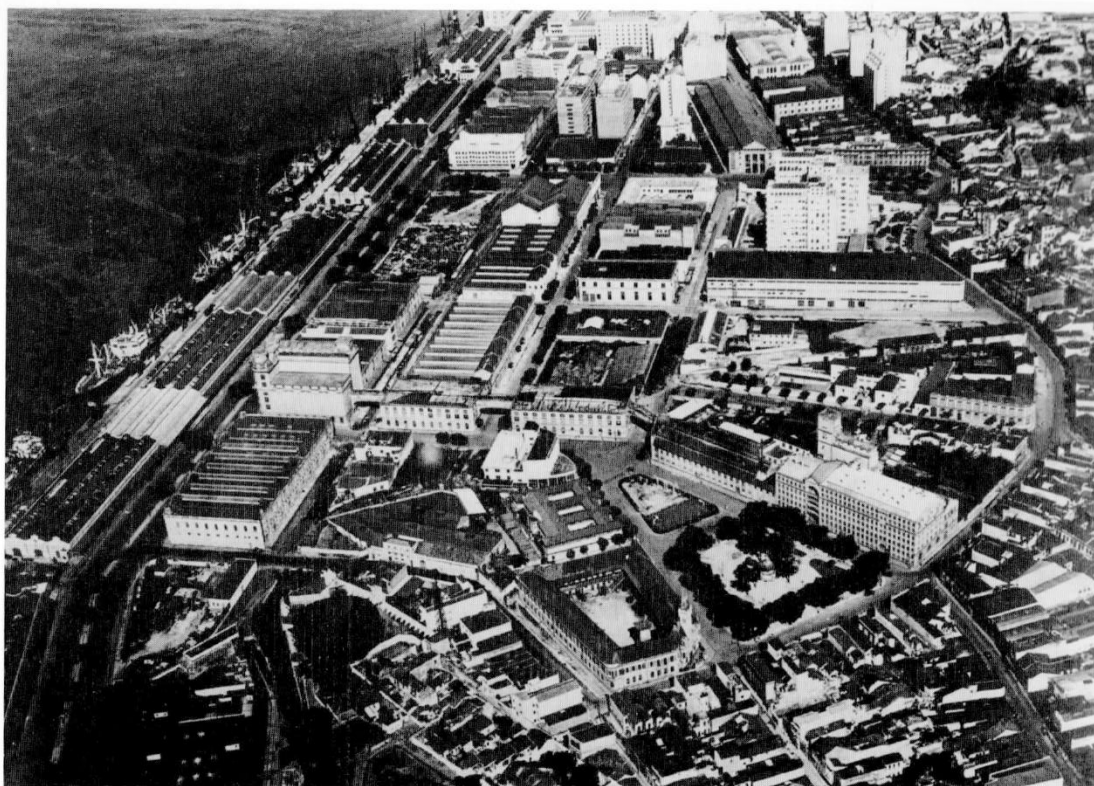


Fonte: Arquivo Diários Associados-RJ/Acervo IMS.

Disponível em <<https://ims.com.br/por-dentro-acervos/podia-ter-sido-pior/>>

A decadência das atividades portuárias (Figura 8), a partir da década de 1970, foi resultado de privatizações e demandas por nova modernização que não foram atendidas – visto que o porto se tornou incompatível com o transporte de mercadorias em containers (MOREIRA, 2004). Com a transferência dessas atividades para o bairro do Caju, os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo permaneceram à margem das políticas públicas, situação agravada pelo zoneamento vigente, que proibia o uso habitacional no centro e o tolerava nas áreas adjacentes, revogado apenas em 1994 (VAZ e SILVEIRA, 1999). Essa conjuntura promoveu a imagem de degradação e abandono da região, que seria usada como justificativa para projetos de modernização posteriores.

Figura 8 – Foto aérea do novo Porto do Rio de Janeiro, construído em aterro nos bairros Gamboa/Saúde/Santo Cristo (1958).



Fonte: AGCRJ/P 689. In: ABREU, 2013, p. 141.

Contudo, nesse mesmo período, propostas de preservação patrimonial no ambiente urbano ganham força política. Como indicado por Lilian Fessler Vaz e Carmen Beatriz Silveira (1999, p. 57), há três períodos históricos na área central e na periferia imediata do Rio de Janeiro: séculos XVII a XIX – período de ocupação/dominação da natureza; décadas de 1900 a 1970 – período de renovação por intervenções urbanísticas; após década de 1980 – período

de preservação/revitalização urbanas. Nesse terceiro período ocorre a criação do Projeto Corredor Cultural, em 1979, cujo objetivo era articular a preservação dos bens patrimoniais com atividades culturais e de lazer para estimular seu uso (CASTRO, 2016, p. 32). Um dos desdobramentos desse projeto foi a criação da APA SAGAS pela lei nº 971 de 04/05/1987, regulamentada pelo decreto 7.351 de 14/01/1988²⁶, que criava a Área de Proteção Ambiental dos bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo.

Incorporando padrões de intervenção em áreas portuárias e *waterfronts*, foram propostos para a zona portuária diversos planos e projetos de recuperação²⁷. Devido ao seu caráter histórico e à criação da APA SAGAS, a zona portuária começou a ser apresentada como área estratégica, dotada de potencial para estabelecer um “mercado cultural”, pautado em atividades turísticas e eventos internacionais.

Entre 1987 e 1996, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Portuário, que buscava a recuperação das atividades do porto, com a redução de custos relativos ao transporte de mercadorias, o qual se desdobrou no Plano de Desenvolvimento Urbano da Retaguarda do Porto do Rio de Janeiro, descontinuado pela falta de condições físicas para atender as novas demandas da indústria portuária (MOREIRA, 2004, p. 97). Propôs-se então um plano para a área não-utilizável, que previa usos mistos de comércio, serviços, residência e lazer pela utilização das áreas de galpões. Em 1991, um novo plano foi elaborado a pedido da Companhia Docas, abrangendo a faixa litorânea entre a Praça Mauá e a Rodoviária Novo Rio, que não foi viabilizado:

Através de um estudo histórico e pesquisa sobre outros exemplos de renovações portuárias realizadas no quadro internacional, o projeto traça seus objetivos principais: a exploração do contato com o mar, a criação de grandes espaços abertos para eventos, atividades culturais e de lazer; a preservação arquitetônica de edifícios e monumentos relevantes; a inserção de novas construções integradas ao patrimônio antigo existente; a diversidade de usos; e a valorização da área residencial existente (MOREIRA, 2004, p. 98).

²⁶ A criação da APA SAGAS decorre de mobilização da Associação de Moradores da Saúde – AMAS, que lutaram pela preservação do patrimônio cultural arquitetônico nos três bairros e em parte do Centro, resultando em inédita proteção urbana regulada pela legislação citada (CARLOS, 2010).

²⁷ Utilizou-se como referência o trabalho de Clarissa da Costa Moreira (2004), baseado “na pesquisa de projetos urbanos para a área realizada pelo grupo de estudos coordenado pela professora Denise Pinheiro Machado, do Prourb-UFRJ. Detemo-nos, exclusivamente nos projetos realizados por instituições envolvidas na retomada da área, excluindo projetos e propostas já feitos em concursos, trabalhos de estudantes ou, mesmo, propostas particulares” (MOREIRA, 2004, p. 96).

Com o malogro das iniciativas anteriores, no início dos anos 2000 houve nova tentativa do governo de reestruturar a zona portuária. Segundo Clarissa Moreira, o projeto Porto do Rio, apresentado ao público em 2001 em exposição no Centro de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria Municipal do Urbanismo, englobava características dos projetos anteriores. Baseando-se em experiências bem-sucedidas de outras cidades globais, propunha-se a manutenção do caráter portuário da região e a conservação de áreas históricas e com vocação cultural. Pela gestão integrada entre agentes públicos e privados, aos moldes do caso londrino das *Docklands* e do caso argentino do Puerto Madero, o escopo do projeto visava atrair investimentos estrangeiros e consolidar um centro de negócios articulado às atividades empresariais localizadas no centro do Rio de Janeiro.

Quatro princípios são, então, estabelecidos para o Projeto de Recuperação e Revitalização da Região Portuária, apreendidos das demais experiências de revitalização, a saber: “a recuperação do velho com a introdução do novo, fomentar previamente a economia local existente, garantir a pluralidade de usos e estimular a participação e a parceria”. Portanto, verifica-se, no discurso de apresentação do plano municipal, a intenção de introduzir novos usos e atividades em novas construções, de forma a negociar com a condição existente, seja a morfologia urbana, seja as redes socioeconômicas locais. No caso da relação entre o “velho” e o “novo”, nota-se o estabelecimento da área plana, próxima ao porto, como área a renovar, com alguns pontos de exceção, e das áreas já preservadas, acrescidas de algumas outras propostas de preservação, como áreas a recuperar (MOREIRA, 2004, p. 105-106).

Nota-se que, como casos anteriores, o empreendimento “catalisador” do Porto do Rio seria mais uma filial do museu Guggenheim com projeto de Jean Nouvel, a ser implantada no Píer Mauá. Outros empreendimentos haviam sido cogitados para o local, como o projeto de Índio da Costa e Ricardo Villar (em 1993), o projeto Cidade Oceânica do Rio de Janeiro – Centro Internacional da Água e do Mar (em 1994), e outro empreendimento voltado ao turismo, previsto para o Píer Mauá e o terminal de passageiros, projetado pela Companhia Docas (em 1995).

A autora aponta contradições no projeto, questionando sobre o que, de fato, se pretendia preservar. Ao passo que se levantava a necessidade de estimular a permanência dos moradores da região, considera-se que a valorização imobiliária projetada pelas intervenções “implicaria, provavelmente, preservar exclusivamente sua materialidade, em detrimento dos modos de vida aí estabelecidos” (MOREIRA, 2004, p. 111), pois a

reestruturação não se restringiria às intervenções na paisagem. A verticalização e a transformação de usos implicariam em alterações nos modos de vida instituídos.

Além da questão de ‘o quê’ destruir e o quê conservar, embora esta ainda se imponha diante de decisões como as do Projeto Porto do Rio de tornar grande parte da área plana passível de verticalização, a questão ganha o sentido de ‘para quê?’ ante a especificidade da condição carioca (MOREIRA, 2004, p. 114).

Nenhum dos projetos citados foram implantados de forma integral, ou sequer foram iniciados. Porém, em decorrência da definição da realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em outubro de 2007²⁸, e dos Jogos Olímpicos de 2016, em outubro de 2009²⁹, foi aprovada a Lei Complementar nº 101, de 23 de novembro de 2009, que “Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio e dá outras providências”. Era o início da mais recente fase de reestruturação urbana para a zona portuária, chamada Porto Maravilha.

Megaeventos e o Porto Maravilha

O projeto de reestruturação urbana chamado Porto Maravilha, proposta pelo governo de Eduardo Paes e em implementação desde 2009, prevê a inserção de diversas intervenções urbanas em uma área de aproximadamente cinco milhões de metros quadrados nos bairros Gamboa, Saúde e Santo Cristo, incluindo trechos dos bairros Centro, Caju, Cidade Nova e São Cristóvão (Figura 9). O início do projeto está relacionado com a Lei Complementar nº 102, de 23 de novembro de 2009, que “cria a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CDURP e dá outras providências”, criada para coordenar a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio (LC 101/2009, citada anteriormente), pela:

...gestão de serviços de interesse local e serviços públicos de competência municipal, como paisagismo, limpeza urbana, coleta de resíduos sólidos, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, restauração e reconversão de imóveis, conservação de logradouros e de equipamentos urbanos e comunitários, dentre outros, na AEIU [Área Especial de Interesse Urbanístico] da Região do Porto do Rio de Janeiro, respeitadas as competências legalmente estabelecidas e os contratos administrativos em vigor (MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, L.C. 102/2009).

²⁸ <<https://oglobo.globo.com/esportes/fifa-confirma-copa-de-2014-no-brasil-4143977>>. Acesso em 07/11/2018.

²⁹ <<https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,rio-e-escolhido-como-cidade-sede-da-olimpiada-de-2016,444804>>. Acesso em 07/11/2018.



Delimitação do Perímetro de intervenção da Operação Urbana Consorciada Porto do Rio – conhecida como projeto Porto Maravilha.

Figura 9 – Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária do Rio de Janeiro.

Fonte: página de apresentação do Porto Maravilha. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/images/mapa-da-area-2-grande.jpg>. Acesso em 19/12/2018

Esse projeto de reestruturação urbana ocorre no âmbito da realização de megaeventos esportivos e declaradamente segue o exemplo de Barcelona (Espanha), visto como referência de sucesso na escala global (PAES e SILVA, 2016). É notável a semelhança entre o Porto Maravilha e os casos que implicaram na criação de uma empresa pública para gestão do “empreendimento”, como o porto de Londres, chamada de *London Docklands Development Corporation*, e a intervenção realizada no Puerto Madero, em Buenos Aires, que criou a *Corporación Puerto Madero*.

Objetiva-se revitalizar e reintegrar a região à cidade pela modernização de redes de infraestrutura e construção de novos edifícios: “Entretanto, uma cidade não é somente sua infraestrutura. Os edifícios têm sua importância na medida em que representam a memória de um lugar. A cidade é sobretudo o espaço onde o modo de vida de seu povo acontece. Onde as pessoas fazem a sua história”³⁰. Ao vincular as intervenções à memória coletiva inerente à paisagem, a empresa demonstra considerar a diversidade cultural que marca a região: “Ela guarda exemplos marcantes da evolução econômica do Rio e do país, berço de elementos símbolos de nossa cultura e palco de importantes lutas por direitos sociais e liberdade”³¹. Ana Clara Torres Ribeiro (2006) reitera esse valor simbólico apontado pela CDURP, destacando a apropriação desse valor simbólico na difusão de imagens-síntese que consolidam a singularidade da região:

A cidade do Rio de Janeiro, por ter abrigado a corte portuguesa e ter sido a capital política do país durante um longo período histórico, possui estas características, reunidas numa localização geográfica extraordinária. A cidade apresenta, portanto, elevada densidade simbólica, amplificada pelo abrigo de funções culturais relevantes e pela difusão de imagens-sínteses que permitiram o reconhecimento de sua raridade (RIBEIRO, 1996). (RIBEIRO, 2006, p.40)

Além das principais obras (infraestrutura viária, equipamentos culturais, novo modal de transporte, saneamento e embelezamento), novas regras urbanísticas foram estipuladas para a área de intervenção, a fim de viabilizar o adensamento habitacional e estimular a circulação de pessoas. Somam-se a isso serviços urbanos e sociais oferecidos pela Concessionária Porto Novo, empresa mista responsável pela execução das obras. Ademais,

³⁰<<http://portomaravilha.com.br/cidadaoecultura>>. Acesso em 07/11/2018.

³¹<<http://portomaravilha.com.br/cidadaoecultura>>. Acesso em 07/11/2018.

obras de recuperação do patrimônio histórico local e circuitos culturais foram criados, como o Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana que inclui o Cais do Valongo e da Imperatriz, reconhecido em julho de 2017 como Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)³².

Dentre as medidas para diminuir o impacto gerado sobre a população local, a CDURP criou o Programa Porto Maravilha Cidadão para promover a integração de iniciativas locais às oportunidades geradas pela OUC. Também criou o Programa Porto Maravilha Cultural, que disponibiliza recursos arrecadados pela venda de CEPACs³³ para a restauração e valorização do patrimônio da região. Cursos de formação profissional, apoio à produção de Habitação de Interesse Social, incentivo aos micro e pequenos empreendedores, atividades de educação ambiental e promoção do diálogo com a população são exemplos das iniciativas em andamento.

Além disso, a Prefeitura do Rio de Janeiro, em associação com o Instituto Pereira Passos (IPP), publicou o Plano de Habitação de Interesse Social do Porto Maravilha, resultado do Grupo de Trabalho do PHIS-Porto, formado em atendimento ao Decreto nº 40.140 de 18 de maio de 2015. Um dos textos que fundamentaram esse plano – o Diagnóstico para o Plano de Habitação de Interesse Social do porto do Rio (PHIS), visando “subsidiar o planejamento de políticas públicas e intervenções urbanas de modo a contribuir para a melhoria das condições de vida da população, a eficiência da gestão pública e a promoção do desenvolvimento sustentável da cidade” (PMRJ e IPP, 2015, p. 6), e orientar a implantação de Habitação de Interesse Social (HIS) na área da OUC. Para esse diagnóstico foram utilizados dados dos Censos Demográficos do IBGE (anos 2000 e 2010), dados produzidos pelo IPP e fornecidos pela prefeitura, assim como materiais sistematizados em campos realizados pela

³²<<https://whc.unesco.org/en/list/1548>> Acesso em 07/11/2018.

³³ “CEPAC é a sigla para descrever Certificados do Potencial Adicional de Construção, títulos usados para financiar Operações Urbanas Consorciadas que recuperam áreas degradadas nas cidades. [...] Para utilizar o Potencial Adicional de Construção os interessados devem comprar CEPACs. O dinheiro da venda dos CEPACs paga as obras e os serviços da Operação Urbana Porto Maravilha nos 5 milhões de m². [...] Este instrumento foi criado pela Lei Federal 10.257/2001, mais conhecida como Estatuto da Cidade, com o objetivo de possibilitar o financiamento de grandes obras previstas em Operações Urbanas, sem que o município precise utilizar recursos vinculados ao orçamento municipal, tendo sido regulado pela Instrução 401/03 da CVM - Comissão de Valores Mobiliários”. Fonte: <http://portomaravilha.com.br/cepac_entenda>. Acesso em 07/11/2018.

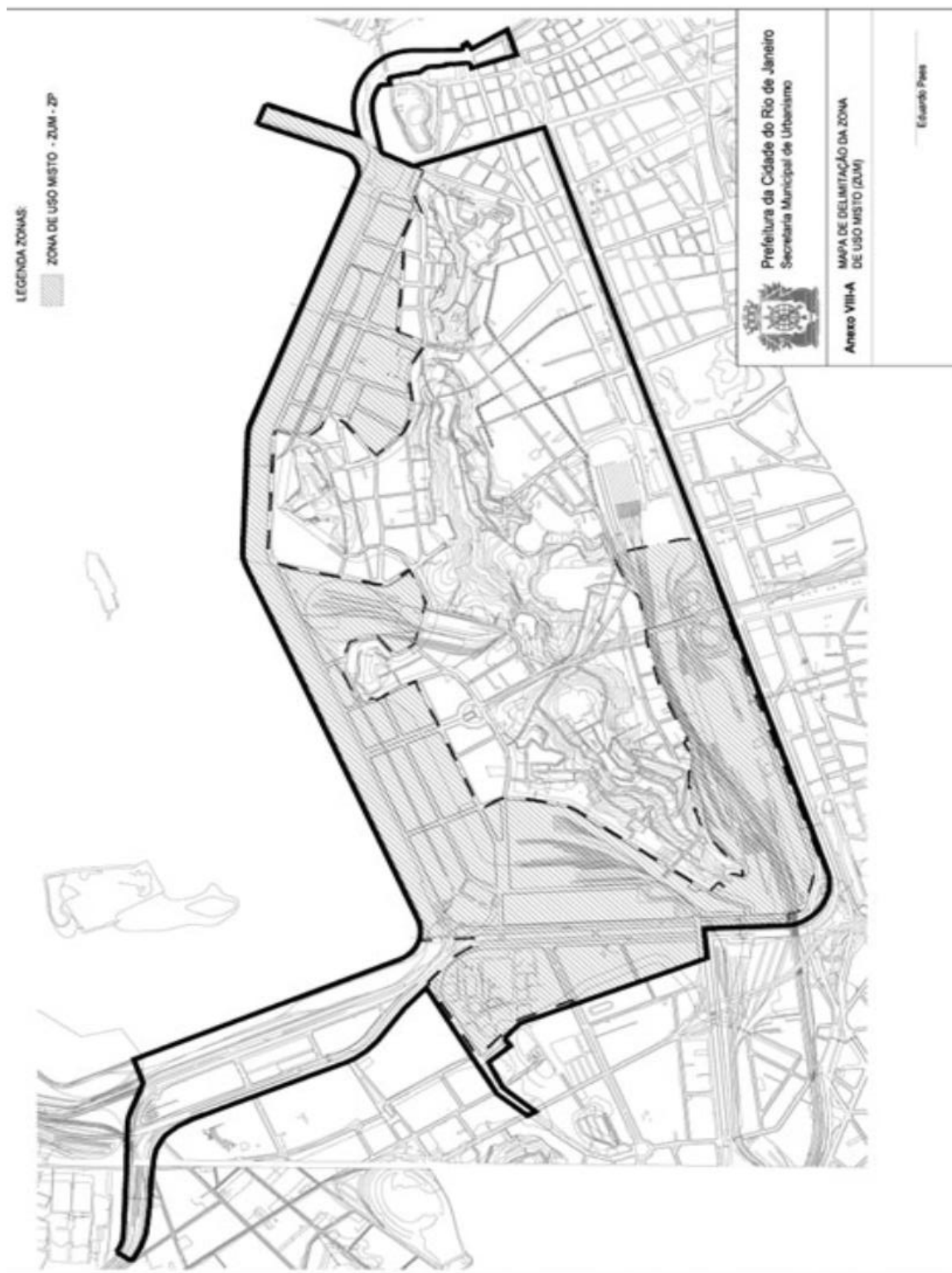
CDURP e pelo SEBRAE. Desse documento, ressaltam-se os pontos relacionados à temática do presente trabalho.

Em primeiro lugar, são indicadas as alterações na legislação urbanística do perímetro da OUC dos parâmetros de uso do solo e de gabarito, a fim de estimular a compra de CEPACs em determinados setores. Como verificado, a legislação urbanística foi determinante para a configuração da zona portuária. Alterar esses marcos regulatórios permite transformações relevantes no espaço e na forma da região.

Quanto ao uso do solo, a principal alteração remete às áreas de aterro do período de Pereira Passos, junto ao mar (Figura 10):

Foi alterado o uso predominantemente industrial da Zona Portuária (ZP) e das áreas ao seu redor: Zona Residencial 5 (ZR-5), Zona Especial 8 (ZE-8) e Zonas de Uso Misto 1 e 2 (ZUM1 e ZUM2) do Projeto de Estruturação Urbana (PEU) de São Cristóvão, no trecho dentro da área de intervenção. Elas foram transformadas em áreas de uso misto (residencial, comercial e de serviços), de modo a incrementar a ocupação e o aproveitamento local (PMRJ e IPP, 2015, p. 31).

Figura 10 – Mapa de Delimitação da Zona de Uso Misto (ZUM).



Fonte: LC101/2009. Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/LC101_-_23112009.pdf>. Acesso em 10/11/2018.

Quanto aos gabaritos, verifica-se que o aumento do gabarito também se concentra nos setores situados na faixa de aterro (Figura 11):

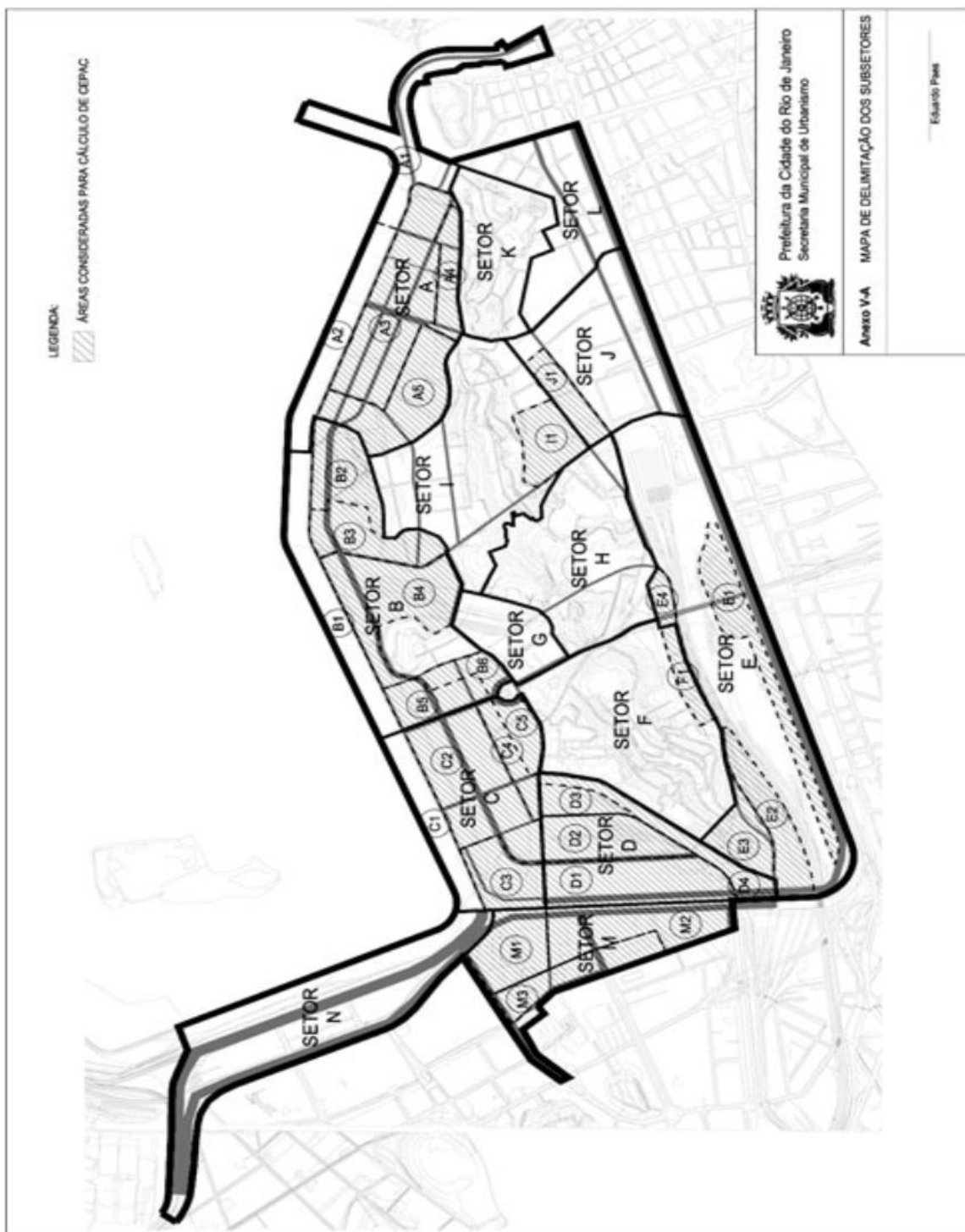
A altura máxima dos setores A e B foi ampliada para 90m, onde antes a altura máxima permitida era de 18m. As áreas de entorno dos morros tiveram sua ambiência preservada com a manutenção de um gabarito mais baixo: 7,5m, 11m e 15m de acordo com o local e a restrição existente. Os setores C, D, E, M têm gabaritos mais altos, por se tratarem de áreas que não interferem na paisagem dos morros nos arredores e onde se pode alcançar uma maior escala na renovação urbana, que virá a ser referência para o resto da cidade. Assim se conformarão quadras com gabaritos de 90m, 120m e 150m de altura. Da mesma forma que nos setores A e B, as franjas dos morros foram preservadas com limites menores de alturas (15m e 60m) (PMRJ e IPP, 2015, p. 33).

Em segundo lugar, o diagnóstico indica a presença de diversos instrumentos jurídicos municipais, estaduais e federais de preservação dos bens patrimoniais existentes, que precisam ser respeitados e deverão receber parte dos rendimentos decorrentes da venda de CEPACs para a preservação do patrimônio material e imaterial presente na região:

Compreendendo a necessidade de modernização e requalificação da região e, sabendo da importância em reconhecer o valor histórico e cultural do patrimônio arquitetônico da Zona Portuária, a LC 101/2009 determinou que o poder público desenvolvesse ações que promovam a integração entre o Rio antigo e o moderno. De acordo com o Estudo de Impacto de Vizinhança da OUC do Porto Maravilha “Transformar a região do Porto e, ao mesmo tempo, preservar as marcas históricas que narram o desenvolvimento da cidade e do país, valorizando-as e proporcionando aos moradores e visitantes do Rio o conhecimento e convivência com elementos símbolos de nossa cultura e palco de importantes lutas por direitos e liberdade, é uma das principais atribuições da OUC” (PMRJ e IPP, 2016, p. 60).

Em terceiro lugar, apresenta-se o Programa Novas Alternativas como possibilidade de aumentar a oferta de Habitação de Interesse Social, dado que há baixa ocorrência de conjuntos habitacionais. O Programa é vinculado à Coordenadoria de Fomento à produção Habitacional da Secretaria Municipal de Habitação e Cidadania, e prevê a desapropriação de imóveis de valor histórico para a recuperação do edifício pela Prefeitura e disponibilização como habitação de interesse social. É importante ressaltar as limitações do programa, devido ao alto custo de recuperação e manutenção de casas coloniais para adequá-las para habitação, o que nem sempre é possível pelas características dos edifícios.

Figura 12 – Mapa de Delimitação dos Subsetores – Áreas Concentradas para Cálculo de CEPAC.



Fonte: LC101/2009. Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/LC101_-_23112009.pdf>. Acesso em 10/11/2018.

Relacionam-se esses pontos tratados na presente seção na medida em que a área de aterro foi ocupada no início do século XX, a qual, além de necessitar de outros recursos técnicos para a verticalização – o que justificaria a necessidade de maior aproveitamento construtivo possível –, é um lugar em que não há incidência de legislação de preservação do

patrimônio (Figura 12). Ou seja, não há restrições urbanísticas de outras instâncias. Quanto às áreas preservadas, indica-se a utilização dos imóveis tombados para habitação social, reduzindo os custos de implantação de novas habitações e otimizando o uso do patrimônio. São formas de maximizar a viabilidade e aproveitamento de empreendimentos imobiliários.

O projeto Porto Maravilha está em implantação em um período histórico, em que os impulsos globais promovem estratégias de gestão urbana que incentivam a acumulação capitalista pela mercantilização do solo urbano com a finalidade de estimular a competitividade das cidades no circuito econômico mundializado das cidades globais. A experiência em implantação cumpre com excelência o receituário desse tipo de projeto, apresentado anteriormente nessa dissertação. Ainda inclui ações sociais de mitigação dos impactos que completam a fábula dessa intervenção. Porém, não basta apenas a veiculação de um discurso exemplar e previsão de projetos, é necessário que essas propostas se realizem.

Críticas e Impactos à intervenção: outras visões do Porto Maravilha

Apesar das proposições técnicas para reduzir os conflitos entre o existente e o proposto, há contradições e conflitos que não são apresentados pelos agentes envolvidos na execução do projeto. Enquanto a realização dos megaeventos foi largamente associada à reestruturação urbana dos cinco milhões de metros quadrados contidos na operação urbana, o cronograma de obras não foi concluído para a Copa do Mundo em 2014, e, durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, apenas algumas federações foram hospedadas na região. Muitas atividades culturais ocorreram na Nova Orla Conde, chamada também de Boulevard Olímpico, vinculadas à presença de turistas. Houve grande exposição midiática no período dos jogos, e novamente na realização dos Jogos Paraolímpicos (Figura 13).

Figura 13 – Mapa turístico de atrações do Boulevard Olímpico durante os Jogos Paraolímpicos de 2016.



Fonte: Twitter, 2016. Disponível em: <<https://twitter.com/BlvdOlimpico>>

Jêrôme Souty (2013) indica elementos importantes propostos pelo Porto Maravilha, recorrentes em outros casos internacionais e mesmo nas propostas anteriores para a zona portuária carioca, tais como: restauração de prédios e monumentos históricos; criação de novos ícones arquiteturais e de importantes museus; criação de novos usos comerciais e de serviços; espetacularização e valorização das paisagens; “folclorização” de bairros históricos e/ou comunidades populares, espetacularização do patrimônio imaterial e focalização no material. Compreende-se que a mera reprodução desses padrões não apreende as complexidades do espaço. Restringir-se a cumprir essas etapas forja um caráter de homogeneidade e consenso pela constituição de imagens-síntese incompatíveis com a realidade dos lugares representados.

Em consonância com a produção e veiculação de imagens-síntese, Marcelo Antônio Sotratti (2016) lembra a histórica apropriação midiática da representação do patrimônio cultural brasileiro para estimular o turismo e colocar em segundo plano as perversidades inerentes ao projeto. Nessa perspectiva, Anelise dos Santos Gutterres (2016) aponta para as contradições observáveis na implantação dos projetos, indicando que, ao eleger certos usos sócio-históricos da região, oculta-se a intenção de modificar a população do porto, ainda mais por associar a valorização desses usos à preservação da identidade local. Gutterres apresenta em seu texto relatos colhidos nas comunidades abrangidas pela área do projeto, relacionados

ao impacto psicológico e emocional sofrido pela população, em decorrência de desapropriações e do avanço das obras, especialmente no caso do Morro da Providência.

Sobre a relação entre as remoções de moradores e o legado dos megaeventos e a implantação do Porto Maravilha, Isabel Cristina da Costa Cardoso (2013) comenta que a implantação da Operação Urbana Consorciada Porto do Rio se relaciona com o Projeto Olímpico apresentado na ocasião da candidatura do Rio de Janeiro para receber os Jogos Olímpicos, projeto que sofreu alterações com a inclusão da zona portuária como parte das localidades com previsão de infraestrutura para o evento. Segundo a autora, desde sua proposição:

...é notória a não incorporação e conversão, para fins sociais, dos equipamentos e acomodações a serem produzidas para as Olimpíadas de 2016, na Região Portuária. As tipologias das moradias definidas no edital estão longe de se aproximar do que usualmente é praticado como habitação de interesse social no Brasil. Assim, não estão previstas formas de uso e ocupação de parte destes imóveis para moradia popular, notadamente na faixa de maior concentração do déficit habitacional do município (0 a 3 salários mínimos). Das quase sete mil unidades habitacionais previstas a partir da implantação das vilas de mídia e de árbitros, além das acomodações de hotéis, nenhuma foi destinada como legado social e urbano das Olimpíadas, conforme prevê, por exemplo, o decreto nº 32.866, de 08 de outubro de 2010, ao definir o “legadômetro” e determinar diretrizes a serem observadas pelas políticas urbanas dos grandes eventos da Copa 2014 e das Olimpíadas de 2016 (CARDOSO, 2013, p. 88).

Para Cardoso, é evidente a relação entre os equipamentos propostos que seriam convertidos em habitação e o plano de adensamento da região portuária previsto no projeto Porto Maravilha. Ainda mais, demonstra o perfil de moradores que o projeto almejava atender, visto que o padrão das residências não atenderia o perfil de habitação dirigida ao grande déficit habitacional da cidade. Antes da elaboração do PHIS, elaborado em 2015 e

apresentado na seção anterior desse trabalho, as principais estratégias de urbanização das favelas da região eram o Programa Novas Alternativas e o Programa Morar Carioca.³⁴

Figura 14 – Escombros de casas demolidas após remoção das famílias, na área da Cruzeiro, Morro da Providência.



Fonte: Luiz Baltar, 2014. FASE, p. 16.

A implantação do Programa Morar Carioca iniciou em 2010 e foi marcada por polêmicas. Prevendo grande número de desapropriações para a implantação de intervenções urbanísticas na zona portuária, não houve participação popular na elaboração de suas propostas e há casos de violação de direitos humanos (Figura 14):

...desde fevereiro de 2011, a SMH iniciou a marcação dos muros frontais das moradias a serem removidas, a medição e fotografia de cada unidade habitacional ameaçada, sem abrir qualquer canal de esclarecimento e negociação coletiva e/ou individual com os atingidos. Alguns moradores receberam cartas de convocação para se apresentarem à SMH, mas a grande maioria não possui qualquer informação sobre os destinos de sua moradia e de suas vidas. É importante frisar que tais ações não ocorreram a partir da apresentação e discussão conjunta de um plano de remoção e reassentamento, ocasionando, assim, várias situações de violação de direitos, como o direito constitucional à informação, à inviolabilidade do lar e o direito humano à moradia digna (CARDOSO, 2013, p. 92).

Ademais, a autora apresenta que, no caso da planta geral do Programa Morar Carioca no morro da Providência, estavam previstas 639 unidades habitacionais, enquanto as

³⁴ “As ações desse programa de integração já somaram entre 2011 e 2012 mais de 100 remoções de moradores do Morro [da Providência]. O projeto de implementação das obras previstas nunca foi apresentado a eles. Por conta dessa e de outras irregularidades e impactos negativos do programa na favela, o Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro moveu uma Ação Civil Pública (ACP) em defesa dos direitos dos moradores da Providência. Numerosas, as obras previam: um teleférico, um plano inclinado, um centro esportivo, um museu a céu aberto, construção de moradias, obras de saneamento básico, remoções de casas localizadas em área de risco” (FASE, 2014, p. 17).

remoções planejadas previram a remoção de 832 habitações (CARDOSO, 2013). Parte das remoções deveriam ser reassentadas em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, localizados na zona oeste da cidade, o que vai contra as premissas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade (FASE, 2013).

Segundo Mariana Werneck, Patrícia Novaes e Orlando Alves dos Santos Junior (2018), o PHIS, que ocorreu em 2015 “em Conferência Municipal após um processo de discussão envolvendo o município, universidades, ONG’s e movimentos de luta pela moradia”, previa a implantação de pelo menos 10 mil novas unidades habitacionais e a reforma de aproximadamente 2500 residências, ainda não foi posto em prática³⁵. Os autores relatam também a pequena adesão do mercado imobiliário à OUC pelo pequeno número de empreendimentos licenciados e executados desde sua implantação, o que compromete a arquitetura financeira prevista para sustentar a OUC.

De fato, é preciso deixar claro que a operação urbana do Porto Maravilha tem sido realizada fundamentalmente com recursos públicos por meio de três mecanismos: (i) o repasse de recursos do FGTS, comprador de todos os CEPACs; (ii) o repasse de recursos orçamentários da Prefeitura Municipal, injetados na CDURP; e (iii) a venda de terrenos públicos da União para a CDURP, que os comercializa no mercado visando criar um mercado para os CEPACs (WERNECK, NOVAES e SANTOS JUNIOR, 2018).

Contudo, os impactos das obras promovidas pela reestruturação urbana não se restringiram à moradia dos habitantes da região. Atividades informais como comércio de ambulantes, camelôs entre outras, são fonte de renda de muitas pessoas que trabalham e vivem na zona portuária. Essas atividades têm sido reprimidas pelo poder público, em especial nas proximidades da Central do Brasil e do Terminal Américo Fontanelle, onde se concentravam esses trabalhadores (FASE, 2013). A implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) também impactou fortemente as atividades dos comerciantes locais e o deslocamento dos moradores, com a redução de linhas de ônibus na região³⁶ e as constantes obras necessárias para expansão das linhas de VLT e de infraestrutura (BRAUN et al, 2017).

³⁵ “De acordo com o levantamento realizado pelo Observatório das Metrópoles, 48 imóveis destinados à habitação de interesse social foram licenciados pela prefeitura na Região Portuária desde o início da operação urbana. No entanto, a situação encontrada em campo revela que, em nenhum deles, foram realizadas obras de construção ou reforma até o momento. Em poucas palavras, são empreendimentos que não saíram do papel” (WERNECK, NOVAES e SANTOS JUNIOR, 2018).

³⁶ “Para abrir caminho para a construção e implementação do VLT muitas linhas de ônibus foram cortadas. Nos últimos três anos, moradores foram forçados a trafegar pelos lugares das obras e tiveram que enfrentar a falta

Maria Laís Pereira da Silva, Luciana da Silva Andrade e Juliana Canedo (2016) assinalam, de forma correlata a Vaz e Silveira (1999), o papel atribuído aos vazios urbanos, que justificariam grandes intervenções urbanas, especialmente em áreas com baixa densidade habitacional e grande número de terrenos públicos subutilizados como é o caso nos bairros em questão³⁷. Ao tratar a área como abandonada, “esse discurso desconsidera a vida preexistente nestas regiões e tem como objetivo sobrepor uma nova forma de viver e habitar a cidade, às custas de seus antigos moradores” (SILVA et al, 2012, p. 156). Portanto, questiona-se:

As escolhas urbanas que vemos despontar no panorama atual remetem à homogeneidade de usos, público, imagem. Nosso grande temor, é, portanto, que um projeto como o Porto Maravilha consiga de fato renovar a zona portuária: renová-la de forma totalizante. Atualmente parece ser relativamente rápido apagar quase 450 anos de camadas acumuladas de história... ou senão, reescrevê-las de forma radical. O radicalismo não é em si negativo, mas será que os cariocas estão felizes com o desaparecimento dos galpões portuários e também de casas, com o iminente bloqueio da vista dos morros, fundamentais na história do Rio de Janeiro? E os moradores da região? (MOREIRA, 2011)

Em síntese, assim como nas proposições dos projetos verificados a partir da década de 1980:

...observa-se um forte fio condutor que une os princípios ideológicos das gestões de Passos (1903-1906), Dodsworth (1937-1945) e Paes (2008-2016) no que diz respeito ao trato com a cidade e a população da região portuária em face dos interesses corporativos hegemônicos (CARLOS, 2016).

Pode-se afirmar que esse fio condutor se relaciona com o discurso de modernização promovido pelo Estado, em todas as grandes reestruturações realizadas na zona portuária: promovido (e aceito) como único caminho possível de regeneração.

O Porto Maravilha é mais uma tentativa de “reabilitar” a zona portuária do Rio de Janeiro, historicamente constituída como espaço segregado geograficamente e socialmente. Em consonância com a prática verificável no cenário global, que estimula a culturalização das

de linhas de ônibus para irem ao trabalho, escola, ou casas de seus amigos e famílias. Um aumento na opção de modais não resultou em aumentos na mobilidade. Eduardo Souza declarou: “Nós temos uma grande dificuldade com transporte no bairro. Removeram várias linhas de ônibus em expectativa ao VLT... Muitas pessoas [na cidade] estão conectadas ao Boulevard Olímpico, à Praça Mauá, mas dentro da vizinhança os moradores ainda não têm [a mobilidade que o governo] prometeu” (BARBER, 2016. Disponível em <<http://rioonwatch.org.br/?p=23959>>). Acesso em 27/12/2018.

³⁷ Desconsiderando, entretanto, que as baixas densidades na região são resultado da articulação histórica entre políticas públicas de remoções e instrumentos regulatórios que desestimularam o uso residencial nos bairros centrais até meados de 1990.

idades pela implantação de atividades culturais em áreas tradicionais para o fortalecimento identitário da população e pela valorização de recursos econômicos (VAZ, 2004), o Porto Maravilha também estrutura sua legitimação pela construção de equipamentos culturais, com destaque para grandes museus. Por conseguinte, aprofunda-se a análise em dois equipamentos culturais situados no perímetro da OUC: o Museu do Amanhã e o Sítio Arqueológico Cais do Valongo.

Patrimônios da atualidade: Museu do Amanhã e Sítio Arqueológico Cais do Valongo

A patrimonialização promove uma reconstrução narrativa e simbólica de elementos já constituintes da identidade e do imaginário coletivos. Esses elementos da paisagem, historicamente construídos e culturalmente assimilados, articulam a relação entre a valorização patrimonial e intervenções urbana, pois potencializam a constituição de lugares de memória ou permitem a reinvenção deliberada da história.

Parece evidente que existe algum tipo de trabajo de producción de significados y de connotaciones positivas en relación com estos espacios centrales. Como resultado, es lógico preguntarse quiénes y cómo transforman el imaginario colectivo para facilitar la realización de las inversiones de capital por medio del consumo. Para empezar, esta labor no parece ser ni un trabajo asalariado al uso ni un proceso totalmente inocente y aleatorio. En cualquier caso, parece implicar un trabajo ideológico, de la implementación del urbanismo como ideología. Así pues, ¿en qué consiste este trabajo de valorización simbólica? ¿Hasta qué punto es una estrategia planeada? ¿Qué tipo de espacios son producidos como resultado? (DÍAZ e SALINAS, 2014, p. 109-110).

Acredita-se que a indústria cultural configurada na atual fase do capitalismo se apropria de valores simbólicos para produção de valores econômicos a serem consumidos por atividades turísticas e imobiliárias. Os espaços produzidos por essas práticas apresentam narrativas artificiais e autorizadas, ocultando tensões e disputas inerentes ao território sob aparentes consensos. Isso posto, como exercício analítico, discute-se a produção do Museu do Amanhã e do Sítio Arqueológico Cais do Valongo como bens patrimoniais que contribuem com o mercado cultural instituído na zona portuária pelo projeto Porto Maravilha.

Circuitos espaciais produtivos: reflexões possíveis

A concepção do conceito dos circuitos espaciais produtivos remete ao trabalho desenvolvido pelo *Centro de Estudios del Desarrollo* (CENDES), da Universidade Central da Venezuela. Coordenado por Sonia Barrios e Alejandro Rofman, o projeto “MORVEN – Metodologia para o Diagnóstico Regional” (CENDES, 1978) analisa segmentação e especialização de espaços nacionais e dos diferentes agentes envolvidos em atividades produtivas, sob as particularidades dos países de Terceiro Mundo (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

Seguindo pressupostos trabalhados por Karl Marx sobre as contradições inerentes ao processo de produção (produção, circulação, troca e consumo), os circuitos espaciais produtivos – tais como apresentados pela contribuição de Milton Santos (1986) – demonstram a divisão territorial do trabalho de determinada atividade produtiva, identificando uma série de etapas do processo de transformação entre o produto principal até o consumo (BARRIOS, 1976; apud SANTOS, 1986). Essas etapas incluem relações de ordem econômica, técnica e social, constituintes do processo produtivo, que se relacionam no e pelo território. Ricardo Castillo e Samuel Frederico (2010) apontam a contribuição de Mónica Arroyo (2008), que afirma que os circuitos espaciais produtivos atingem frações do território pelos fluxos materiais e imateriais e pela ação de empresas, instituições e pessoas de forma articulada. Esse processo de produção demanda uma organização espacial para se realizar, que envolve “valores, regras, condições geográficas (aqui compreendidos os dispositivos tecnológicos), econômicos e sociais, ou seja, um conjunto que possibilita o deslocamento de bens materiais e imateriais” (DANTAS, 2016, p. 194).

Aldo Dantas (2016) lembra Milton Santos ao discutir sobre a potencialização das singularidades dos lugares que se mundializam, e destaca que a

configuração territorial dá aos lugares especificidades, criando diferenciações espaciais e dotando os lugares de aptidões que permitem a instalação, ou não, de dadas atividades. Essa dotação, que dá característica própria a cada lugar, é o que Milton Santos vai chamar de Lei do Lugar (DANTAS, 2016, p. 197).

Essa colocação reitera a influência das heranças espaciais de produção dos lugares, outro caráter dos circuitos espaciais produtivos.

Quanto aos circuitos espaciais, eles nos dão a situação relativa dos lugares, isto é, a definição, num dado momento, da respectiva fração de espaço em função da divisão do trabalho sobre o espaço total de um país. Aí se conjugam as relações de produção do passado, mantidas ou rejuvenescidas pelas relações atuais representadas por relíquias ou heranças, tanto na paisagem quanto na própria estruturação social. (SANTOS, 1986, p. 130)

Recuperando as premissas teóricas apresentadas nessa dissertação, a produção do espaço é orientada por processos econômicos e dinâmicas sociais que têm por finalidade a manutenção da ordem social vigente, onde grupos dominantes tendem a perpetuar sua hegemonia em colaboração com o Estado (VILLAÇA, 2001). Dessa maneira, os circuitos espaciais produtivos delineiam a situação relativa de dado território, dado que regiões não são realidades autônomas, mas suscetíveis às influências externas. Uma boa referência dessas dinâmicas pode ser verificada no documentário *O mundo global visto do lado de cá: encontro com Milton Santos* (TENDLER, 2006), quando é apresentado o circuito produtivo do Boeing 777, na época constituído por 322 fornecedores distribuídos em 38 países, cujos componentes são produzidos por 1700 intermediários, localizados em 37 países, montados em uma cidade dos Estados Unidos, na sede da empresa: pode-se verificar a constituição de uma rede global de produção para apenas um produto (Figura 15).

Figura 15 – Circuito Espacial Produtivo do Boeing 777.



Fonte: TENDLER, 2006. *O mundo global visto do lado de cá: encontro com Milton Santos*.

Observando as particularidades do conceito, como exercício analítico, constituem-se os circuitos espaciais produtivos que resultaram na construção e operação do Museu do Amanhã e na inscrição do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade. Apesar de não se tratarem de cadeias produtivas convencionais, considera-se a construção desses bens patrimoniais como instância de produção, sua divulgação como circulação e o conteúdo produzido e difundido nesses lugares como instância de consumo.

No caso do Museu do Amanhã³⁸, foram reunidas informações disponíveis *online* sobre colaboradores, responsáveis técnicos e fornecedores envolvidos para a constituição de circuitos espaciais produtivos de ordem econômica e técnica (construtiva e de conteúdo), sem detalhamento da ordem social, que seria necessária para uma compreensão mais abrangente, mas especialmente mais restrita por ocorrer principalmente no entorno imediato do Museu. Em contato com o Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG)³⁹ foi possível avançar o detalhamento do circuito pelo acesso a informações sobre a obra⁴⁰ e acervo. Cada agente identificado⁴¹ teve sua localização geográfica considerada na espacialização dos colaboradores pela elaboração de mapas temáticos.

Quanto ao Sítio Arqueológico Cais do Valongo, verificam-se as instituições, empresas e pessoas envolvidas na inscrição do bem como Patrimônio da Humanidade. Como indicado anteriormente, o patrimônio histórico tem seu valor simbólico atribuído institucionalmente *a posteriori*, ou seja, não foi produzido para tal finalidade. Portanto, o Sítio Arqueológico Cais do Valongo só pode ser entendido enquanto patrimônio pelo processo de tombamento e candidatura à Lista de Patrimônios da Humanidade.

³⁸ O exercício analítico do Museu do Amanhã foi apresentado de forma preliminar no artigo apresentado em colaboração com Manoel Lemes da Silva Neto, no V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, realizado em outubro de 2018 em Salvador, Bahia.

³⁹ Reiteramos o agradecimento à IDG / Museu do Amanhã pela disponibilização dos dados utilizados na pesquisa e pelo suporte da equipe de pesquisa.

⁴⁰ Durante a pesquisa, entramos em contato com a Concessionária Porto Novo para levantamento de mais informações relacionadas à etapa de construção. Contudo, até a conclusão desse texto não houve retorno.

⁴¹ Ressalta-se que durante a pesquisa buscou-se referências explícitas ao Museu do Amanhã ou ao Sítio Arqueológico Cais do Valongo. Porém, nem sempre estavam disponíveis e, no caso de pessoas físicas, há ocorrência de homônimos, de pessoas que se desvincularam das empresas que trabalharam ou que se mudaram para outra cidade. Não obstante, a finalidade do exercício analítico foi alcançada.

Museu do Amanhã

Localizado na Praça Mauá, ao lado do Museu de Arte do Rio (MAR), o Museu do Amanhã foi idealizado como um dos projetos âncora da OUC Porto do Rio. Inaugurado em dezembro de 2015, o edifício ícone da arquitetura internacional (Figura 16) foi projetado pelo arquiteto Santiago Calatrava e propõe discutir questões contemporâneas sobre o ambiente e a sociedade a fim de estimular a reflexão sobre futuros possíveis: “o amanhã não é uma data no calendário, não é um destino final: ele é uma construção que começa hoje, agora. A partir das escolhas feitas no presente, desdobra-se uma gama de amanhãs” (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2016, p. 5).

Figura 16 – Museu do Amanhã, visto da Praça Mauá.



Fonte: Laura De Bona, 21 out. 2017.

Resultado da parceria entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Fundação Roberto Marinho, foi originalmente proposto que o museu fosse construído no Armazém 6⁴² – junto ao terminal de passageiros e ao AquaRio (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2010), sendo implantado de fato no Píer Mauá – onde havia sido proposta a implantação do Museu Guggenheim durante o projeto Porto do Rio. O projeto arquitetônico foi desenvolvido a partir de diretrizes técnicas de sustentabilidade para obter a certificação LEED (Liderança em Energia e Projeto Ambiental), concedida pela *Green Building Council* (USGBC) com o selo ouro em 2016. Com cerca de 15 mil metros quadrados de área construída, sua forma longitudinal foi concebida a partir da leitura do arquiteto da paisagem local, do programa proposto e de recursos tecnológicos avançados. A execução de suas formas arrojadas demandou a importação de maquinário específico e a colaboração entre projetistas brasileiros e

⁴² Atualmente, o Armazém 6 abriga as atividades do “Armazém da Utopia”, centro cultural gerenciado pela Companhia Ensaio Aberto desde 2010. Para mais informações, consultar <<http://www.armazemdautopia.com.br/>> e <http://www.ensaioaberto.com/index2.htm>>.

estrangeiros. Dentre os recursos tecnológicos do edifício, destaca-se a reutilização da água da baía para refrigeração, a cobertura móvel que possibilita a geração de energia com placas fotovoltaicas e a seleção de materiais de construção a partir de critérios ambientais (componentes reciclados, de baixa toxicidade, alta durabilidade e produzidos próximos ao local de obra). Também foram utilizadas espécies nativas para o paisagismo do parque executado no entorno do museu, para “facilitar a adaptação da vegetação, atrair mais fauna da região e reforçar o aspecto didático do jardim” (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2016, p. 36).

Tendo em vista o programa idealizado para a instituição, a exposição principal possui grande parte de seu conteúdo digital, atualizada pela colaboração do museu com instituições de pesquisa brasileiras e estrangeiras: “o acervo do Museu do Amanhã é imaterial, são possibilidades. Ao contrário de outras instituições, que precisam preservar seu acervo, o do museu deve ser o tempo todo renovado” (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2016, p.7). Alinhado com o caráter dinâmico da exposição principal, há o Laboratório de Atividades do Amanhã (LAA), espaço de inovação e experimentação que recebe pesquisadores para desenvolvimento de projetos científicos e o Observatório do Amanhã, responsável pela atualização do acervo e organização de eventos.

De acordo com o livro publicado na ocasião de dois anos de funcionamento (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2017), além de superar a marca de dois milhões de visitantes, algumas das realizações ocorridas durante o ano de 2017 ampliaram a relevância da instituição no cenário nacional e internacional:

Efemérides, como esta que marca os 731 dias de funcionamento do Museu do Amanhã, são boas ocasiões para celebrarmos. Neste 2017, apresentamos os diferentes aspectos da inovação no Brasil na primeira exposição totalmente desenvolvida por nós – “Inovações – Criações à Brasileira”; fortalecemos o necessário laço histórico com a Região Portuária com “Vivências do Tempo – Matriz Africana”; debatemos assuntos palpitantes da ciência com uma série de conferências e atividades acadêmicas; fomos porta-voz de importantes pesquisadores e instituições. Tivemos o reconhecimento de diversas agências da ONU; a homenagem da BrazilFoundation por nosso programa de inclusão Trans+Respeito; ganhamos o título de Edifício Verde Mais Inovador, do MIPIM Awards (Luiz Alberto Oliveira, Curador do Museu do Amanhã. In: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2017, p. 6).

Também se destaca o diferencial do Museu do Amanhã no seguinte aspecto: “fortalecemos nossos laços com bons e novos parceiros e patrocinadores a ponto de nos estabelecer como exemplo único de parceria público-privada do setor cultural, com mais de 70% do orçamento oriundo de fontes privadas” (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2017, p. 4).

Parcerias entre a esfera pública e privada são características das instituições culturais vinculadas à Fundação Roberto Marinho e, pelo apresentado, o Museu do Amanhã tem tido grande respaldo no mercado. Outro ponto foi o avanço no processo de internacionalização da instituição, representado pelo *Museum of Tomorrow International* (MoTi):

A participação e divulgação do Museu fora do Brasil são destaques da nossa gestão. A crescente demanda internacional por parcerias de intercâmbio de conhecimento levou o Museu a abrir seu primeiro escritório internacional. Em 2017, inauguramos o escritório do *Museum of Tomorrow International* - MoTi, em Amsterdã, na Holanda, em parceria com a Escola THINK de Inovação e Liderança Criativa (Ricardo Piquet, Diretor Presidente do Museu do Amanhã. (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2017, p. 11).

Esse esforço de internacionalização por convênios com instituições internacionais de pesquisa, participação em eventos científicos e criação de escritórios em outros países pode ser relacionado com os circuitos de cidades globais, pois se tratam de vínculos para a produção e divulgação de conteúdo. Portanto, analisar o circuito espacial produtivo do Museu – na ordem econômica de financiamento, técnica construtiva nos recursos projetivos e técnica de conteúdo para ampliação do acervo – é pertinente para indicar a origem dos agentes envolvidos na produção dessa instituição, visto seu amplo alcance de público.

Circuito espacial produtivo do Museu do Amanhã

Para a elaboração do circuito espacial produtivo, a principal fonte de informações foi um painel disponível no hall do edifício (Figura 17). Essas informações foram verificadas junto aos profissionais do Museu do Amanhã responsáveis pelo contato com pesquisadores, e o quadro geral organizado a partir dessas informações consta no Apêndice 2. Destaca-se que, no caso de instituições e empresas internacionais, optou-se por considerar a cidade sede dos agentes, visto que são onde as decisões operacionais e econômicas se concentram. O painel em questão está detalhado no Apêndice 3.

Figura 17 – Painel usado no circuito espacial produtivo, localizado no Hall do Museu do Amanhã.



Fonte: Laura De Bona, 2018.

O levantamento geral (Quadro 1), com todos os agentes identificados por atividade, indica 457 itens, divididos por ordem e origem. Observa-se predomínio de agentes de origem brasileira sobre os de origem estrangeira em todas as ordens⁴³.

Quadro 1 – Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Levantamento Geral

Levantamento Geral						
Ordem Origem	Número identificado					
	Brasileiras		Estrangeiras		Total	
Econômica	63	86%	10	14%	73	16%
Técnica Construtiva	95	86%	15	14%	110	24%
Técnica de Conteúdo	222	81%	52	19%	274	60%
Total	381	83%	76	17%	457	100%

Fonte: Painel do Museu do Amanhã – Elaboração própria.

Dentre esse levantamento geral, há reincidência de agentes dentro das próprias ordens: por exemplo, a empresa SuperUber consta sete vezes na ordem técnica construtiva (Direção de Tecnologia; Sistema de Atualização de Conteúdo), enquanto, na ordem técnica de conteúdo, doze vezes (Audiovisual – A terra é azul; Audiovisual – Ecossistemas; Instalação Visual – Cérebro; Audiovisual – Totens; Audiovisual – Sociedade; Jogo das Civilizações). Para evitar a repetição de empresas, instituições e pessoas, nas próximas análises, não se considera a quantidade de vezes que cada agente foi citado, mas a quantidade de agentes distintos. No caso de mais de um funcionário da mesma empresa identificado no levantamento geral, conta-se apenas o nome da empresa como sendo um agente.

⁴³ As porcentagens apresentadas se referem à participação dos agentes brasileiros e estrangeiros por totais de cada ordem, sendo a porcentagem na coluna “total” referente à participação de cada ordem no total de itens identificados. Essa forma de apresentação será mantida nos outros quadros apresentados a seguir.

Quadro 2 – Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Síntese quantitativa

Origem e Tipo de Agentes por Ordem									
Ordem		Econômica		Técnica Construtiva		Técnica de Conteúdo		Total	
Tipo	Origem	Número identificado		Número identificado		Número identificado			
Instituições	Brasileira	6	20%	2	3%	36	26%	44	18%
	Estrangeira	0	0%	0	0%	28	20%	28	12%
Empresas	Brasileira	14	47%	49	68%	30	22%	93	39%
	Estrangeira	10	33%	11	15%	15	11%	36	15%
Pessoas	Brasileira	0	0%	9	13%	21	15%	30	13%
	Estrangeira	0	0%	1	1%	7	5%	8	3%
Total	Brasileira	20	67%	60	83%	87	64%	167	70%
	Estrangeira	10	33%	12	17%	50	36%	72	30%
Total Geral		30	13%	72	30%	137	57%	239	100%

Fonte: Painel do Museu do Amanhã – Elaboração própria.

A síntese quantitativa do circuito espacial produtivo do Museu do Amanhã (Quadro 2) demonstra que, assim como observado no levantamento geral, em todas as ordens analisadas prevalecem agentes brasileiros, sejam eles instituições, empresas ou pessoas. Entretanto, é possível aprofundar qualitativamente a análise das informações apresentadas.

Na ordem econômica, a concepção e realização das obras são de responsabilidade de empresas e instituições brasileiras, especialmente a Fundação Roberto Marinho e a Concessionária Porto Novo (formada pelas construtoras OAS S.A., Norberto Odebrecht S.A. e Carioca Christiani-Nielsen Engenharia), com apoio das instâncias federal, estadual e municipal de governo. A gestão da instituição também é responsabilidade da IDG, uma empresa nacional. Entretanto, há empresas internacionais diretamente relacionadas ao funcionamento do Museu, notadamente a Shell como mantenedora, o Banco Santander como patrocinador master e as empresas Engie e IBM como patrocinadoras.

Quanto a ordem Técnica Construtiva, também se verifica predominância de agentes brasileiros na fabricação de materiais e execução das obras. Porém, as concepções iniciais e definições projetuais de maior relevância, como projeto arquitetônico (Santiago Calatrava LLC), estruturas metálicas (Projeto Alpha Engenharia de Estruturas e Santiago Calatrava LLC), consultoria de projetos (Arup) e concepção museográfica (ORB LLC) foram realizadas por grandes empresas estrangeiras. Os agentes nacionais se restringem ao detalhamento e projetos menores, definidos pelos projetos realizados no exterior.

O padrão se mantém na ordem Técnica de Conteúdo. Os principais colaboradores de conteúdos são empresas estrangeiras, como a JCDecaux (fornecedora oficial de mídia), THINK

School of Creative Leadership e DutchCulture Centre of International Cooperation (parceiros internacionais), Cisco e Intel (parceiros tecnológicos), Spotify (player oficial) e *Foundation Engie, Newton Fund e British Council* (parceiros em projetos especiais). Dos agentes envolvidos na consultoria de atualização do acervo digital, também há numerosas parcerias internacionais.

A análise referente aos agentes brasileiros identifica que a localização de empresas, instituições e pessoas envolvidas na produção do Museu do Amanhã se concentra no eixo Rio-São Paulo. Parte-se das informações referentes ao número de agentes, e não de atividades. Ou seja, não há reincidência de agentes dentro da mesma ordem, podendo ocorrer a repetição dos agentes entre as ordens analisadas.

Quadro 3 – Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Origem de Agentes - Ordem Econômica | Brasil

Origem de Agentes por Ordem Brasil		
Econômica		
Estado Cidade	Número identificado	
Distrito Federal	2	10%
Brasília	2	
Rio de Janeiro	14	70%
Rio de Janeiro	14	
São Paulo	4	20%
São Paulo	4	
Total	20	100%

Fonte: Painel do Museu do Amanhã – Elaboração própria

Na ordem econômica (Quadro 3), relacionada ao financiamento e gestão da instituição, verifica-se a predominância de agentes situados no Rio de Janeiro, como a Fundação Roberto Marinho e a IDG, responsáveis pela concepção e gestão, e o Grupo Globo (parceiro estratégico), assim como empresas com sede em São Paulo, como o Instituto CCR, a rede hoteleira *Windsor Hotels* e a Estapar, que dão apoio ao Museu. Os agentes localizados em Brasília são o Governo Federal e o Ministério da Cultura, atrelados à realização da obra. Na ordem Técnica Construtiva (Quadro 4), novamente há grande concentração de agentes na cidade do Rio de Janeiro e região e algumas empresas isoladas em capitais de outros estados, como as empresas responsáveis por instalações elétricas e sonorização. Destaca-se a empresa responsável pelo Plano Museológico (Expomus Exposições, Museus e Projetos Culturais), situada em São Paulo, que seguiu as orientações da produção museográfica projetada por empresas estrangeiras.

Quadro 4 – Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Origem de Agentes - Ordem Técnica Construtiva |

Brasil

Origem de Agentes por Ordem Brasil		
Técnica Construtiva		
Estado Cidade	Número identificado	
Bahia	2	3%
Salvador	2	
Distrito Federal	3	5%
Brasília	3	
Minas Gerais	1	2%
Belo Horizonte	1	
Rio de Janeiro	34	57%
Niterói	2	
Rio de Janeiro	32	
São Paulo	20	33%
Barueri	1	
Osasco	1	
Santo André	1	
São Paulo	17	
Total	60	100%

Fonte: Painel do Museu do Amanhã – Elaboração própria

Quanto à produção da ordem Técnica de Conteúdo (Quadro 5), item mais relevante do circuito espacial produtivo por refletir a produção continuada relacionada à dimensão do consumo do Museu, observa-se maior diversidade de cidades de origem, porém o padrão de concentração no eixo Rio-São Paulo se mantém. Verifica-se que há recorrência de agentes – especialmente empresas – situados nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, que participaram da execução das instalações do Museu, enquanto os agentes colaboradores na produção e atualização do conteúdo do acervo são instituições de pesquisa situadas no Rio de Janeiro (Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Fundação Planetário, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca), São Paulo (Universidade de São Paulo, Museu da Pessoa), Campinas (Universidade Estadual de Campinas), São José dos Campos (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e Instituto de Aeronáutica e Espaço), Natal (Instituto Internacional de Neurociência de Natal) e Brasília (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Ministério da Ciência,

Tecnologia e Inovação). Trata-se da ordem com maior participação de instituições e pessoas das três ordens observadas.

Quadro 5 – Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Origem de Agentes - Ordem Técnica de Conteúdo

| Brasil

Origem de Agentes por Ordem Brasil		
Técnica de Conteúdo		
Estado Cidade	Número identificado	
Distrito Federal	4	4%
Brasília	4	
Rio de Janeiro	48	56%
Niterói	1	
Rio de Janeiro	46	
Seropédica	1	
Rio Grande do Norte	1	1%
Natal	1	
São Paulo	34	38%
Barueri	1	
Campinas	2	
Indaiatuba	1	
São José dos Campos	3	
São Paulo	26	
Vargem Grande Paulista	1	
Total	87	100%

Fonte: Painel do Museu do Amanhã – Elaboração própria

Com base nas informações obtidas, foram elaborados mapas na dimensão global e na dimensão nacional, para verificar a disposição geográfica dos agentes que participaram na produção do Museu do Amanhã. Esses mapas serão apresentados a seguir, juntamente com os mapas elaborados pelo circuito espacial produtivo do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, para síntese sobre o exercício analítico elaborado.

Sítio Arqueológico Cais do Valongo

O uso cotidiano do território imprime marcas sobre sua materialidade, resultando na construção histórica da paisagem. É seguro afirmar que a zona portuária do Rio de Janeiro possui monumentos particulares de sua formação social, que são distintos do patrimônio histórico oficial. Entretanto, por vezes esses bens convergem, como no caso do Sítio Arqueológico Cais do Valongo.

Figura 18 – Monumento no Cais do Valongo e da Imperatriz



Fonte: Laura De Bona, 21 out. 2017.

Desenterrado em 2011, o Cais do Valongo (Figura 18) é apresentado⁴⁴ como o ponto de desembarque para centenas de milhares de escravos trazidos do continente africano entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Situado na antiga Praia do Valongo, no vale entre os morros da Conceição, do Livramento e da Saúde, o complexo de comércio escravagista que estava instalado na região desde 1774 incluía mercado, depósitos e armazéns de escravos, o Cemitério dos Pretos Novos e o Lazareto da Gamboa (Figura 19). Sendo o pavimento mais profundo, o Cais do Valongo:

é constituído por um calçamento de pedras talhadas de modo irregular e assentadas diretamente sobre o terreno arenoso e regularizado da Praia do Valongo. Este tipo de pavimentação é denominado no Brasil de pé de moleque e foi largamente utilizado em obras públicas dos séculos XVIII e XIX (IPHAN e PMRJ, 2016, p. 30).

⁴⁴ Há estudos que questionam se o local teria recebido de fato o desembarque dos escravos cativos, como o caso do arquiteto e historiador Nireu Cavalcanti (MOTTA, 2017). Contudo, esse trabalho não pretende questionar a legitimidade histórica do bem, mas analisar como o processo de patrimonialização do Cais se deu. Portanto, não entraremos nessa discussão.

Figura 19 – Localização do Cais do Valongo na base cartográfica de 1791.

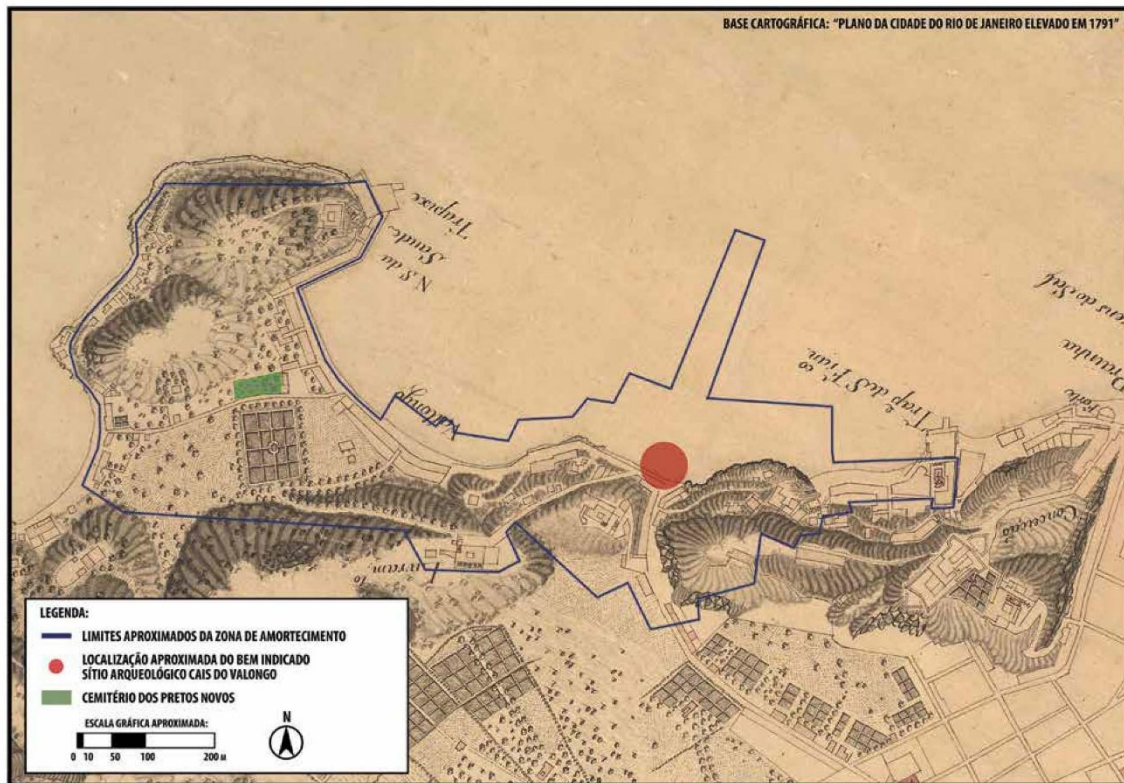


Figura 94. Detalhe do Plano da Cidade do Rio de Janeiro elevado em 1791.

Fonte: IPHAN e PMRJ, 2016, p. 97.

Após o declínio do comércio de escravos pela proibição do tráfico negreiro na década de 1830, o cais de pedra foi reestruturado para receber a Princesa das Duas Sicílias, Teresa Cristina de Bourbon. Além do novo calçamento, o processo de modernização incluiu diversas intervenções que foram realizadas para requalificar o local e receber a princesa em 1843:

O Cais da Imperatriz, projetado pelo engenheiro militar Grandjean de Montigny, a partir de encomenda da Câmara da cidade, era constituído por pedras graníticas bem aparelhadas de tamanhos variados, formando a muralha e o píer, sendo o restante do calçamento feito de paralelepípedos (IPHAN e PMRJ, 2016, p. 34).

Incluía um pavilhão adornado com esculturas, de caráter provisório, posteriormente desmontado. Esses adornos foram deslocados para o atual Jardim Suspenso do Valongo, construído na ocasião das reformas propostas pelo Prefeito Pereira Passos.

Segundo o Dossiê apresentado à UNESCO:

Como destacamos, mas vale reiterar, construir um novo cais sobre o Cais do Valongo significava mais que uma obra de embelezamento do local de desembarque da futura Imperatriz, era uma medida concreta no sentido de soterrar uma parte da história que as autoridades pretendiam ocultar, mas que ainda estava longe de ser superada: a escravidão africana no Brasil (IPHAN e PMRJ, 2016, p. 34).

Durante década de 1870, o local recebeu infraestrutura de saneamento da Companhia *City Improvements* e foi novamente enterrado no início do século XX. Durante as obras de melhoramentos urbanos do Prefeito Pereira Passos, aplicou-se calçamento de pedras portuguesas e renomeou-se como Praça Municipal, sendo conhecido posteriormente como Praça Jornal do Comércio (IPHAN e PMRJ, 2016, p. 39).

A execução de obras de saneamento decorrentes da OUC Porto do Rio resultou no “descobrimento” do sítio arqueológico. Em virtude de seu potencial arqueológico, uma equipe coordenada por Tânia Andrade Lima solicitou autorização à Prefeitura para que fosse feita uma pesquisa antes da realização das obras previstas. Após extenso trabalho nas escavações foram reunidas aproximadamente 1.200.000 peças de uso cotidiano dos frequentadores da região, e parte do Sítio Arqueológico foi transformado em um memorial em homenagem à diáspora africana e às pessoas escravizadas que passaram por ali.

À época, já era de conhecimento, tanto dos gestores públicos quanto dos pesquisadores, o elevado potencial arqueológico da área. Além de ser uma área estratégica de convívio e interação social entre a população negra cativa e liberta, era também a área de chegada e comercialização do enorme contingente de africanos escravizados, o que se confirmou durante as escavações preventivas levadas a efeito pela equipe da Professora Tania Andrade Lima, arqueóloga do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro-MN/UFRJ (IPHAN e PMRJ, 2016, p. 25).

Atesta-se que já era de conhecimento o potencial da área pois, em 1996, na ocasião do descobrimento de ossadas humanas durante a reforma de uma residência, identificou-se a localização precisa do Cemitério dos Pretos Novos. Desde aquele período, havia interesse em realizar uma pesquisa mais ampla, porém não havia apoio do poder público nem recurso financeiro para sua viabilidade. Com o início das obras do Porto Maravilha, que ocorreu no mesmo período de reuniões promovidas pela UNESCO no projeto “Rota dos Escravos”, o potencial de encontrar um sítio relacionado à diáspora africana no continente americano que estivesse em boas condições de preservação tornou a pesquisa arqueológica possível. Nessa conjuntura, realizaram-se as escavações, o memorial foi edificado e a proposição de inscrição do bem na Lista de Patrimônios da Humanidade, sob responsabilidade da UNESCO, foi realizada.

Apesar do aparente consenso quanto à importância do Cais, Vassallo e Cicalo (2015) defendem a “existência de uma polifonia das experiências desse patrimônio, de uma

pluralidade de pontos de vista que o transforma num território contestado e disputado” (p. 255), mesmo se tratando de uma região historicamente marginalizada. O Dossiê elaborado com a proposta de inscrição do Sítio Arqueológico Cais do Valongo na lista do Patrimônio Mundial (IPHAN e PMRJ, 2016) reforça essa concepção de marginalidade e destaca os recorrentes fracassos em “requalificar” simbolicamente a área:

Não obstante todos os esforços feitos e o empenho para revitalizar a área, a degradação se reinstalou. (...) A reformulação urbana promovida por Pereira Passos e a construção do Porto do Rio de Janeiro deveriam, a rigor, ter requalificado a área. Contudo, historicamente associada a segmentos considerados como marginalizados pela sociedade dominante - como os negros escravizados em sua origem, os alforriados que por lá se estabeleceram e se fixaram, e depois aos negros libertos que, com a construção do porto, foram alocados na estiva, ou mesmo aos imigrantes desqualificados, de proveniências distintas, que ali se refugiavam – a área ficou fortemente marcada como um reduto da marginalidade (...) (Andrade Lima, 2013, p.14, apud IPHAN e PMRJ, 2016, p. 40).

No âmbito das obras do Porto Maravilha, ocorreu uma mudança de postura política: foram mobilizadas diversas instâncias (poder público, comunidade científica nacional e internacional, movimentos sociais previamente articulados) que, ao unirem forças em prol da memória da diáspora africana, construíram uma nova narrativa autorizada para o lugar⁴⁵, objetivando reverter a marginalidade simbólica em um discurso patrimonial universal, diluindo conflitos históricos na constituição de um “consenso” para a consolidação de um lugar de memória que fosse passível de apropriação de *todos* e turisticamente atrativo.

Por trás do consenso em torno da singularidade do cais e da região portuária e da sua importância fundamental em termos identitários, encontramos divergências de pontos de vista. Se os militantes negros afirmam esses locais como patrimônios dos afrodescendentes, intimamente relacionados à sua própria ancestralidade e à discriminação racial, a prefeitura os equaciona a uma totalidade mais abrangente, a do povo brasileiro. Assim, se assemelha às tradicionais perspectivas patrimonializantes, de caráter nacionalista, que dissolvem as diferenças na totalidade abstrata da nação (Gonçalves, 2007; Handler, 1984) e silenciam as divergências e as relações de poder ali contidas (VASSALO e CICALO, 2015, p. 257).

⁴⁵ “O Píer reinventado pelo Museu e pelo Cais em sintonia com o Circuito da Herança Africana é redescoberto, reconhecido e institucionalizado. Museu e Cais, partes diferentes do Porto Maravilha, cada um com sua função, eles se complementam para que possamos refletir e construir agendas para superar nossas desigualdades. Ambos instigam reflexão ética e política sobre a cidade e a cidadania que queremos e merecemos” (Alberto Gomes Silva, presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro, empresa da Prefeitura do Rio gestora do Porto Maravilha, 2016. Disponível em <<http://portomaravilha.com.br/artigosdetalhes/cod/23>>. Acesso em 09/06/2018.

Figura 20 – Pontos do Circuito Histórico da Celebração da Herança Africana.

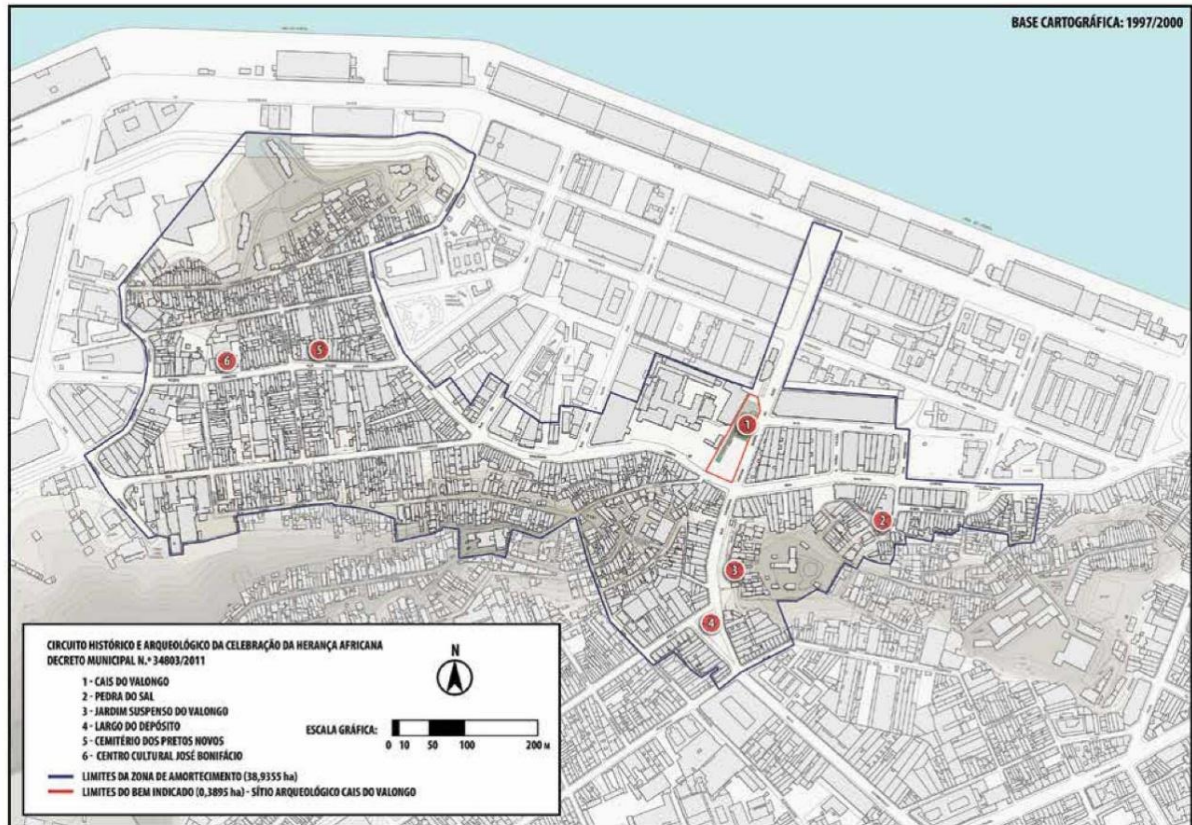


Figura 131. Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana.

Fonte: IPHAN e PMRJ, 2016, p. 162.

Numerosos eventos de celebração da cultura negra foram realizados no monumento construído e o “Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana” (Figura 20) foi criado para promover o turismo na região. Além da exploração midiática resultante dessas atividades, o Cais do Valongo e da Imperatriz foi considerado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 9 de julho de 2017.

Sobre essa guinada estratégica na apropriação do monumento, aponta-se que o reconhecimento institucional pela patrimonialização do bem e do aparente consenso entre reivindicações identitárias – não apenas do movimento negro, mas de “todos os brasileiros” –, concede ao patrimônio um papel de “marca”, passível de mercantilização (JEUDY, 2005). Nessa dinâmica entre local e global, pela associação do lugar à história da humanidade, entender quais agentes contribuíram para a patrimonialização do Cais revela como a chancela da UNESCO pode influenciar no “consumo” do bem. Portanto, analisar o circuito espacial produtivo do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo visa espacializar essa reconstrução simbólica promovida pelos esforços de tombamento.

Circuito espacial produtivo do Sítio Arqueológico Cais do Valongo

Em continuidade ao exercício analítico, identifica-se os agentes envolvidos no processo de patrimonialização do Sítio Arqueológico Cais do Valongo. Elegeu-se o Dossiê de candidatura do bem à lista de Patrimônio da Humanidade, sob responsabilidade da UNESCO, como principal referência. Considera-se os agentes envolvidos que foram citados no texto para formulação de um quadro semelhante ao elaborado para o Museu do Amanhã, apresentado no Apêndice 4. Esse quadro também foi dividido nas ordens econômica, técnica, construtiva e técnica de conteúdo, seguindo as mesmas premissas para possibilitar uma análise comparativa entre os bens. Contudo, destaca-se que o Museu do Amanhã foi inteiramente projetado e construído, enquanto o Cais do Valongo foi patrimonializado e ressignificado. Por isso, categorias distintas compõem a estrutura de cada circuito, sem prejudicar o uso do conceito para analisar os equipamentos.

O levantamento geral (Quadro 6) identifica 173 itens. Observa-se a predominância de agentes brasileiros nas ordens econômica e técnica construtiva, predominando agentes de origem estrangeira na categoria técnica de conteúdo.

Quadro 6 – Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Levantamento Geral

Levantamento Geral						
Ordem Origem	Número identificado					
	Brasileiras		Estrangeiras		Total	
Econômica	49	28%	1	1%	50	29%
Técnica Construtiva	88	51%	0	0%	88	51%
Técnica de Conteúdo	16	9%	18	10%	34	20%
Total	153	89%	19	11%	172	100%

Fonte: Dossiê UNESCO (IPHAN e PMRJ, 2016) – Elaboração própria.

A síntese quantitativa das informações verificadas contribui para o entendimento desse processo (Quadro 7), com a especificação de quais agentes são empresas, quais são instituições e quais são pessoas físicas⁴⁶. Novamente, não foi considerado a quais ordens cada agente estava relacionado, pois há agentes que participam de mais de uma delas. Verifica-se

⁴⁶ No caso da ordem técnica de conteúdo foram considerados outros sítios inscritos na lista de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Esses sítios são lugares tombados por seu valor simbólico, apresentados como referência para justificar o tombamento. Nesses casos, os sítios foram considerados como instituições, visto que há instituições públicas de governo relacionadas à sua gestão. Organizações resultantes de movimentos sociais e indicações de participação da “sociedade civil” foram consideradas como pessoas, por não se configurarem enquanto instituições ou empresas.

grande participação de instituições na patrimonialização do Cais do Valongo (em todas as ordens) e destaca-se a participação de organizações sociais ou movimentos da sociedade civil, especialmente na ordem técnica construtiva e nos planos de gestão do bem, na ordem econômica.

Quadro 7 – Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Síntese Quantitativa

Origem e Tipo de Agentes por Ordem									
Ordem		Econômica		Técnica Construtiva		Técnica de Conteúdo		Total	
Tipo	Origem	Número identificado		Número identificado		Número identificado			
Instituições	Brasileira	15	68%	29	62%	7	22%	51	50%
	Estrangeira	0	0%	0	0%	18	56%	18	18%
Empresas	Brasileira	4	18%	5	11%	2	6%	11	11%
	Estrangeira	1	5%	0	0%	0	0%	1	1%
Pessoas	Brasileira	2	9%	13	28%	5	16%	20	20%
	Estrangeira	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total	Brasileira	21	95%	47	100%	14	44%	82	81%
	Estrangeira	1	5%	0	0%	18	56%	19	19%
Total Geral		22	22%	47	47%	32	32%	101	100%

Fonte: Dossiê UNESCO (IPHAN e PMRJ, 2016) – Elaboração própria.

Propõe-se uma perspectiva qualitativa desses dados, como apresentado no caso do Museu do Amanhã. Quanto à participação da sociedade civil, há movimentos sociais que foram convidados como membros do conselho consultivo para o tombamento e proposta de inscrição do bem na lista de patrimônio da humanidade, notadamente o Quilombo da Pedra do Sal, o Conselho Municipal em Defesa do Direito do Negro (COMDEDINE) e o Centro de Articulação de População Marginalizada, além de representantes da comunidade universitária (Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Universidade Federal da Bahia) e de museus como o Museu Nacional, Instituto Pretos Novos e o Museu de Arte do Rio (MAR). Agentes do tipo empresas participam efetivamente na realização das obras (Concessionária Porto Novo, Companhia de Desenvolvimento da Região do Porto – CDURP), incluindo grupos internacionais como a *Light* (implantação do VLT e reconstrução de infraestrutura urbana) e a *Naturgy Energy Group* (reconstrução de infraestrutura urbana).

Em relação aos agentes da ordem técnica de conteúdo, a numerosa participação de instituições estrangeiras se deve à opção de considerar os projetos de referência de outros bens inscritos na lista de patrimônios da humanidade, sob responsabilidade da UNESCO. Diversos sítios relacionados à escravidão foram indicados, como os Fortes e Castelos na

Grande Acra (Gana), a Ilha de Gorée (Senegal), a Ilha Kunta Kinteh e sítios relacionados (Gâmbia) e o Portal do Não Retorno, em Benin. Esse último exemplo relacionado à escravidão não é reconhecido como bem da humanidade, mas é altamente relacionado com o Cais do Valongo, visto que o Portal do Não Retorno era o “ponto de saída” dos escravos, e o Cais do Valongo, o “ponto de entrada”. Outros sítios indicados como referência da pertinência do Cais do Valongo como patrimônio da humanidade são os centros históricos de Salvador e São Luís (indiretamente relacionados à escravidão) e os sítios de memória sensível, como a Prisão de RobbenIsland e o centro de concentração Auschwitz-Birkenau, por retratarem o grande sofrimento que pessoas viveram nesses lugares.

Outras entidades envolvidas na ordem técnica de conteúdo são a UNESCO, devido à própria lista de patrimônio da humanidade e ao “Projeto Rota do Escravo: Resistência, Liberdade e Herança”, relacionado ao processo de estudo arqueológico do Cais do Valongo; a Organização das Nações Unidas (ONU), que instituiu a “Década das Pessoas de Descendência Africana” entre os anos de 2015 e 2024, e a Universidade de Emory, a qual organizou a elaboração da “Base de dados sobre o comércio atlântico de africanos escravizados⁴⁷”, que reúne informações disponibilizadas por diversas instituições de pesquisa relacionadas ao tema no mundo. Esses três agentes estrangeiros contribuíram para a consolidação da conjuntura favorável à patrimonialização do Cais.

Quadro 8 – Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Origem de Agentes - Ordem Econômica | Brasil

Origem de Agentes Brasil		
Econômica		
Estado Cidade	Número identificado	
Distrito Federal	3	14%
Brasília	3	
Rio de Janeiro	18	86%
Rio de Janeiro	18	
Total	21	100%

Fonte: Dossiê UNESCO (IPHAN e PMRJ, 2016) – Elaboração própria.

De maneira correlata ao procedimento realizado na análise do circuito espacial produtivo do Museu do Amanhã, verificou-se a concentração dos agentes brasileiros no país. Observa-se a concentração dos agentes identificados na cidade do Rio de Janeiro e em Brasília,

⁴⁷<<http://www.slavevoyages.org/>>.

visto que o IPHAN foi grande colaborador do processo de patrimonialização do Sítio Arqueológico e que se trata de uma instituição federal. Quanto à localização da ordem econômica (Quadro 8), é exatamente isso que se verifica. Dos agentes que compõem essa ordem, há presença de diversas instâncias de governo (federal, estadual e municipal), das empresas Concessionária do Porto e CDURP, responsáveis pelas obras, e de representantes da sociedade civil vinculados aos planos de gestão do bem, como indicado anteriormente.

Referente aos agentes identificados na ordem técnica construtiva (Quadro 9), há universidades vinculadas às pesquisas arqueológicas que foram realizadas no local e que conferiram ao sítio sua “legitimidade”, com pesquisadores das Universidade Federal Fluminense (Niterói e Seropédica), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e do IPHAN (Brasília) como responsáveis pela candidatura à UNESCO. Em São Paulo, há a sede da Fundação Palmares, que contribuiu com as discussões sobre a resistência negra no Brasil, e diversas secretarias da Prefeitura do Rio de Janeiro (Turismo, Habitação, Cultura, Transporte, Urbanismo, Relações Internacionais) que deram suporte à candidatura. Outras organizações sociais situadas no Rio de Janeiro, como a agremiação civil de matriz cultural africana, chamada AFOXÉ Filhos de Gandhi, a Incubadora Afro Brasileira, o Conselho de Cultura do Porto e os próprios moradores da região com suas entidades representativas participaram.

Brasil

Origem de Agentes Brasil		
Técnica Construtiva		
Estado Cidade	Número identificado	
Bahia	1	2%
Salvador	1	
Distrito Federal	1	2%
Brasília	1	
Rio de Janeiro	43	92%
Niterói	1	
Nova Iguaçu	1	
Petrópolis	1	
Rio de Janeiro	39	
Seropédica	1	
São Paulo	2	4%
Santos	1	
São Paulo	1	
Total	47	100%

Fonte: Dossiê UNESCO (IPHAN e PMRJ, 2016) – Elaboração própria.

Finalmente, a origem dos agentes envolvidos na ordem técnica de conteúdo no circuito espacial produtivo do Cais do Valongo (Quadro 10) também está concentrada no estado do Rio de Janeiro, em especial pelos membros do Conselho Consultivo formado para o reconhecimento do valor patrimonial do Valongo. Em Goiânia, localiza-se a empresa responsável pelos projetos arquitetônicos do memorial que foi construído no local, e Salvador e São Luís constam por sua indicação como sítios relacionados que já são considerados patrimônio da humanidade pela UNESCO.

Quadro 10 – Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Origem de Agentes - Ordem Técnica de Conteúdo
| Brasil

Origem de Agentes Brasil		
Técnica de Conteúdo		
Estado Cidade	Número identificado	
Bahia	1	7%
Salvador	1	
Goiás	1	7%
Goiânia	1	
Maranhão	1	7%
São Luís	1	
Rio de Janeiro	11	79%
Nova Iguaçu	1	
Rio de Janeiro	9	
Seropédica	1	
Total	14	100%

Fonte: Dossiê UNESCO (IPHAN e PMRJ, 2016) – Elaboração própria.

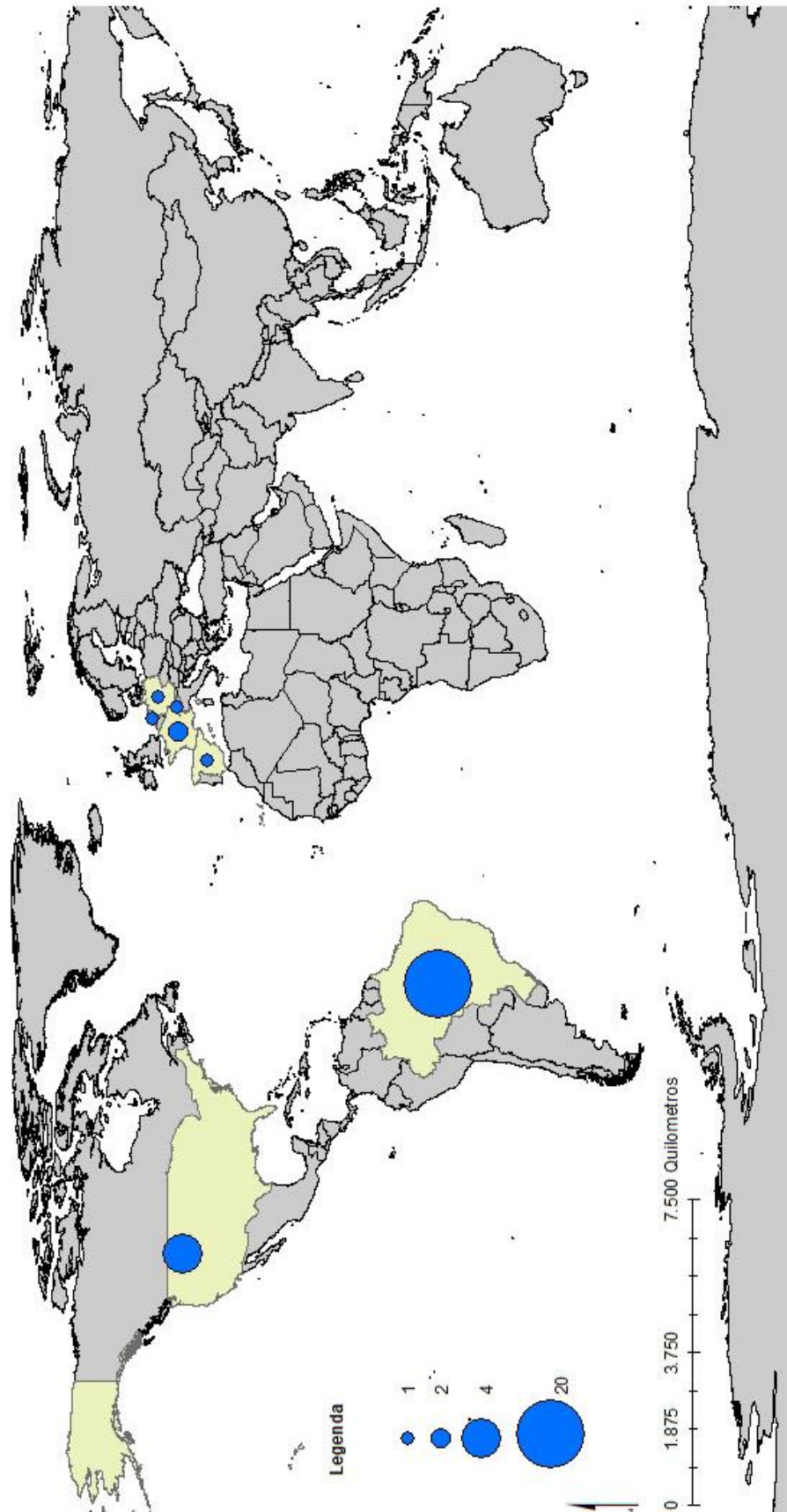
Para sistematizar a análise dos circuitos espaciais produtivos verificados para o caso do Museu do Amanhã e do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, foram elaborados mapas indicando a localização dos agentes identificados, na escala global e na escala nacional. Esses mapas serão discutidos em conjunto, como síntese do exercício analítico.

Mapas da produção do patrimônio no Porto Maravilha

O mapeamento dos atores produzido a partir dos circuitos espaciais produtivos elaborados indicam semelhanças entre o Museu do Amanhã e o Sítio Arqueológico Cais do Valongo. Na escala global, verifica-se predominância de agentes brasileiros, mas, como discutido, a análise qualitativa da participação desses agentes demonstra que os agentes nacionais atuaram mais na execução e operacionalização dos bens, enquanto os grandes projetos e as grandes referências, em ambos os casos, são estrangeiras.

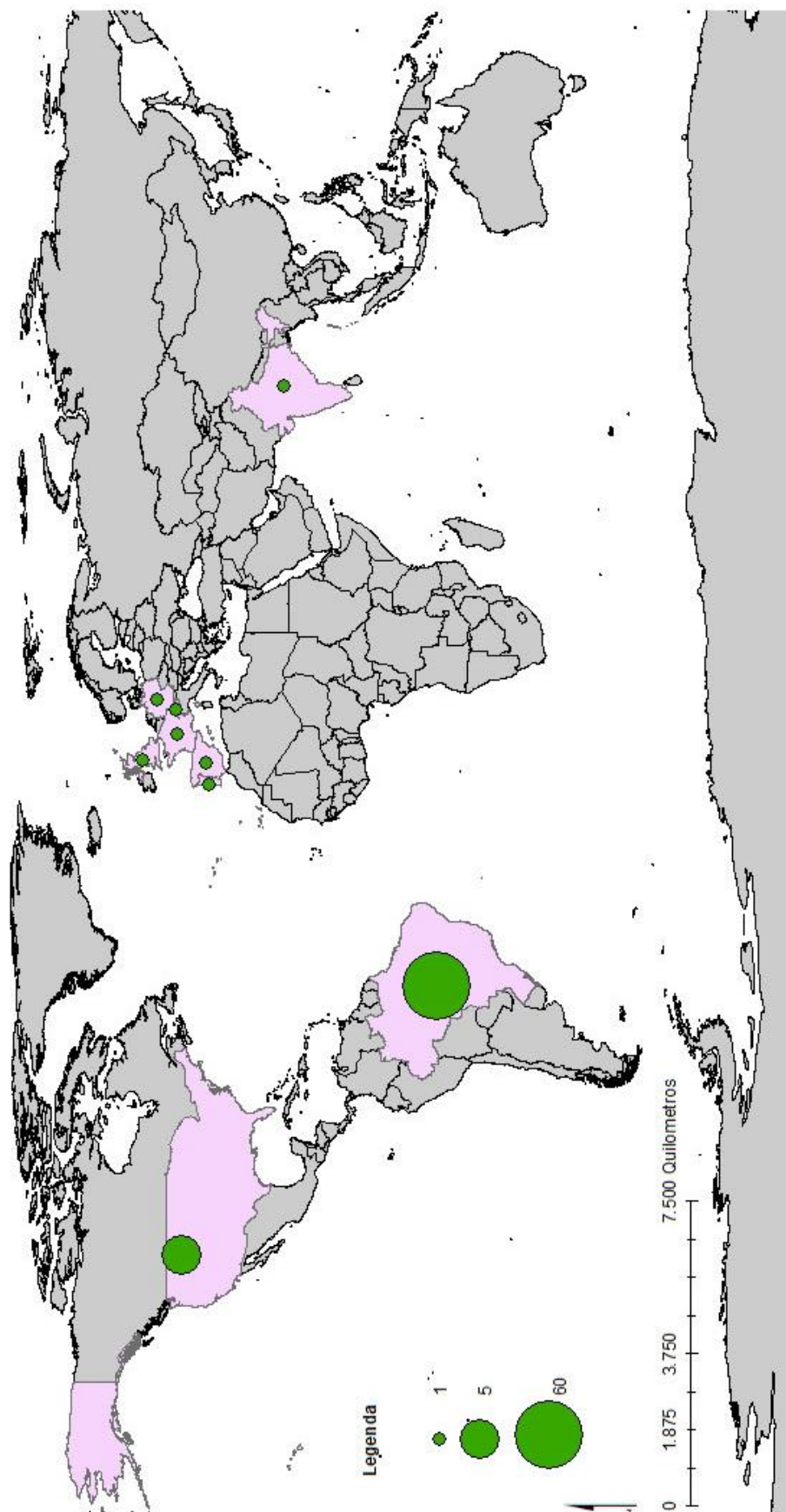
O Museu do Amanhã, por sua política de internacionalização e pela sua gestão vinculada a parcerias públicas e privadas, possui colaboradores internacionais na ordem econômica situados nos Estados Unidos e em países europeus (Figura 21). Quanto à ordem técnica construtiva, o padrão espacial identificado permanece, concentrando maior número de colaboradores no Brasil e apresentando agentes nos Estados Unidos, em países europeus, na Inglaterra e na Índia (Figura 22).

Figura 21 – Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Ordem Econômica (global)



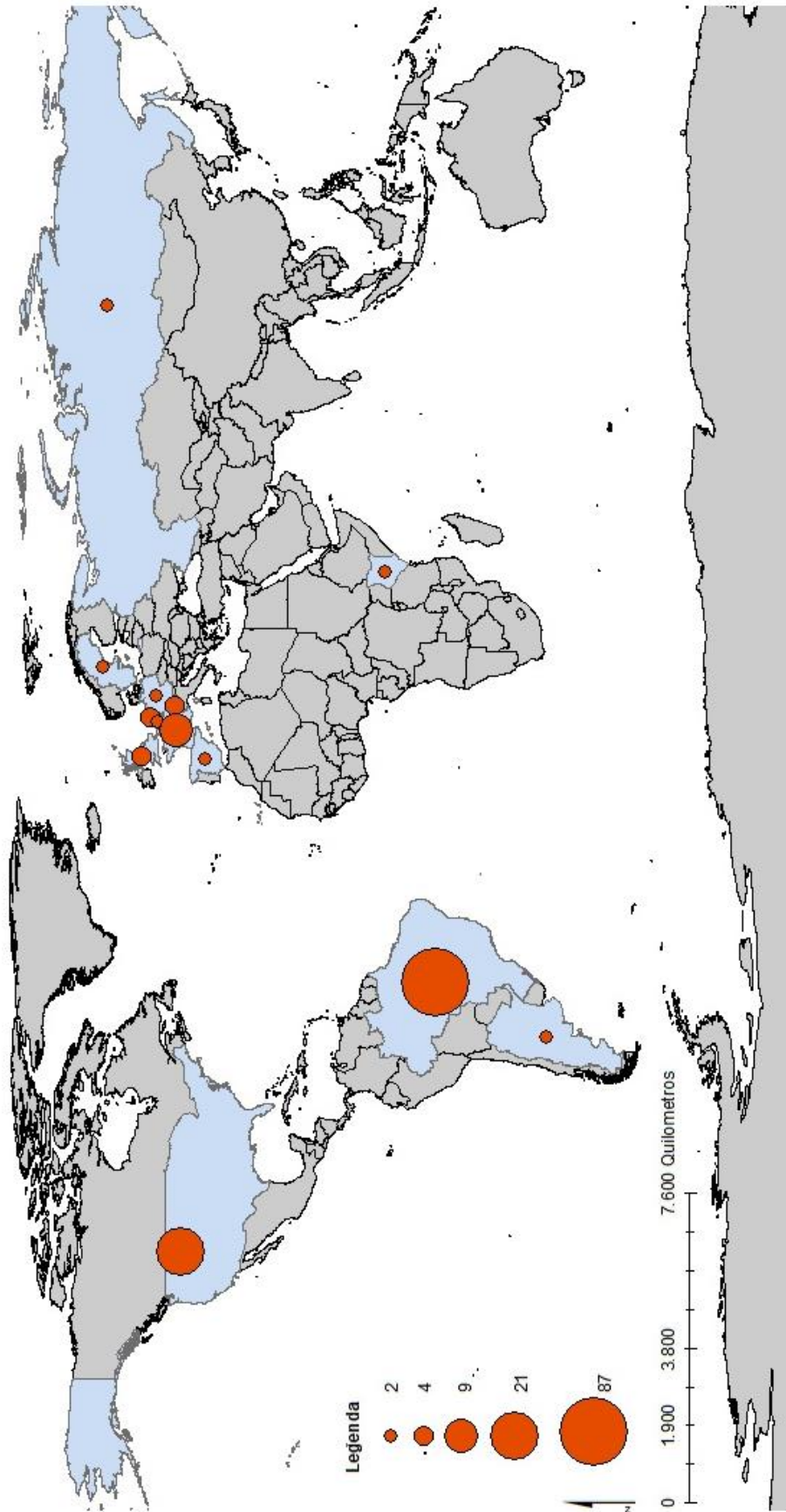
Fonte: Elaboração própria.

Figura 22 – Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Ordem Técnica Construtiva (global)



Fonte: Elaboração própria.

Figura 23 – Circuito Espacial Produtivo – Museu do Amanhã – Ordem Técnica de Conteúdo (Global)



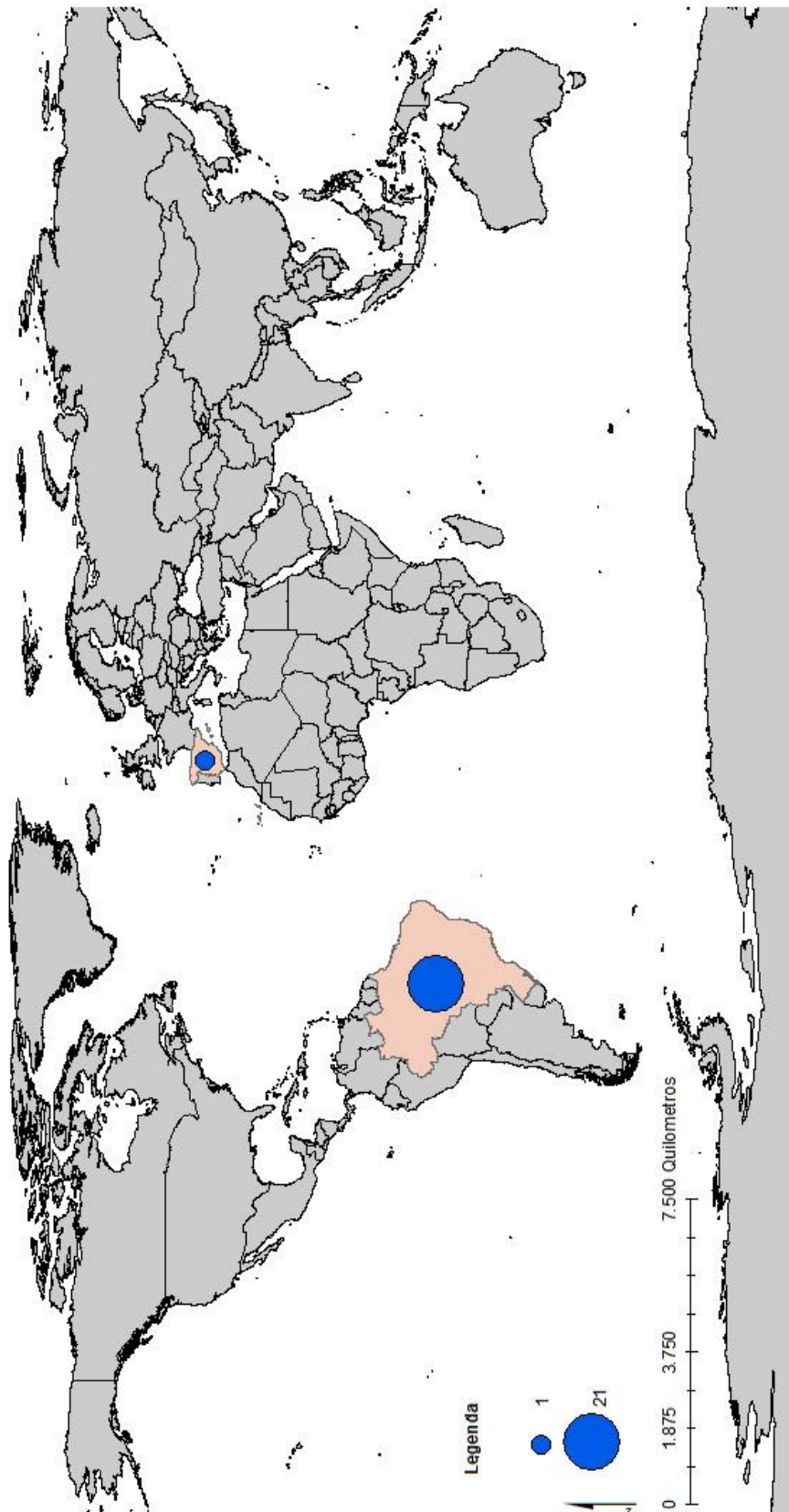
Fonte: Elaboração própria.

Por sua vez, a ordem técnica de conteúdo é a que contém maior número de agentes envolvidos. Mantém-se o padrão de concentração dos agentes no Brasil, porém há maior diversidade de origem dos colaboradores, presentes nos seguintes países: Argentina, Estados Unidos, países europeus, Inglaterra, Rússia, Suécia e Quênia. Observa-se que, diferentemente das ordens econômica e técnica construtiva, há uma espacialização mais distribuída no globo, com países situados além da Europa e da América do Norte (Figura 23).

No caso do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, tanto na ordem econômica (Figura 24) quanto na ordem técnica construtiva (Figura 25), os agentes são quase todos de origem brasileira, salvo por um colaborador da ordem econômica, localizado na Espanha. Isso decorre da localização do bem patrimonial e da iniciativa de patrimonialização, que se concentrou no âmbito nacional.

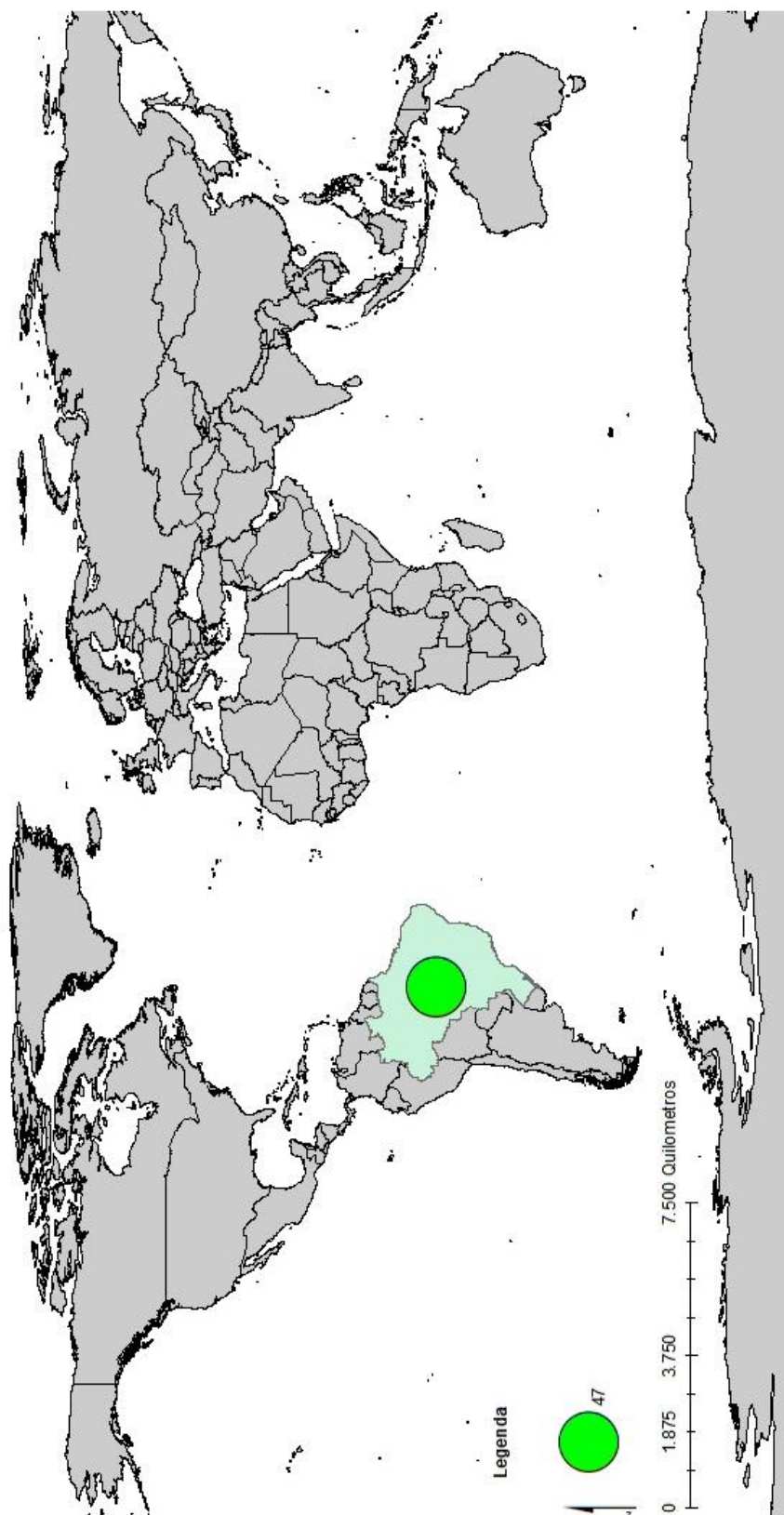
Em relação à ordem técnica de conteúdo (Figura 26), o circuito indica um comportamento semelhante ao do Museu do Amanhã. Há diversos agentes situados no Brasil, mas numerosos agentes em outros países, não apresentando uma concentração nos países da Europa e da América do Norte. Essa espacialização decorre do fato do Sítio Arqueológico Cais do Valongo se propor como patrimônio da humanidade relacionado à diáspora africana, equiparando-se a outros bens patrimoniais vinculados à temática pelo mundo, notadamente no continente africano e nas Américas.

Figura 24 – Circuito Espacial Produtivo – Cais do Valongo – Ordem Econômica (Global)



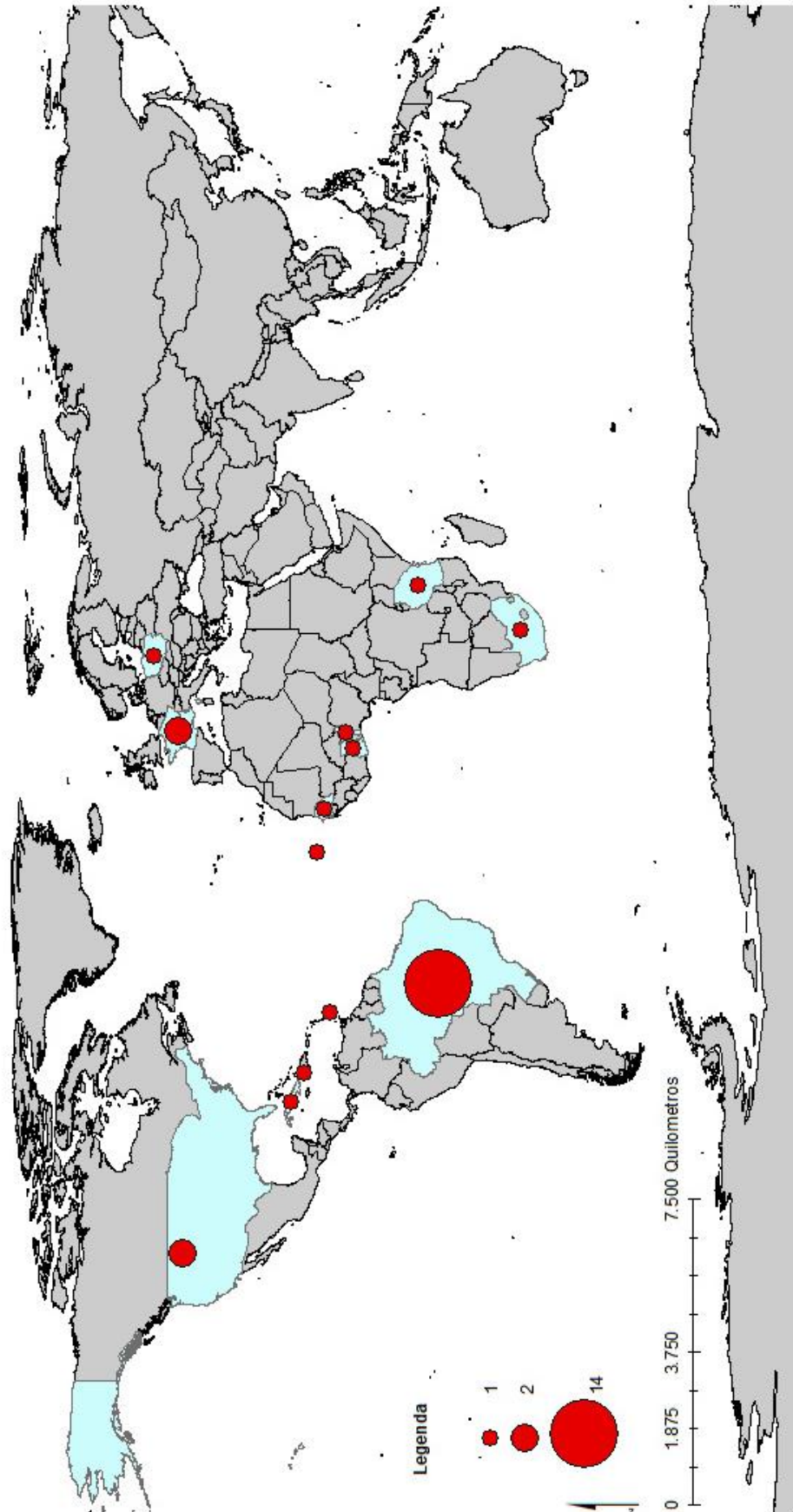
Fonte: Elaboração própria.

Figura 25 – Circuito Espacial Produtivo – Cais do Valongo – Ordem Técnica Construtiva (Global)



Fonte: Elaboração própria.

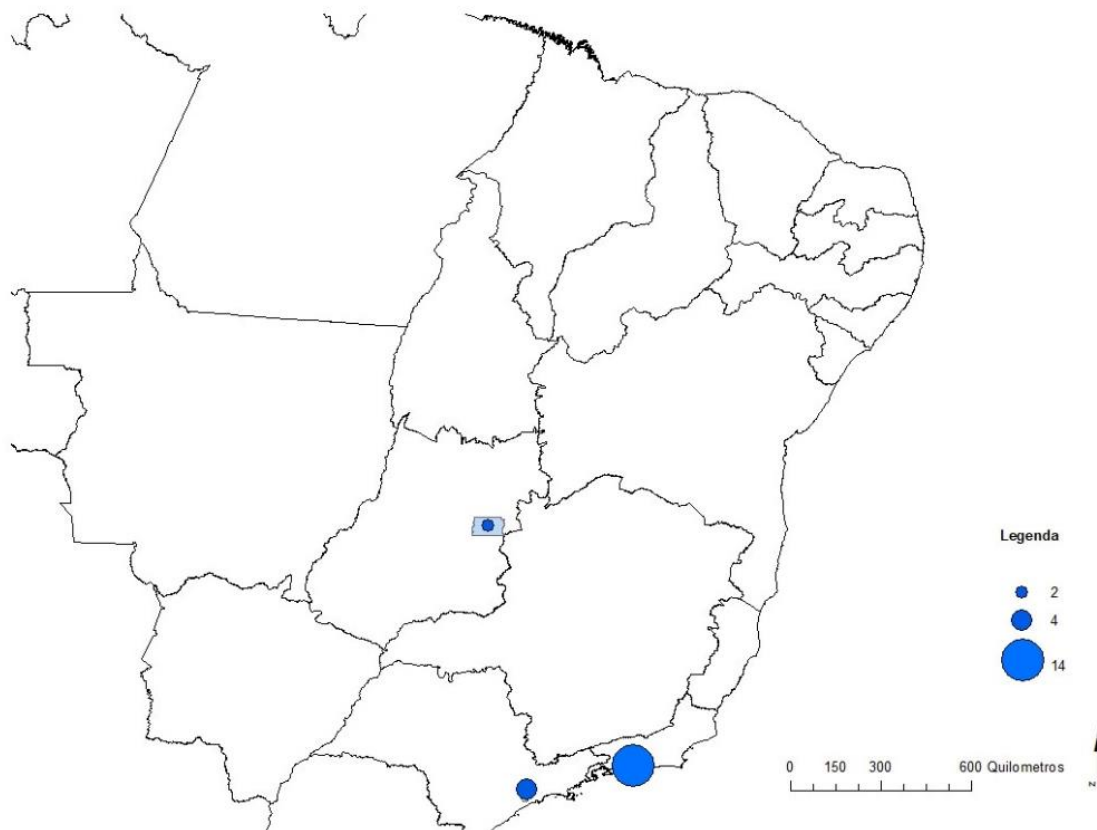
Figura 26 – Circuito Espacial Produtivo – Cais do Valongo – Ordem Técnica de Conteúdo (Global)



Fonte: Elaboração própria.

Reduzindo a escala de análise ao nível nacional, outro padrão pode ser visualizado. Nas três ordens analisadas e em ambos os equipamentos culturais, há grande concentração dos agentes no chamado eixo Rio-São Paulo.

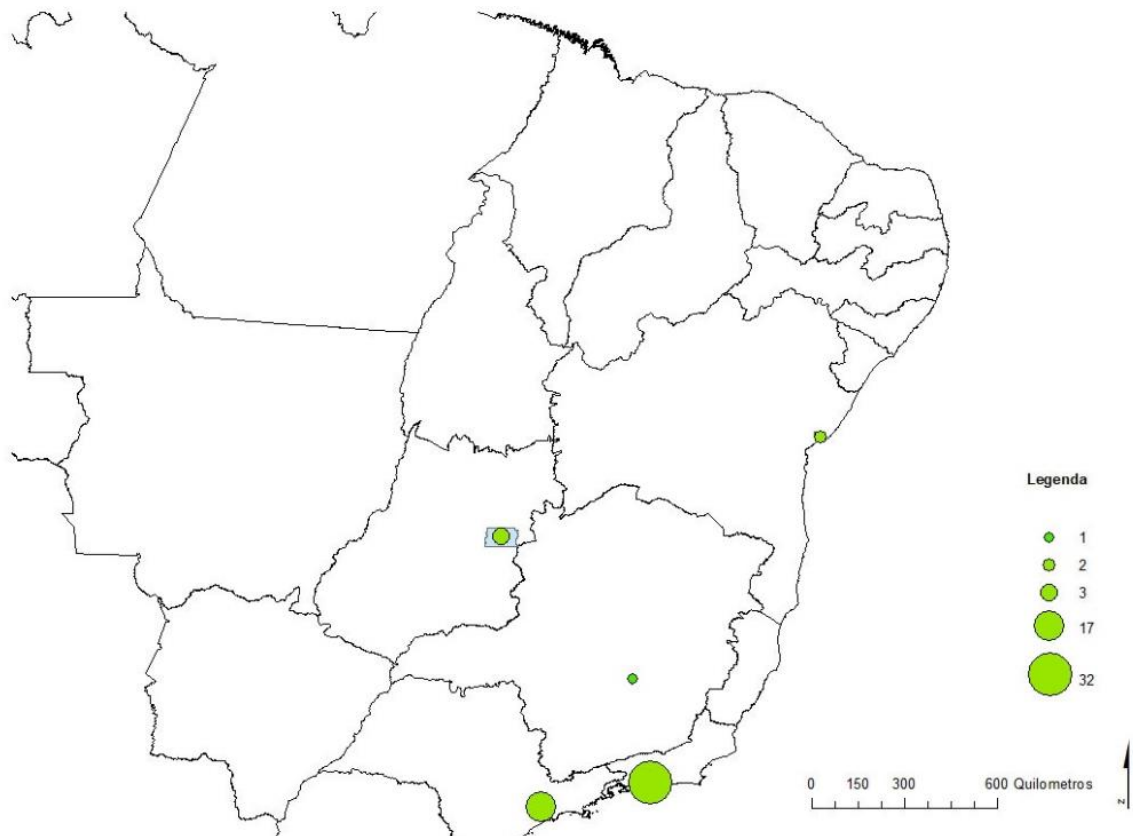
Figura 27 – Circuito Espacial Produtivo - Museu do Amanhã - Ordem Econômica (Brasil)



Fonte: Elaboração própria.

A ordem econômica do Museu do Amanhã indica a localização de agentes envolvidos no financiamento da instituição nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, sede do governo federal (Figura 27). Já a ordem técnica construtiva (Figura 28) indica maior incidência de cidades fora do eixo Rio-São Paulo, apesar da maioria ainda estar situada nessas duas cidades. Entretanto, verifica-se que se tratam de capitais estaduais (Salvador e Belo Horizonte) ou cidades situadas nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, além de Brasília, no Distrito Federal.

Figura 28 – Circuito Espacial Produtivo – Museu do Amanhã – Ordem Técnica Construtiva (Brasil)



Fonte: Elaboração própria.

Novamente, a ordem técnica de conteúdo (Figura 29) indica a concentração de colaboradores do Museu do Amanhã. O padrão permanece, demonstrando a participação de outra capital (Natal), com reincidência de Brasília, no Distrito Federal, e cidades situadas nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Há, neste caso, presença de agentes na região de Campinas, porém, essa também se trata de uma outra região metropolitana do estado de São Paulo, que mantém relações estreitas com São Paulo e possui instituições universitárias que contribuem com a atualização do conteúdo do Museu (e. g. Universidade Estadual de Campinas).

Figura 29 – Circuito Espacial Produtivo – Museu do Amanhã –Ordem Técnica de Conteúdo (Brasil)



Fonte: Elaboração própria.

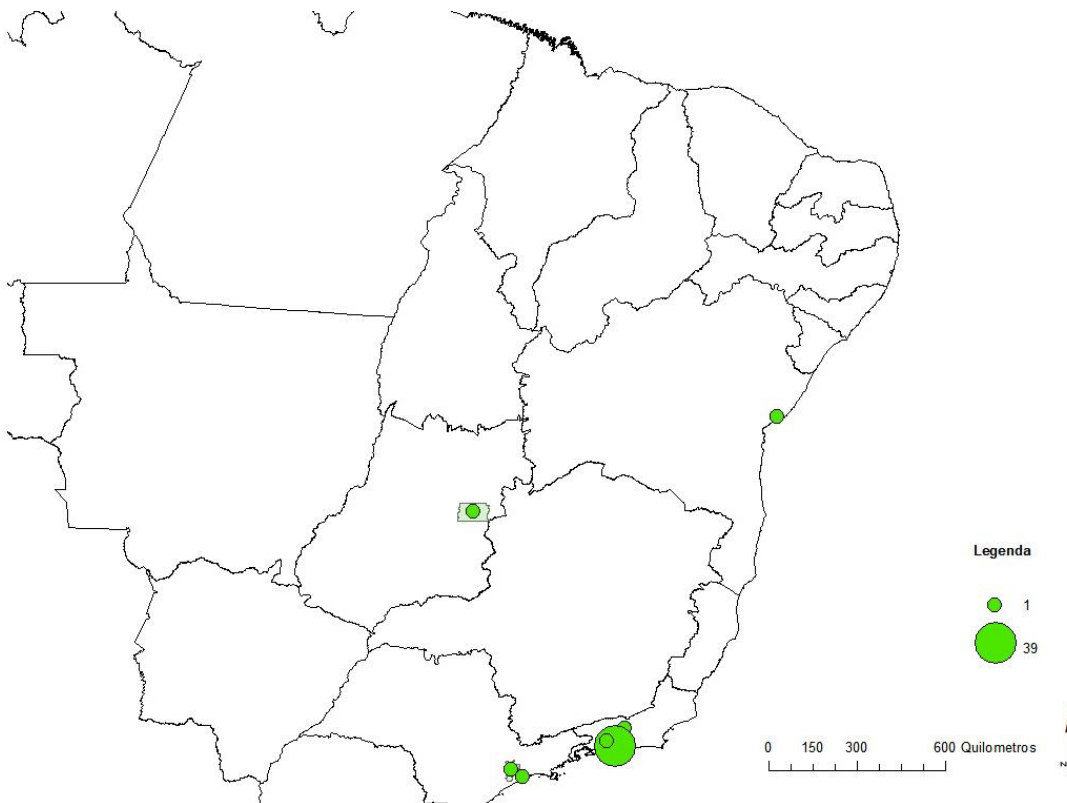
No circuito espacial produtivo do Cais do Valongo, verifica-se que sua consolidação esteve muito mais restrita ao Rio de Janeiro. Na ordem econômica (Figura 30), há grande participação de agentes situados em Brasília pela colaboração de instituições federais. Esse padrão se repete no caso da ordem técnica construtiva (Figura 31), com participação de poucas cidades situadas além da região metropolitana do Rio de Janeiro (Brasília, Salvador, São Paulo e Santos), também relacionadas com a presença de instituições de pesquisa.

Figura 30 – Ordem Espacial Produtiva – Cais do Valongo – Ordem Econômica (Brasil)



Fonte: Elaboração própria.

Figura 31 – Ordem Espacial Produtiva – Cais do Valongo – Ordem Técnica Construtiva (Brasil)



Fonte: Elaboração própria.

Figura 32 – Circuito Espacial Produtivo - Cais do Valongo - Ordem Técnica de Conteúdo (Brasil)



Fonte: Elaboração própria.

Finalmente, quanto aos agentes que participam da ordem técnica de conteúdo no caso do Cais do Valongo (Figura 32), além dos situados na região metropolitana do Rio de Janeiro, pode-se verificar a participação de agentes localizados em Goiânia, Salvador e São Luiz do Maranhão, mantendo o padrão de participação de cidades capitais.

Os resultados do exercício analítico indicam que, no caso do Museu do Amanhã, há maior grau de internacionalização na produção do edifício e de seu conteúdo. Esse caráter está relacionado a estratégias de gestão da instituição para atração de investimentos privados e colaboração científica com renomados centros de pesquisa estrangeiros. Também pode-se verificar esse traço nas escolhas de projeto, com alto teor de sofisticação técnica, que demandaram a importação de materiais e a colaboração com técnicos internacionais, especialmente pela experiência do arquiteto responsável pela obra, relacionadas à análise qualitativa apresentada por esse trabalho. Quanto aos agentes brasileiros, verifica-se sua concentração no eixo Rio-São Paulo. A grande participação de agentes locais é justificável pela facilidade na realização dos trabalhos, enquanto a grande presença de agentes da região de

São Paulo decorre da alta especialização desses profissionais, situados na cidade mais importante do país em termos econômicos.

No caso do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, as evidências indicam outra característica. Trata-se de uma produção altamente concentrada no Rio de Janeiro, que se relaciona com outros casos estrangeiros a partir da escolha em internacionalizar esse bem patrimonial, apesar da participação de agentes situados em outros municípios, especialmente em Brasília (pela participação do IPHAN), indicando o descolamento da esfera nacional da nova narrativa construída para o bem patrimonial. Os esforços na patrimonialização do Cais do Valongo não decorrem de sua importância para a formação social brasileira, estruturada no âmbito da escravidão, mas pela sua inserção na história global pela narrativa da diáspora africana.

Isso posto, pode-se relacionar os dois equipamentos analisados pela sua conexão entre a dimensão local – onde exercem influências de valorização simbólica e econômica em seu entorno – e a dimensão global, que possibilita a atração de investimentos e turistas por outras estratégias. Portanto, apesar da relação estabelecida com o contexto em que estão inseridos, tanto o Museu do Amanhã quanto o Sítio Arqueológico Cais do Valongo se relacionam mais com a lógica das cidades globais e dos modelos internacionais de projetos urbanos do que com as dinâmicas sociais da zona portuária.

Por uma outra patrimonialização

No âmbito da globalização, observa-se que a (re)produção do espaço na contemporaneidade reproduz padrões de projetos urbanos vistos como casos de sucesso na constituição dos circuitos das cidades globais. “Receituários” que orientam a gestão de cidades para estimular a competitividade nos circuitos econômicos globalizados são apropriados e implantados sem grandes questionamentos, porém os aprendizados decorrentes dessas experiências estrangeiras não são considerados. Estratégias como culturalização e patrimonialização são particularidades da urbanização que têm sido propagadas por impulsos globais, os quais disseminam novas práticas de gestão urbana que promovem os mesmos impactos sociais, os mesmos resultados, e a manutenção do *status quo*.

Pela instrumentalização de traços identitários que constituem as singularidades dos lugares, constitui-se uma verdadeira indústria cultural. A principal mercadoria dessa indústria têm sido os bens patrimoniais, enquanto suportes concretos das tradições e da cultura. Em decorrência, verifica-se a utilização de equipamentos culturais – notadamente museus –, como edifícios âncora de projetos de reestruturação implantados em áreas monofuncionais da cidade, comumente localizadas próximo ao centro e associadas à sua formação histórica e social. Ao recorrer a arquitetos ilustres no contexto mundial, esses equipamentos culturais inseridos em edifícios icônicos também são apropriados por estratégias de *marketing*, que promovem esses espaços “regenerados”, “revitalizados”, para atrair investimentos, turistas e novos serviços.

No caso da zona portuária do Rio de Janeiro, a última modernização proposta foi viabilizada pela aprovação da Operação Urbana Consorciada Porto do Rio (conhecida como projeto Porto Maravilha), em implantação desde 2009. Legitimada pelos sucessivos projetos de recuperação econômica da região e pela realização de megaeventos esportivos, viabilizaram-se diversas intervenções urbanas que visavam à valorização simbólica e econômica da região. Entretanto, como é recorrente nos projetos desse caráter, promoveu-se também a “reinvenção” dos lugares inseridos na área da OUC, construindo uma imagem sem conflitos, homogênea, midiática, de uma região historicamente marginalizada, marcada pela alcunha de “Pequena África”. Entretanto, verifica-se que não se trata de uma estratégia

de modernização nova, uma vez que retoma os modos já característicos de desenvolvimento urbano, recorrentes desde o século XIX: remoção das camadas populares para valorização econômica da terra e reconfiguração da imagem da cidade no âmbito global.

A análise dos circuitos espaciais produtivos de dois equipamentos culturais presentes na região – o Museu do Amanhã e o Sítio Arqueológico Cais do Valongo – indicam o alto grau de internacionalização na sua produção enquanto bens patrimoniais: o Museu, enquanto legado dos megaeventos e ícone da adoção dos modelos das cidades globais, e o Cais do Valongo, enquanto Patrimônio da Humanidade reconhecido internacionalmente por instituições culturais pelo seu valor simbólico na chamada diáspora africana. Também é possível identificar uma alta concentração de agentes localizados no eixo Rio-São Paulo, refletindo um descolamento da unidade nacional na produção desses bens patrimoniais. Novamente, apesar da grande participação de agentes brasileiros, os responsáveis pela *forma* são estrangeiros, demonstrando a apropriação dos modelos internacionais.

Retomando a obra de Milton Santos (2015): assim como a globalização, pode-se reconhecer dimensões sincrônicas de fábula, perversidade e possibilidade do patrimônio na contemporaneidade. Veiculado enquanto elemento estruturante de identidades e memórias coletivas, o “dever de memória” atribui valores simbólicos a todas as dimensões da cultura, promovendo a patrimonialização e consequente salvaguarda institucional de diversos lugares. A perversidade dessa patrimonialização é que, juntamente com a valorização simbólica, há valorização econômica: bens patrimoniais tornam-se mercadorias e instrumentos de produção de mais-valia. Ademais, ao criar narrativas “oficiais”, esse processo silencia e oculta outras memórias presentes no espaço.

Não obstante, a patrimonialização pode contribuir com o elemento de coesão social. O objetivo geral dessa dissertação é estimular a reflexão sobre a patrimonialização como particularidade do fenômeno de urbanização no período contemporâneo, a fim de estimular a discussão sobre outras políticas territoriais, pautadas na categoria Território Usado. Como proposto por Milton Santos, a categoria pode ser entendida enquanto “um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos” (1999, p. 19). A complexidade do espaço não se restringe a indicadores e análises estatísticas, mas ao

processo dinâmico que o transforma na dimensão do cotidiano. É no uso de fato do território, no território usado, que as contradições articulam as disputas inerentes ao campo político e onde podem ser verificadas as reais demandas da sociedade, que devem estruturar as políticas urbanas. O período histórico presente é marcado pela aceleração contemporânea, pela transitoriedade, pela circulação material e imaterial. Institucionalizar memórias coletivas pode reforçar laços de pessoas com vínculos aos lugares que vivem, mas para migrantes pode ser um artifício desestruturador da sua cultura de origem.

No lugar novo, o passado não está; é mister encarar o futuro: perplexidade primeiro, mas, em seguida, necessidade de orientação. Para os migrantes, a memória é inútil. Trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criado em função de outro meio, e que de pouco lhes serve para a luta cotidiana. Precisam criar uma terceira via de entendimento da cidade. Suas experiências vividas ficaram para trás e nova residência obriga a novas experiências. Trata-se de um embate entre o tempo da ação e o tempo da memória. (SANTOS, 2014, p. 328)

Ao repensar o processo de patrimonialização enquanto cristalização de objetos (materiais ou imateriais), pode-se valorizar a complexidade do espaço e fortalecer vínculos sociais e a solidariedade pelo respeito à diversidade cultural que caracteriza as cidades. Não se trata apenas de reconhecer institucionalmente os elementos estruturais da identidade coletiva (materiais e imateriais), mas de visibilizar essas expressões culturais para fortalecer grupos sociais e a organização da sociedade. Portanto, acredita-se que a categoria Território Usado deve ser utilizada não apenas em processos de patrimonialização ou projetos de reestruturação urbana, mas como “norte” – natureza projetiva e crítica do planejamento urbano e regional, orientada por ideários e expectativas políticas (RIBEIRO, 2007) – para proposição de políticas públicas de cunho territorial, pautadas no dinamismo característico do espaço, e engendradas em uma outra patrimonialização.

Defende-se que as intencionalidades que orientam a (re)produção do espaço orientem as escolhas que definem os sistemas de ações, indissociáveis dos sistemas de objetos, os quais configuram o espaço. Assim como a atribuição de valor simbólico elege o que se preserva e o que se destrói, políticas públicas de cunho territorial, orientadas pelo território usado e em prol do sujeito coletivo – de TODOS –, também são uma escolha possível.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 4ª Edição. Rio de Janeiro : IPP , 2013.

ALMEIDA, João Francisco Gallo de. **Edifícios icônicos e lugares urbanos**. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

ARROYO, Mónica. **A economia invisível dos pequenos**. In: Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, p. 31-31, 2008.

BARRIOS, Sonia. **A produção do espaço**. A construção do espaço. Org. Maria Adélia A de Souza e Milton Santos. São Paulo : Nobel, 1986.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. Tradução: Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo : Perspectiva, 2015.

BIASE, Alessia de. **Ficções arquitetônicas para a construção da identidade**. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 7, nº16, p. 173-188, dezembro de 2001.

BRAUN, Fábio; MEIRINO, Marcelo Jasmim; OLIVEIRA, Paulo Roberto; FRANÇA, Sérgio Luis Braga. **Porto Maravilha: os impactos das obras de revitalização na percepção dos empresários da região**. In: Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, n. 5, v.1, Blumenau, p. 93-110, 2017.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques, SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1977.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. **O papel da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio de Janeiro na estruturação do espaço urbano: uma “máquina de crescimento urbano”?** In: O Social em Questão. Ano XVI, nº 29, p.69-100, 2013.

CARLOS, Claudio Antonio Santos Lima. **Um olhar crítico à zona portuária do Rio de Janeiro**. In: Bitacora n. 17, v.2, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, p. 23-54, 2010. Disponível em: <<https://portomarvilhaparaquem.wordpress.com/2012/05/06/uma-olhar-critico-a-zona-portuaria-do-rio-de-janeiro/>> Acesso em 22/12/2018.

_____. **Zona Portuária: da marginalização à espetacularização**. In: Concepções, memórias e patrimônio cultural – história, sociedade e educação em foco. Organização: Elis Regina Barbosa Angelo e Euler David de Siqueira. V. 1, p. 231-264. Curitiba : Prismas, 2016.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. **As cidades como atores políticos**. In: Novos Estudos, CEBRAP nº 45, p.152-166, 1996.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. **Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo**. In: Sociedade & Natureza, Uberlândia, n. 22, v. 3. p. 461-474, dezembro de 2010.

CASTRO, Iná Elias de. **Política pública e conflito no espaço urbano: disputas da patrimonialização no Rio de Janeiro**. In: GEOgraphia, Ano 18, nº 36, 2016.

CENDES. **Metodologia para el Diagnóstico Regional: MORVEN**. Caracas, dez. 1978.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado, 4ª Edição – São Paulo : Estação Liberdade : UNESP, 2006.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA REGIÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO – CDURP. **PORTO MARAVILHA - Apresentação 2018**. Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/apresentacoes/porto_maravilha_2018.pdf>. Acesso em 10/11/2018.

COSTA, Everaldo Batista da. **Totalidade urbana e Totalidade-Mundo: as cidades coloniais barrocas face à Patrimonialização Global**. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DANTAS, Aldo. **Circuito espacial de produção e lugar**. In: Sociedade e Território. Natal, v. 28, n.1 p.193-199, jan/jun de 2016.

DÍAZ PARRA, Ibán; SALINAS ARREORTUA, Luis Alberto. **La producción del consumidor: Valorización simbólica y gentrificación en el centro de la Ciudad de México**. In: Andamios, v. 13, n. 32, p. 107-130, 2016.

DUARTE, Fábio; ULTRAMARI, Clovis. **Inflexões urbanas e cidades globais: evidências e hierarquias**. Arquitextos, São Paulo, ano 08, n. 090.00, Vitruvius, nov. 2007.

FASE. **Cartografia Social Urbana: transformação e resistências na região portuária do Rio de Janeiro**. Organização: Aercio Oliveira, Anelise Gutterres, Joana Barros e Rachel Barros. 1ª Ed. Rio de Janeiro, 2014.

FERNANDES, Ana. **Cidade e cultura: rompimento e promessa**. In: Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e cenários culturais. Organização Henri-Pierre Jeudy e Paola Berenstein Jacques. Tradução: Rejane Janowitz. Revisão: Lilian Fessler Vaz. Salvador : EDUFBA : PPG-AU : FAUFBA, p. 51-66, 2006.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano**. Petrópolis, RJ : Vozes, São Paulo, SP : UNESP ; Salvador BA : Anpur, 2007.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO - FRM. **Museu do Amanhã**. Material de Divulgação *online*, 2016. Disponível em: <http://s3-sa-east-1-amazonaws.com/s3bucket-sitefrm/assets.frm.org.br/20150111222032/Mda_BookConteudo.pdf> Acesso em 10/11/2018.

_____. **Museu do Amanhã: muito mais do que dois**. Material de Divulgação *online*, 2017. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/sites/default/files/MuseuAmanha_Livro_MuitoMaisQueDois.pdf>. Acesso em 10/11/2018.

_____. **Museu do Amanhã: para a sustentabilidade da vida no planeta**. Material de divulgação – 1º Encontro criativo do Museu do Amanhã. Rio de Janeiro, 2010.

GOMES, Tiago de Melo. **Para além da casa da Tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930**. In: Afro-Ásia, v. 29/30, p. 175-198, 2003.

GUEVARA, Tomás. **Abordajes teóricos sobre las transformaciones sociales, económicas y territoriales en las ciudades latinoamericanas contemporáneas**. In: EURE, vol. 41, n. 124, p. 5-24, septiembre 2015.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. **O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro**. In: Mana, v. 22, n. 1, p. 179-209, Rio de Janeiro, 2016.

HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence. **A invenção das Tradições**. Organizadores: Eric Hobsbawm e Terence Ranger. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 10ª Edição, São Paulo : Paz na Terra, 2015

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL; PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO – IPHAN e PMRJ. **Sítio Arqueológico Cais do Valongo: proposta de inscrição do na lista do patrimônio mundial**. Rio de Janeiro, 2016.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Tradução: Rejane Janowitz. Rio de Janeiro : Casa da Palavra, 2005.

LEITE, Rogério Proença; PEIXOTO, Paulo. **Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto**. In: Cadernos Metrôpole 21, p. 93-104, 2009.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo – São Paulo : Ed. Martins Fontes, 1997.

MENDES, Luís. **A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo**. In: URBE: Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 5, n. 1, p. 33-45, jan./jun. 2013.

MOREIRA, Clarissa da Costa. **A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a conservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro**. São Paulo : Unesp, 2004.

_____. **Porto do Rio. Um apelo**. In: Minha Cidade, São Paulo, ano 12, n. 134.02, Vitruvius, 2011.

MOTTA, Débora. **Um novo olhar sobre a história do Cais do Valongo**. In: Rio Pesquisa, nº 39, Ano IX, p. 24-26, 2017.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. **Lei Complementar nº 101, de 23 de novembro de 2009: Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio e dá outras providências**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Lei Complementar nº 102, de 23 de novembro de 2009: Cria a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro-CDURP e dá outras providências**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 2009.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara AunKhoury. In: Projeto História, São Paulo, v. 10, p.7-28, 1993.

PAES, Maria Tereza Duarte; SILVA, Thiago Castro do Nascimento. **Estratégias contemporâneas de intervenção urbana e o projeto Porto Maravilha (RJ)**. In: Boletim Campineiro de Geografia, v.6, n.2, p. 345-364, 2016.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza Duarte. **A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades**. In: GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 17, p. 95-105, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO; INSTITUTO PEREIRA PASSOS – PMRJ e IPP. **Diagnóstico para o Plano de Habitação de Interesse Social – PHIS do Porto do Rio**. Rio de Janeiro, 2015

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. **Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos.** In: Para onde? N. 9, v. 1, p. 154-161, Porto Alegre, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **A força do passado: nem tudo que é sólido se desmancha no ar.** In O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios. Organizado por Sarah Feldman e Ana Fernandes. Salvador : EDUFBA, 2007.

_____. **Acumulação primitiva de capital simbólico: sob a inspiração do Rio de Janeiro.** In: Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e cenários culturais. Organização Henri-Pierre Jeudy e Paola Berenstein Jacques. Tradução: Rejane Janowitz. Revisão: Lilian Fessler Vaz. Salvador : EDUFBA : PPG-AU : FAUFBA, p. 39-50, 2006.

_____. **Teorias da ação.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Cátia Antonia da. **Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo.** In: El rostro urbano de América Latina, CLACSO, Buenos Aires, 2004.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política.** In: Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº16, p. 31-49, 2001.

SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; CANTO, Bárbara L.; GUTERMAN, Bruna da Cunha; BENEDICTO, Danielle Barros de M.; PICINATTO, Leonardo. **Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos.** In: Revista paranaense de desenvolvimento, n. 107, Curitiba, 2004.

SANTOS, Milton. **A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo.** Boletim Geográfico, 19, 1993.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª Edição, 8ª Reimpressão. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **Circuitos espaciais da produção: um comentário.** In: A construção do espaço. Organizadores: Maria Adélia A. de Souza e Milton Santos. São Paulo : Nobel, p. 121-134, 1986.

_____. **O território e o saber local: algumas categorias de análise.** In: Cadernos IPPUR, Ano XIII, nº 2, p. 15-26, Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 25ª edição, Rio de Janeiro : Record, 2015.

SASSEN, Saskia. **As diferentes especializações das cidades globais.** Arquitectos, São Paulo, ano 09, n. 103.00, Vitruvius, dez. 2008

SELDIN, Claudia. **Práticas culturais como insurgências urbanas: o caso do SquatKunsthausTacheles em Berlim.** In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 17, n. 3, Recife, 2015.

SILVA, Maira Laís Pereira da; ANDRADE, Luciana da Silva; CANEDO, Juliana. **Múltiplas faces do porto do Rio ou Onde reside a maravilha: a riqueza socioespacial da moradia popular.** In: Centros Urbanos: transformações e permanências. Organização: Lilian Fessler Vaz, Vera F. Rezende, Denise Pinheiro Machado. Rio de Janeiro : PROURB : FAU : UFRJ : CASA8, dez. 2012.

SILVEIRA, Carmen Beatriz. **O entrelaçamento urbano-cultural: centralidade e memória na cidade do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Projetos urbano-culturais na cidade do Rio de Janeiro: experiências recentes nas áreas da Lapa e da Praça Tiradentes**. In: *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e cenários culturais*. Organização Henri-Pierre Jeudy e Paola Berenstein Jacques. Tradução: Rejane Janowitz. Revisão: Lilian Fessler Vaz. Salvador : EDUFBA : PPG-AU : FAUFBA, p. 93-104, 2006.

SOTRATTI, Marcelo Antonio. **A ideologia espacial na patrimonialização e gestão de bens culturais em áreas gentrificadas**. In: *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 6, n.2, 2016.

SOUTY, Jérôme. **Dinâmicas de patrimonialização em contexto de revitalização e de globalização urbana. Notas sobre a região portuária do Rio de Janeiro**. In: *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 3, n. 9, jul./dez. 2013.

TENDLER, Silvio. **Globalização Vista do Lado de Cá: encontro com Milton Santos**. Brasil, 2006, Colorido(1h:29m:23s).Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM>.Acesso em 07/06/2018.

VASSALLO, Simone; CICALO, André. **Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro**. *Horizonte antropológico*, vol.21, n.43, p.239-271, 2015.

VAZ, Lilian Fessler. **A "culturalização" do planejamento e da cidade: novos modelos?** In: *Territórios urbanos e políticas culturais - Cadernos PPG-AU/UFBA - Vol. 3, edição especial*, 2004.

VAZ, Lilian Fessler; SILVEIRA, Carmen Beatriz. **Áreas centrais, projetos urbanísticos e vazios urbanos**. In: *Revista Território*, ano IV, nº 7, Rio de Janeiro, p. 51-66, 1999.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP : Lincoln Institute, 2001.

WERNECK, Mariana da Gama e Silva; NOVAES, Patrícia Ramos; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. **A estagnação da dinâmica imobiliária e a crise da operação urbana do Porto Maravilha**. Informe Crítico publicado pelo Observatório das Metrópoles, 2018. Disponível em <<http://observatoriodasmetrosoles.net.br/wp/estagnacao-imobiliaria-e-crise-do-porto-maravilha/>> Acesso em 23/12/2018.

Sites citados no trabalho:

ARMAZÉM da Utopia. Disponível em <<http://www.armazemdautoxia.com.br/>>.

BIBLIOTECA Nacional Digital. **Exposições virtuais – Rio de Janeiro 450 anos: Uma história do futuro.** Disponível em <<https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/rio-de-janeiro-450-anos-uma-historia-do-futuro/redesenho-radical-2/>>.

COMPANHIA de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP). **Apresentação: PORTO MARAVILHA,** 2018. Disponível em <http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/apresentacoes/porto_maravilha_2018.pdf>. Acesso em 10/11/2018.

COMPANHIA Ensaio Aberto. Disponível em <<http://www.ensaioaberto.com/index2.htm>>.

INSTITUTO Estadual de Patrimônio Cultural – RJ. **Bens Tombados: Pedra do Sal.** Disponível em <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/20>.

INSTITUTO Moreira Sales. **Por dentro dos acervos: “Podia ter sido pior”.** Disponível em <<https://ims.com.br/por-dentro-acervos/podia-ter-sido-pior/>>.

MUNDO URBANO: textos sobre a cidade contemporânea. **A Lapa, abrigo e refúgio da cultura popular carioca.** Disponível em <<https://cristovao1.wordpress.com/2010/05/23/lapa-abrigo-refugio-cultura-popular-carioca/>>.

O ESTADO de São Paulo Digital. **Rio é escolhido como cidade-sede da Olimpíada de 2016: Candidatura brasileira vence Madri na votação do COI, na Dinamarca; Chicago e Tóquio caíram antes, 02 out. 2009.** Disponível em <<https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,rio-e-escolhido-como-cidade-sede-da-olimpiada-de-2016,444804>>.

O GLOBO. **Fifa confirma Copa de 2014 no Brasil,** 30 out. 2007. Disponível em - <<https://oglobo.globo.com/esportes/fifa-confirma-copa-de-2014-no-brasil-4143977>>.

PODER EXECUTIVO. **Lei Complementar n.º 101, de 23 de novembro de 2009 - Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio e dá outras providências.** Disponível em <http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/LC101_-_23112009.pdf>.

PORTO MARAVILHA. **O Cais, o Píer e o Amanhã.** Disponível em <<http://portomaravilha.com.br/artigosdetalhes/cod/23>>. Acesso em 09/06/2018.

_____. **CEPAC, que negócio é esse?.** Disponível em <http://portomaravilha.com.br/cepac_entenda>.

_____. **Programas Porto Maravilha Cultural e Porto Maravilha Cidadão.** Disponível em <<http://portomaravilha.com.br/cidadaoecultura>>.

_____. **Perímetro área de intervenção.** Disponível em <<http://portomaravilha.com.br/images/mapa-da-area-2-grande.jpg>>.

RIO onWatch. **Moradores da Região Portuária Sofrem com as Obras Intermináveis do VLT #DeOlhoNoLegado,** 19 dez. 2016. Disponível em <<http://rioonwatch.org.br/?p=23959>>.

SLAVEVOYAGES. **O Banco de Dados do Tráfico Transatlântico de Escravos reúne informações sobre quase 36.000 viagens negreiras.** Disponível em <<http://www.slavevoyages.org/>>.

TWITTER. **Boulevard Olímpico (Conta verificada)**, 30 ago. 2016. Disponível em <<https://twitter.com/BlvdOlimpico>>.

UNESCO World HeritageList. **Valongo Wharf Archaeological Site.** Disponível em <<https://whc.unesco.org/en/list/1548>>.

YOUTUBE. **Globalização Milton Santos - O mundo global visto do lado de cá.** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM>

Apêndices

APÊNDICE 1

A metodologia do trabalho seguiu as proposições da obra “Dinâmicas da Pesquisa em Ciências Sociais” (BRUYNE et al, 1977), elaborada com o fim de contribuir com a formulação de técnicas de pesquisa em ciências sociais. Tendo em vista o caráter qualitativo e subjetivo das ciências humanas, há uma preocupação que se coloca: “Desde o momento em que a ação desempenha um papel, existe inevitavelmente referência a motivações, objetivos e valores. Ora, pode-se tratar esses componentes da ação à maneira das propriedades de um objeto físico, pode-se objetivá-los?” (id, p. 9). Segundo os autores, ao objetivar fatos sociais, rejeita-se justamente a subjetividade das motivações, objetivos e valores que orientam as ações. Por outro lado, ao avaliar apenas a dimensão subjetiva do objeto de estudo, a análise perde seu caráter sistêmico, apresentando meramente a perspectiva interpretativa do pesquisador. Dessa maneira, a constituição dos procedimentos científicos em ciências sociais implica na constante reflexão sobre seus fundamentos, propósitos e métodos, ou seja, sobre sua epistemologia, tanto quanto nos diversos campos disciplinares:

A fundação de uma ciência está subordinada à delimitação de fronteiras claramente definidas que lhe conferem sua especificidade e lhe permitem desenvolver-se construindo rigorosamente seus objetos de conhecimento e seus protocolos de investigação. O conhecimento científico só merece este nome se foi elaborado segundo as regras da metodologia científica. Só esta permite garantir um conhecimento fiel sobre a realidade, demonstrando ela própria sua validade ao propor um tipo de compreensão, de prova e de controle, ao fornecer explicação e predição. A reflexão metodológica é capaz de estabelecer pontes entre as diversas disciplinas pois os métodos são instrumentos suficientemente gerais para serem comuns a todas as ciências ou a uma parte suficientemente importante dentre elas (BRUYNE et al, 1977, p. 27).

A construção do objeto é contínua, dinâmica. Ao formular a problematização que irá orientar a análise, novos problemas se constituem. Cientes do caráter dinâmico e interdisciplinar do objeto de pesquisa, os autores indicam a importância de situar a análise sob determinada perspectiva disciplinar, a fim de estabelecer quais instrumentos metodológicos poderão contribuir, mesmo que técnicas de outros campos disciplinares sejam utilizadas. Com o avanço da pesquisa, esses procedimentos metodológicos devem ser constantemente verificados e validados, visando a construção progressiva do conhecimento científico.

O objeto científico não está colocado na esfera ideal de sua existência por uma espécie de iniciativa absoluta do pensamento. É elaborado num meio preexistente, feito de esboços operatórios diversos, articulados uns sobre os outros de maneira precisa e definindo um espaço de virtualidade do qual o objeto, uma vez construído, representará uma das atualizações possíveis. Este campo constituinte é o da prática metodológica (BRUYNE et al, 1977, p. 20).

Para formular a metodologia geral proposta pelos autores, que fosse além das ciências parcelares, eles destacaram a importância de estabelecer o *campo da pesquisa* para delimitar a “objetividade” científica da análise, ou “o lugar prático da elaboração dos próprios objetos do conhecimento científico, de sua construção sistemática e da constatação empírica dos fatos que essa pesquisa deu a conhecer” (id, p. 28). Enquanto a prática científica visa “retirar” o objeto da realidade para orientar sua compreensão e sistematização, a pesquisa se dá em um ambiente social do qual não está isenta. Por isso, segundo os autores, o campo da pesquisa deve considerar: o *campo da demanda social*, que legitima a prática científica; o *campo axiológico*, composto pelos valores culturais da sociedade na qual o pesquisador se insere, e seus interesses próprios, visto que “não se deve confundir o subjetivismo do pesquisador (seus ‘juízos de valor’) com o subjetivismo dos objetos de pesquisa (indivíduos, grupos, sistemas socioculturais, etc.” (id. p. 33); o *campo doxológico*, ou campo das práticas cotidianas, o qual deverá orientar a formulação da problematização de pesquisa; e o *campo epistemológico*, relacionado às concepções filosóficas do campo disciplinar, que rege as escolhas metodológicas e o diálogo interdisciplinar do conhecimento científico.

Nesse contexto, a metodologia geral proposta foi o espaço metodológico quadripolar. Estruturado pelos polos epistemológico, teórico, morfológico e técnico, essa metodologia visa orientar o desenvolvimento da pesquisa pela articulação simultânea de todos os polos citados, a fim de verificar hipóteses de trabalho formuladas a partir da problematização estabelecida pelo objeto: “A interação dialética desses diferentes polos constitui o conjunto da prática metodológica: esta concepção introduz um modelo topológico e não cronológico da pesquisa”.

O polo teórico contribui na elaboração das hipóteses de trabalho, estabelecendo a problematização da pesquisa e os parâmetros de interpretação que serão utilizados, enquanto o polo técnico orienta a coleta e tratamento de informações, dados e fatos para a configuração de sistemas significantes da empiria em relação à problematização, gerando subsídios para a validação das hipóteses de trabalho. O polo epistemológico visa dar

cientificidade ao objeto de pesquisa, definido pelo polo morfológico, que por sua vez visa dar uma base empírica à articulação teórica da pesquisa, formulando um espaço configurativo para a problematização a partir de três caracteres fundamentais, complementares e indissociáveis: exposição, causação, objetivação (Bruyneet al, 1977, p. 159).

De acordo com a metodologia adotada, é necessário estabelecer uma rede morfológica para verificação das hipóteses de trabalho estabelecidas. Essa rede busca “objetivar a problemática da pesquisa e articular seu sistema teórico” buscando identificar “‘modelos’ materiais que descrevem estados de coisas” (Bruyneet al, 1977, p. 163). A *exposição* do polo morfológico representa a articulação desses níveis de análise, visando identificar relações entre a totalidade global e totalidades parciais, conectadas com a primeira. Esses “modelos” materiais que constituem a rede morfológica criam meios para ações que produzem um conjunto de efeitos, acontecimentos (*causação*). É necessário analisar as causas que implicaram nas determinações identificadas pela exposição, ou sua causação. É essa rede de relações de causa-efeito permite a elaboração de uma operação referencial para verificação da problematização e das hipóteses de trabalho estabelecidas (*objetivação*).

APÊNDICE 2

Quadro produzido para o exercício analítico referente ao circuito espacial produtivo do Museu do Amanhã.

ORDEM TÉCNICA CONSTRUTIVA							
INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
OBRAS CIVIS							
Concessionária Porto Novo SA (formada pelos grupos)	Construtora OAS S.A.		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.oas.com.br/oas-com/home.htm	Empresa
	Construtora Norberto Odebrecht S/A		Salvador	Bahia	Brasil	https://www.odebrecht.com/	Empresa
	Carioca Christiani-Nielsen Engenharia		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.cariocaengenharia.com.br/v3/	Empresa
Diretor Presidente	José Renato Rodrigues Pontes	Concessionária Porto Novo	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portonovosa.com/	Empresa
Relações Institucionais	Rafael Daltro de Almeida						
Consórcio Construtor	Benedicto Barbosa da Silva Junior	Construtora Norberto Odebrecht S/A	Salvador	Bahia	Brasil	https://www.odebrecht.com/	Empresa
	Leandro Andrade Azevedo						
	Fernando A Quintas Alves Filho	Construtora OAS S.A.	São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.oas.com.br/oas-com/home.htm	Empresa
	Eric Almeida Leahy						
	Ricardo Pernambuco Backheuser Junior	Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A	São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.cariocaengenharia.com.br/v3/	Empresa
	Eduardo Backheuser						
	Rodolfo Mantuano						
Álvaro José Monnerat Côrtes							

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Consórcio Construtor	Ricardo Pernambuco Backheuser Junior	Carioca Christiani-Nilsen Engenharia S/A	São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.cariocaengenharia.com.br/v3/	Empresa
	Eduardo Backheuser						
	Rodolfo Mantuano						
	Álvaro José Monnerat Côrtes						
Diretor de Contrato	Alexandre Dias Porto Chiavegatto	Construtora Norberto Odebrecht S/A	Salvador	Bahia	Brasil	https://www.odebrecht.com/	Empresa
Gerente Operacional	Claudio Borges Carvalho	Concessionária Porto Novo	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portonovosa.com/	Empresa
Gerente de Produção	Edilson da Cruz Costa						
Gerente de Engenharia	Fábio Castro						
Engenheiro de Produção	João Carlos Albuquerque	Construtora Norberto Odebrecht S/A	Salvador	Bahia	Brasil	https://www.odebrecht.com/	Empresa
	Bruno César Campanha	Concessionária Porto Novo	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portonovosa.com/	Empresa
Coordenação do Projeto	Marcella Fanchin						
Arquiteto Urbanista	César Feliciano						
Mestre de Obras	Antonio Anselmo Azevedo						

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
ARQUITETURA E MUSEOGRAFIA							
Consultoria de projetos	Arup		Londres	Londres	Reino Unido	https://www.arup.com/projects/museu-do-amanha	Empresa
Fabricação e montagem de esquadrias de alumínio e vidros	Martifer Construções Brasil		Oliveira de Frades	Beira Alta	Portugal	http://www.martifer.pt/pt/metallic-constructions/	Empresa
Fabricação e montagem de estrutura metálica	Martifer Construções		Oliveira de Frades	Beira Alta	Portugal	http://www.martifer.pt/pt/metallic-constructions/	Empresa
Formas e escoramentos	Peri Brasil		Weissenhorn	Baviera	Alemanha	https://www.peri.com.br/projetos/edificios-culturais/museu-do-amanha.html	Empresa
Fundações e contenções	Infraestrutura Engenharia		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://infraestrutura.eng.br/fundacoes-e-contencoes-do-museu-do-amanha/	Empresa
Instalações especiais	Jugend Controle Predial		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://jugend.com.br/index.php/pt/centro-de-convencoes	Empresa
Manutenção da fachada	PB Soluções em Sistemas de Ancoragem		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.pbse.com.br/	Empresa
Produção de vidros curvos	TVITEC		Madrid	Madrid	Espanha	http://www.tvitec.com.br/	Empresa
Projeto de impermeabilização	Cetimper Consultoria em Engenharia de Impermeabilização		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://cetimper.com.br/portfolio-projetos/	Empresa
Projeto de irrigação	MP Engenharia		Niterói	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.mpengenharia.com.br/	Empresa
Sistema fotovoltaico	Ebea Sistemas de Energia		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.ebea.com.br/wa_p_albums/p_album_isbrk9dd0/isbrie111dqzer4m68/museu%20do%20amanha%20-%20pagina%20do%20projeto.jpg	Empresa

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Tratamento de água de reuso	Planep Engenharia		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.planep.com.br/clientes-planep-engenharia-rio-de-janeiro-rj.html	Empresa
Tratamento de água do mar	Aqualar		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://www.aqualar.com.br/inicio	Empresa
Estrutura Metálica	Projeto Alpha Engenharia de Estruturas		Barueri	São Paulo	Brasil	http://projetoalpha.com.br/edificacoes-especiais	Empresa
	Santiago Calatrava LLC		Zurique	Romandia	Suíça	https://calatrava.com/	Empresa
Estrutura de Concreto	Engeti Consultoria e Engenharia		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.engeti.eng.br/site/empresa.html	Empresa
Luminotécnica	LD Studio		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://ldstudio.com.br/site/museu-do-amanha/	Empresa
Sonorização	Audium - Áudio e Acústica		Salvador	Bahia	Brasil	http://www.audium.com.br/tipo/museus/	Empresa
Ar Condicionado e Ventilação Mecânica	Consultar Engenharia		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.consultar.eng.br/index.html	Empresa
Certificação LEED	Casa do Futuro.com Tecnologia Ltda		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.casadofuturo.com/	Empresa
Instalações Elétricas e Especiais	Lumens Engenharia		Belo Horizonte	Minas Gerais	Brasil	http://www.lumensengenharia.com.br/portifolio/	Empresa
Instalações Prediais	JLP Engenharia e Projetos		São Paulo	São Paulo	Brasil	https://www.jlpengenharia.com/	Empresa
Paisagismo	Burle Marx & Cia Ltda		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://burlemarx.com.br/bm/portfolio-item/museu-do-amanha/	Empresa
Fundações e Contêncões	Infraestrutura Engenharia		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://infraestrutura.eng.br/fundacoes-e-contencoes-do-museu-do-amanha/	Empresa

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Combate a Incêndio	Dimensional		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://dimensional19.com.br/website/	Empresa
Acústica	Harmonia Acústica		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://harmoniaacustica.com.br/projetos/museu-do-amanha/	Empresa
Fluxo	Bosco e Associados Ltda		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.bassociados.com/	Empresa
Vidros e Esquadrias	QMD Engenharia		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.qmdconsultoria.com.br/project/museu-do-amanha/	Empresa
Impermeabilização	Cetimper Engenharia		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://cetimper.com.br/portfolio-projetos/	Empresa
Manutenção de Fachada	PB Soluções em Sistemas de Ancoragem		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.pbse.com.br/	Empresa
Sistema Fotovoltaico	Ebea Sistemas de Energia		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.ebea.com.br/wa_p_albums/p_album_isbrk9dd0/isbrie111dqzer4m68/museu%20do%20amanha%20-%20pagina%20do%20projeto.jpg	Empresa
Consultoria Concreto	WG Corrêa Consultoria		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.sociosbrasil.com/nome/wanderley-guimaraes-correa	Empresa
Consultoria Resíduos Sólidos	AR Ambiente Responsável		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Empresa
Pavimentação	TecPAV Engenharia e Consultoria		São Paulo	São Paulo	Brasil	https://www.tecpavengenharia.com.br/	Empresa
Identidade Visual	ORB LLC		Nova York	Nova York	Estados Unidos	http://www.orb-site.com/en/index.html	Empresa
Projeto de Mobiliário	Ivan Rezende Arquitetura		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://ivanrezendearquitectura.com.br/projetos/museu-do-amanha/?from=inside	Empresa

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Programa Educativo	Percebe Pesquisa, Consultoria e Treinamento Educacional		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.percebeeduca.com.br/conteudos/visualizar/Programa-Educativo-do-Museu-do-Amanha	Empresa
Assessoria de Imprensa	Approach Comunicação		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.approach.com.br/	Empresa
Consultoria de Comunicação	Luis Marcelo Mendes		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://luismarcelomendes.com.br/	Pessoa Física
Plano Museológico	Expomus Exposições Museus Projetos Culturais		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.expomus.com.br/	Empresa
PRODUÇÃO MUSEOGRÁFICA							
Conceito, Design e Direção da Museografia	ORB LLC		Nova York	Nova York	Estados Unidos	http://www.orb-site.com/en/index.html	Empresa
Direção de Criação e Projeto	Andres Clerici	ORB LLC	Nova York	Nova York	Estados Unidos	http://www.orb-site.com/en/index.html	Empresa
Direção de Arte e Design	Sean Callen	Callen Design Co.	Nova York	Nova York	Estados Unidos	http://www.callendesignco.com/	Empresa
Design Gráfico	Coca Albers	Coca Albers	Nova York	Nova York	Estados Unidos	http://www.cocaalbers.com/	Empresa
Design 3D	Carlos Mauricio Rodriguez	Ralph Appelbaum Associates RAA	Nova York	Nova York	Estados Unidos	http://www.raany.com/	Empresa
Consultoria em Experiential Media Design	Mona Kim	Mona Kim Projects	Paris	Ilha de França	França	http://www.monakimprojects.com/	Empresa

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS								
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA	
Desenvolvimento do Projeto	Vasco Caldeira	Artifício Arquitetura e Exposições	São Paulo	São Paulo	Brasil	http://artifweb.wixsite.com/artificio	Empresa	
	Karen Doho							
	Leila Santiago							
	Maria Fernanda Miserochi							
	Zildete Mesquita							
Direção de Tecnologia	SuperUber	SuperUber	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.superuber.com.br/	Empresa	
	Russ Rive	SuperUber	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.superuber.com.br/	Empresa	
	Tommy Lindestrøm							
	Gabriela Castro							
Sistema de Atualização de Conteúdo	Radix		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.radixeng.com.br/	Empresa	
	Luiz Rubião	Radix	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.radixeng.com.br/	Empresa	
	Paulo Armando							
	Aline Pinheiro							
	SuperUber			Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.superuber.com.br/	Empresa
	Tommy Lindestrøm	SuperUber	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.superuber.com.br/	Empresa	
	Pedro Rezende							

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Música Original e Sonoplastia	Lucas Marcier	ARPX Audio	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://arpx.com.br/	Empresa
Redação	Maurício Lissovsky	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Instituição
	Simone Evangelista	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Niterói	Rio de Janeiro	Brasil		Instituição
	Marcio Vianna	Guaraná Produções de Conteúdo	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.e-guarana.com/	Empresa
	Álvaro Campos	2 Moleques Produções	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://2molequesproducoes.com.br/	Empresa
	Marcelo Gluz	Outra Coisa	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://outracoisa.space/	Empresa
	Isadora Marinho		Nova York	Nova York	Estados Unidos		Pessoa Física
	Alessandra de Paula	SRCOM	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://srcom.com.br/pt-br/	Empresa
Pesquisa Interativos	Evgeniya Kalatukhina		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física
	Luana Furtado		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	www.luanafurtado.me/	Pessoa Física
	Sofia Moutinho		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://sofiamoutinhoportfolio.wordpress.com/	Pessoa Física

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Revisão e Traduções	Alexandra de Vries	Alétras Translation Services	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.alettras.com/alettras.html	Empresa
	Daniel Pereira Maciel		Brasília	Distrito Federal	Brasil		Pessoa Física
	Fernando Campos Leza	Tradore	Brasília	Distrito Federal	Brasil	http://www.tradore.com/	Empresa
	Florisvaldo Machado	Interpretando Tradução Profissional	Brasília	Distrito Federal	Brasil	https://www.interpretando.com.br/	Empresa
	Micheline Christophe		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física
	Ana van Eersel	Arcos Assessoria em Idiomas	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Empresa
Projeto de Instalação de Leds	LedWave		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.ledwave.com.br/	Empresa
Instalações Elétricas e Especiais	NetSolutions		Chandigarh	Punjab	Índia	https://www.netsolutions.com/	Empresa
Impressões Grafismos	Fotosfera		Osasco	São Paulo	Brasil	http://www.fotosfera.com.br/	Empresa
PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE							
Coordenação	Amanda Tojal	Arteinclusão	São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.arteinclusao.com.br/museu-do-amanh%C3%A3?_rdr	Empresa
Audioguias	Hélio Ziskind		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.helioziskind.com.br/index.php?ver=por	Pessoa Física

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Ilustrações	Marcus Moraes		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.marcusmoraes.com.br/	Pessoa Física
Objetos táteis	Alfonso Balestero		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://ballestero.org/	Pessoa Física
Relevos táteis e piso podotátil	Casa do Braille		Santo André	São Paulo	Brasil	http://casadobraille.com.br/	Empresa
Maquetes táteis	Dayse Tarricone	Ateliê de Arte Dayse Tarricone	São Paulo	São Paulo	Brasil		Empresa

ORDEM ECONÔMICA							
INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
REALIZAÇÃO							
Concepção e realização	Eduardo Paes	Prefeitura do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	www.rio.rj.gov.br/	Instituição
	Pedro Paulo Carvalho Teixeira						
	Guilherme Nogueira Schleder						
	Marcelo Calero						
	Jorge Arraes						
	Alberto Gomes Silva						
	Washington Fajardo						

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Concepção e realização	José Roberto Marinho	Fundação Roberto Marinho	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.frm.org.br/	Empresa
	Hugo Barreto						
	Nelson Savioli						
	Lucia Basto						
	Flavia Constant						
	Deca Farroco						

COLABORADORES - ORDEM ECONÔMICA							
Apoio	Instituto CCR		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.institutoccr.com.br/	Empresa
	Deloitte		Nova York	Nova York	Estados Unidos	https://www2.deloitte.com/global/en.html?icid=site_selector_global	Empresa
	Governo do Rio de Janeiro		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rj.gov.br/web/guest;jsessionid=C8D6BF4F15FA0DCDA3821101597521AB.Iportal2	Instituição
Apoio Instituição	Finep - Empresa brasileira de inovação em pesquisa		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://finep.gov.br/	Instituição
Concepção e realização	Prefeitura do Rio de Janeiro		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/	Instituição
	Fundação Roberto Marinho		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.frm.org.br/	Empresa
Construção	Concessionária Porto Novo		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portonovosa.com/pt-br/porto-maravilha	Empresa
Fornecedor oficial	Windsor Hotels		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://windsorhoteis.com/	Empresa

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Fornecedor oficial	Novotel RJ Porto Atlântico Accor Hotels		Paris	Ilha de França	França	https://www.accorhotels.com/pt-br/brasil/index.shtml	Empresa
	Estapar		São Paulo	São Paulo	Brasil	https://www.estapar.com.br/	Empresa
	RB1		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rb1.com.br/home	Empresa
	Suvinil Basf		Ludwicschafen	Rhein	Alemanha	https://www.basf.com/br/pt.html	Empresa
Fornecedor oficial de serviços jurídicos	BMA Advogados		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.bmalaw.com.br/Pages/Default.aspx	Empresa
Gestão	IDG Instituto de desenvolvimento e gestão		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://idg.org.br/pt-br/moti	Empresa
Mantenedor	Shell		Haya	Holanda do Sul	Holanda	https://www.shell.com/	Empresa
Parceiro estratégico	Grupo Globo		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.grupoglobo.globo.com/index.php	Empresa
Patrocinador	Engie		Paris	Paris	França	https://www.engie.com/	Empresa
	IBM		Armonk	Nova York	Estados Unidos	https://www.ibm.com/br-pt/	Empresa
	IRB Brasil RE		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://www.irbbrasilre.com/PT-BR/Paginas/patrocinios-detalle.aspx?n=76	Empresa
Patrocinador Master	Banco Santander		Madrid	Madrid	Espanha	https://www.santander.com.br/	Empresa
Realização	Ministério da Cultura		Brasília	Distrito Federal	Brasil	http://www.cultura.gov.br/	Instituição
	Governo Federal		Brasília	Distrito Federal	Brasil	http://brasil.gov.br/	Instituição

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO							
Supervisão Geral	Hugo Barreto	Fundação Roberto Marinho	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.frm.org.br/	Empresa
	Lucia Basto						
Arquitetura	Santiago Calatrava	Santiago Calatrava LLC	Zurique	Romandia	Suíça	https://calatrava.com/	Empresa
Curadoria	Luiz Alberto Oliveira	Museu do Amanhã	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://museudoamanha.org.br/	Instituição
Direção de Criação e Identidade Visual	Andres Clerici	ORB LLC	Nova York	Nova York	Estados Unidos	http://www.orb-site.com/en/index.html	Empresa
Coordenação Geral	Deca Farroco	Fundação Roberto Marinho	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.frm.org.br/	Empresa
Gerenciamento do Projeto de Arquitetura	Ruy Rezende	Ruy Rezende Arquitetura RRA	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rra.com.br/	Empresa
Projeto Museográfico	Filipe Jacopucci	Artifício Arquitetura e Exposições	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://artifweb.wixsite.com/artificio	Empresa
Coordenação de Conteúdo	Vasco Caldeira	Museu do Amanhã	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://museudoamanha.org.br/	Instituição
Concepção Curatorial Inicial	Leonardo Menezes						
	Leonel Kaz	Aprazível Edições Ltda	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://www.uqeditons.com/museus	Empresa
Concepção Museográfica Inicial	Ralph Appelbaum	Ralph Appelbaum Associates RAA	Nova York	Nova York	Estados Unidos	http://www.raany.com/	Empresa

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Coordenação Técnica	Marcio Guerra	Fundação Roberto Marinho	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.frm.org.br/	Empresa
	Ana Ribeiro	Árvore	São Paulo	São Paulo	Brasil	http://arvore.io/#home	Empresa
	Taissa Thiry	Fundação Roberto Marinho	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.frm.org.br/	Empresa
GESTÃO							
Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG							
Presidente do Conselho de Administração	Fred Arruda	IDG	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://idg.org.br/	Empresa
Diretor Presidente	Ricardo Piquet						
Curador Geral	Luiz Alberto Oliveira						
Diretoria de Conteúdo	Alfredo Tolmasquim						
LAA - Laboratório de Atividades do Amanhã	Marcela Sabino						
Observatório do Amanhã & Conteúdo	Leonardo Menezes						
Educação	Melina Almada						
Diretoria de Operações & Finanças	Henrique Oliveira						
Operações	Uli Rentschler						

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Administrativo & Financeiro	Carlos Mineiro	IDG	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://idg.org.br/	Empresa
Jurídico	Caroline Carvalho						
Diretoria de Desenvolvimento de Públicos	Alexandre Fernandes Filho						
Relações Comunitárias	Laura Taves						
Comunicação	Rafael Veras						
Eventos	Bruno Stehling						
Pesquisa & Engajamento de Públicos	Dino Siwek						
Diretoria de Planejamento & Gestão	Vinícius Capillé						
Planejamento	Maíra Costa						
Tecnologia da Informação	Eric Ribeiro						
Compliance	Marcia Carneiro						
Diretoria Captação de Recursos	Renata Salles						
Relacionamento com Parceiros	Maria Helena Gonçalves						

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Comercial	Maria Garibaldi	IDG	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://idg.org.br/	Empresa
ORDEM TÉCNICA DE CONTEÚDO							
COLABORADORES DE CONTEÚDO							
Fornecedor oficial de Mídia	JCDecaux		Paris	Ilha de França	França	http://www.jcdecaux.com/	Empresa
Parceiros internacionais	THNK School of creative leadership		Amsterdã	Holanda do Norte	Holanda	https://www.thnk.org/	Empresa
	Dutch Culture - Centre for internacional cooperation		Amsterdã	Holanda do Norte	Holanda	https://dutchculture.nl/en	Empresa
Parceria tecnológica	Cisco		San José	Califórnia	Estados Unidos	https://www.cisco.com/c/pt_br/index.html	Empresa
	Intel		Santa Clara	Califórnia	Estados Unidos	https://www.intel.com.br/content/www/br/pt/homepage.html	Empresa
Player oficial	Spotify		Estocolmo	Uplândia	Suécia	https://open.spotify.com/user/museudoamanha?play=true&utm_source=open.spotify.com&utm_medium=open	Empresa
Projetos especiais	Fondation Engie		Paris	Paris	França	http://www.projets.fondation-engie.com/en/	Empresa
	Newton Fund		Londres	Grande Londres	Reino Unido	http://www.newtonfund.ac.uk/	Empresa
	British Council		Londres	Grande Londres	Reino Unido	https://www.britishcouncil.org/	Empresa

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
ESPAÇOS EXPOSITIVOS							
Cosmos							
Audiovisual	O2 Filmes		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.o2filmes.com/	Empresa
	Ricardo Laganaro	O2 Filmes	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.o2filmes.com/	Empresa
	Fernando Meirelles						
	Janaina Augustin						
	Loud		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://loud.bz/	Empresa
	O2 Som		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.o2filmes.com/	Empresa
	FullMix Estudios		São Paulo	São Paulo	Brasil	https://www.fullmixestudios.com.br/	Empresa
Fabricação e Montagem	Metro Cenografia		Barueri	São Paulo	Brasil	http://metrocenografia.com.br/	Empresa
	Mauro Coelho	Metro Cenografia	Barueri	São Paulo	Brasil	http://metrocenografia.com.br/	Empresa
	Sigma Brasil		Indaiatuba	São Paulo	Brasil	http://sigmmabrasil.com.br/	Empresa
	João Carlos Gomes Villasenor	Sigma Brasil	Indaiatuba	São Paulo	Brasil	http://sigmmabrasil.com.br/	Empresa
Projeto e Instalação - projeção em domo	VisualFarm		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://visualfarm.com.br/	Empresa
	Alexis Anastasiou	VisualFarm	São Paulo	São Paulo	Brasil	http://visualfarm.com.br/	Empresa

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Terra							
Cubo Matéria							
Audiovisual - A terra é azul	Nuccobrian		Londres	Grande Londres	Inglaterra	http://nuccobrain.com/	Empresa
	Augusto Madeira	SuperUber	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.superuber.com.br/	Empresa
Audiovisual - Quatro Oceanos	Giros		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://giros.com.br/pt/	Empresa
	Belisario Franca	Giros	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://giros.com.br/pt/	Empresa
	Antonia Gama						
	Cláudia Lima						
	Cubiculo		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.cubiculo.net/	Empresa
Daniel Wurtzel		Nova York	Nova York	Estados Unidos	http://www.danielwurtzel.com/	Pessoa Física	

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Cubo Vida							
Audiovisual - Ecosystemas	Giros		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://giros.com.br/pt/	Empresa
	Belisario Franca	Giros	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://giros.com.br/pt/	Empresa
	Antonia Gama						
	Cláudia Lima						
	Rogério Costa	Azul que não há	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.azulquenaoha.com/	Empresa
	Tomás Magariños						
SuperUber		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.superuber.com.br/	Empresa	
Fotos e Imagens - Baía de Guanabara	Cristian Dimitrius		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.cristiandimitrius.com/	Empresa
Audiovisual - DNA	Beeld.		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	www.beeldmotion.com/	Empresa
	Augusto Madeira	Beeld.	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	www.beeldmotion.com/	Empresa
Cubo Pensamento							
Audiovisual - Cérebro	Nuccobrian		Londres	Grande Londres	Inglaterra	http://nucobrain.com/	Empresa
	Augusto Madeira	Beeld.	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	www.beeldmotion.com/	Empresa

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Instalação Visual - Cérebro	SuperUber		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.superuber.com.br/	Empresa
	Álvaro Machado Dias	USP/UNIFESP	São Paulo	São Paulo	Brasil		Instituição
	Henrique Teruo Akiba	USP	São Paulo	São Paulo	Brasil		Instituição
	Eduardo Oda	All4 Innovation Group	São Paulo	São Paulo	Brasil		Empresa
	Jilvan Pinheiro de Souza Júnior	USP	São Paulo	São Paulo	Brasil		Instituição
Instalação - Cultura	Rosa Duque		Barcelona	Catalunha	Espanha		Pessoa Física
	Coca Albers		Nova York	Nova York	Estados Unidos	http://www.cocaalbers.com/	Empresa
	Sebastien Haizet		Nova York	Nova York	Estados Unidos		Pessoa Física
	ARPX Audio		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://arpx.com.br/	Empresa
	Isabela Mota	ARPX Audio	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://arpx.com.br/	Empresa
Fabricação e Montagem	Panati Cenografia		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Empresa
	Sergio Marimba		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://www.sergiomarimba.com/	Pessoa Física
	Claudia Torres	Hélice Cenografia	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Empresa
	Mirella Lima		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Antropoceno							
Audiovisual - Totens	Conspiração Filmes		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.conspiracao.com.br/home#/trabalhos/todos	Empresa
	Vicente Kubrusly	Conspiração Filmes	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.conspiracao.com.br/home#/trabalhos/todos	Empresa
	Melissa Flores						
	Renata Brandão						
	Murilo Saroldi						
	Carolina Albuquerque						
	Breno Fortes		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://vimeo.com/217570638	Pessoa Física
	Berna Ceppas	Estudio Monoaural	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Empresa
	SuperUber		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.superuber.com.br/	Empresa
	Carlos Oliveira	SuperUber	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.superuber.com.br/	Empresa
Antonio Hofmeister							
Audiovisual - Cavernas	TV Zero		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.tvzero.com/	Empresa
	Roberto Berliner	TV Zero	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.tvzero.com/	Empresa
	Leonardo Domingues						
	Rodrigo Letier						
	Leo Ribeiro						

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Audiovisual - Cavernas	Ficheiro Pesquisa		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://pt-br.facebook.com/ficheiropesquisa/	Empresa
	Patrícia Pamplona	Ficheiro Pesquisa	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://pt-br.facebook.com/ficheiropesquisa/	Empresa
	Anna Julia Werneck	TV Zero	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.tvzero.com/	Empresa
	Julia Favero						
	Beatriz Cavalcanti						
	Tecnopop		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.tecnopop.com.br/	Empresa
	Marcelo Pereira	Tecnopop	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.tecnopop.com.br/	Empresa
Globonews	Globosat	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://canaisglobosat.globo.com/	Empresa	
Fabricação e Montagem	Engecusto Indústria e Montagem		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://engecusto.com.br/	Empresa
	Fernando A. Rocha	Engecusto Indústria e Montagem	São Paulo	São Paulo	Brasil	http://engecusto.com.br/	Empresa
Amanhãs							
Entrevistas	Cinerama Brasilis		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.cineramabrasilis.com.br/	Empresa
	Victor Lopes	Museu do Amanhã	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://museudoamanha.org.br/	Instituição
	Mario Nakamura	Cinerama Brasilis	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.cineramabrasilis.com.br/	Empresa
	Monique Bodin						

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Entrevistas	Markão Oliveira		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física
	Pedro Faerstein		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://vimeo.com/pedrofaerstein	Pessoa Física
Sociedade							
Audiovisual - Sociedade	Beeld.		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	www.beeldmotion.com/	Empresa
	SuperUber		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.superuber.com.br/	Empresa
	Tommy Lindestrøm	SuperUber	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.superuber.com.br/	Empresa
	Harrison Mendonça						
Jogo Pegada Ecológica	32Bits Criações Digitais		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://sitev4.32bits.com.br/	Empresa
Planeta							
Audiovisual - Planeta	Beeld.		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	www.beeldmotion.com/	Empresa
Jogo das Civilizações	SuperUber		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.superuber.com.br/	Empresa
	Russ Rive	SuperUber	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.superuber.com.br/	Empresa
	Carlos Oliveira						
Humano							
Audiovisual - Humano	Academia de Filmes		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.academiadefilmes.com.br/en/	Empresa
	Tadeu Jungle	Academia de Filmes	São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.academiadefilmes.com.br/en/	Empresa

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Audiovisual - Humano	Camila Mouri		São Paulo	São Paulo	Brasil		Pessoa Física
	Francisco Ruiz		São José dos Campos	São Paulo	Brasil		Pessoa Física
	Marta Rubia	Margarida Flores & Filmes	São Paulo	São Paulo	Brasil		Empresa
	Beto Largman	Fundação Roberto Marinho	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.frm.org.br/	Empresa
Jogo Humano do Amanhã	Donaranha		São Paulo	São Paulo	Brasil		Empresa
	Marcelo Tas	Donaranha	São Paulo	São Paulo	Brasil		Empresa
	Ricardo Gimenes						
	Ludmila Tavares	Supernormal Comunicações	São Paulo	São Paulo	Brasil	http://supernormal.com.br/	Empresa
	Julio Almeida	Donaranha	São Paulo	São Paulo	Brasil		Empresa
	Ludmilla Carvalho						
Fabricação e Montagem	Cenomais		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.cenomais.com.br/	Empresa
	Fabio Mariano	Cenomais	São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.cenomais.com.br/	Empresa
	Sigma Brasil		Indaiatuba	São Paulo	Brasil	http://sigmmabrazil.com.br/	Empresa
	João Carlos Gomes Villasenor	Sigma Brasil	Indaiatuba	São Paulo	Brasil	http://sigmmabrazil.com.br/	Empresa

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
NÓS							
Experiência Som e Luz	Monica Lobo	LD Studio	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://ldstudio.com.br/site/	Empresa
	Lucas Marcier	ARPX Audio	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://arpx.com.br/	Empresa
	Muti Randolph		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.mutirandolph.com/	Empresa
	Sala 28		São Paulo	São Paulo	Brasil	https://sala28.com/	Empresa
Texto	Jorge Luis Borges		Buenos Aires	Buenos Aires	Argentina		Pessoa Física
	Maria Kodama		Buenos Aires	Buenos Aires	Argentina		Pessoa Física
	Companhia das Letras		São Paulo	São Paulo	Brasil	https://www.companhiadasletras.com.br/	Empresa
Fabricação e Montagem	Ita Construtora		Vargem Grande Paulista	São Paulo	Brasil	http://www.itaconstrutora.com.br/	Empresa
	Hélio Olga	Ita Construtora	Vargem Grande Paulista	São Paulo	Brasil	http://www.itaconstrutora.com.br/	Empresa
	Marcus Vinicius Lima		Vargem Grande Paulista	São Paulo	Brasil	http://www.itaconstrutora.com.br/	Empresa
Instalação Luminotécnica	Philips		Amsterdam	Holanda do Norte	Holanda	https://www.philips.com/a-w/about/company.html	Empresa
Manuscritos	Mana Bernardes		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://manabernardes.com/	Pessoa Física

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
CONSULTORES DE CONTEÚDO							
Cosmos e Terra							
Consultores	Alexandre Cherman	Planetário do Rio	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.planetariodorio.com.br/	Instituição
	Eliana Beluzzo	Universidade de São Paulo (USP)	São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www5.usp.br/	Instituição
	Eliane Canedo de Freitas Pinheiro	Governo do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rj.gov.br/	Instituição
	Gilvan Sampaio de Oliveira	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)	São José dos Campos	São Paulo	Brasil	http://www.inpe.br/	Instituição
	Henrique Lins de Barros	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://portal.cbpf.br/pt-br/	Instituição
	Julia Reid	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)	São José dos Campos	São Paulo	Brasil	http://www.inpe.br/	Instituição
	Luiz Fernando Dias Duarte	Museu Nacional (UFRJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.museunacional.ufrj.br/	Instituição
	Maria Alice dos Santos Alves	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.uerj.br/	Instituição
	Mayana Zatz	Universidade de São Paulo (USP)	São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www5.usp.br/	Instituição

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Antropoceno e Amanhãs							
Consultores	Adriana Caúla	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Niterói	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.uff.br/	Instituição
	Alexandre Kalache	World Health Organization (WHO)	Genebra	Romandia	Suíça	http://www.who.int/	Instituição
	Andrew Hessel	Singularity University	Moffett Field	Nova York	Estados Unidos	https://su.org/	Instituição
	Benilton Bezerra Jr	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.uerj.br/	Instituição
	David Zee						
	Fátima Portillo	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Seropédica	Rio de Janeiro	Brasil	http://portal.ufrj.br/	Instituição
	Jorge Lopes	Instituto Nacional de Tecnologia (INT)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.int.gov.br/	Instituição
	José Augusto Pádua	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://ufrj.br/	Instituição

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Consultores	Luiz Pinguelli Rosa	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE-UFRJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.coppe.ufrj.br/	Instituição
	Marcelo Gleiser	Dartmouth College	Hanover	New Hampshire	Estados Unidos	https://home.dartmouth.edu/	Instituição
	Marcio Giannini Pereira	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE-UFRJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.coppe.ufrj.br/	Instituição
	Nmiguel Nicolelis	Duke University	Durham	Carolina do Norte	Estados Unidos	https://www.duke.edu/	Instituição
	Neilton Fidelis	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE-UFRJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.coppe.ufrj.br/	Instituição
	Paulo Vaz	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://ufrj.br/	Instituição

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS								
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA	
Consultores	Rogério da Costa	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	São Paulo	São Paulo	Brasil	https://www.pucsp.br/	Instituição	
	Suzana Herculano Houzel	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://ufrj.br/	Instituição	
	Thomas Lewinsohn	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Campinas	São Paulo	Brasil	http://www.unicamp.br/unicamp/	Instituição	
Consultores do Amanhã								
Consultores	Carlos Nobre	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)	São José dos Campos	São Paulo	Brasil	http://www.inpe.br/	Instituição	
	Jorge Wagensberg	CosmoCaixa	Barcelona	Catalunha	Espanha	https://cosmocaixa.es/es/cosmocaixa-barcelona	Empresa	
	Michio Kaku	New York University (NYU)	Nova York	Nova York	Estados Unidos	https://www.nyu.edu/	Instituição	
	Paulo Mendes da Rocha			São Paulo	São Paulo	Brasil		Pessoa Física
	Sérgio Besserman	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.puc-rio.br/index.html	Instituição	

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Laboratório das Atividades do Amanhã							
Concepção	Ronaldo Lemos	Museu do Amanhã	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://museudoamanha.org.br/	Instituição
	Alê Youssef						
	José Marcelo Zacchi						
Colaboradores	Alexandre Ribenboim						
	Leo Feijó						
	José Augusto Figueiredo						
Observatório do Amanhã							
Responsáveis	Charles Kent	Museu do Amanhã	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://museudoamanha.org.br/	Instituição
	Mayra Nobre						
Fundação Roberto Marinho							
Relação com Parceiros, Comunicação e Assessoria de Imprensa	Hugo Sukman	Fundação Roberto Marinho	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.frm.org.br/	Empresa
	Julia Ribeiro						
	Julianna Guimarães						
	Luciana Gondim						
	Renata Couto						
	Rodrigo Cobra						

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Administração, Suporte Técnico e Jurídico	Ana Érika Marques	Fundação Roberto Marinho	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.frm.org.br/	Empresa
	Ana Luiza Bernat						
	Aparecida Lacerda						
	Carlos Carletto						
	Carolina Xavier						
	Cassia de Oliveira						
	Christian Mouron						
	Eduardo Rogienfisz						
	Fábio Gomes						
	Fernanda Ruffo						
	Gustavo Bastos						
	Helayne Almada						
	Larissa Graça						
	Leandro Vieira						
	Leticia Barbosa						
	Lucia Madeira						
Luis Augusto Ferreti Pinheiro							
Luiz Henrique Cordeiro							

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Administração, Suporte Técnico e Jurídico	Marco Francesco	Fundação Roberto Marinho	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.frm.org.br/	Empresa
	Patrícia Sales						
	Regina de Paula Vasconcelos						
	Severino Jauhar						
	Solange Lemos						
	Vanessa Kronenberger						
Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S.A. - CDURP							
Diretor Presidente	Alberto Gomes Silva	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S.A. - CDURP	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portomaravilha.com.br/cdurp	Empresa
Diretor Administrativo e Financeiro	Sergio Lopes Cabral						
Diretor de Operações	Luiz Carlos de Souza Lobo						
Superintendente de Desenvolvimento Econômico e Social	Rogério Machado Riscado						
Fiscalização Técnica	Arnaldo Camões						
	Fabíola Amaral						
	Walber Correa						

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Administração e Suporte Jurídico	Carlos Silva	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S.A. - CDURP	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portomaravilha.com.br/cdurp	Empresa
	Gabriela Beluomini Alves Cruzeiro						
Comunicação / Assessoria de Imprensa	Clarice Tenório Barretto						
	Luciene Braga						
AGRADECIMENTOS							
Colaboradores	American Association for the Advancement of Science (AAAS)		Washington DC	Maryland	Brasil	https://www.aaas.org/	Instituição
	André Gravata		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://escolatransformadoras.com.br/ativador/andre-gravata/	Pessoa Física
	André Rodrigo Rech	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Campinas	São Paulo	Brasil	http://www.unicamp.br/unicamp/	Instituição
	Antonio Grosso		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.opapeldaarte.com.br/grosso-antonio/	Pessoa Física
	Bernadro Sorj	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://ufrj.br/	Instituição
	Bruna Franchetto	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://ufrj.br/	Instituição
	Celso Cunha	Planetário do Rio	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.planetariodorio.com.br/	Instituição

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Colaboradores	Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)		Paris	Ilha de França	França	http://www.cnrs.fr/	Instituição
	Cleofas Uchoa		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física
	Companhia das Letras		São Paulo	São Paulo	Brasil	https://www.companhiadasletras.com.br/	Empresa
	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)		Brasília	Distrito Federal	Brasil	www.cnpq.br/	Instituição
	Conservation International (CI)		Arlington	Virgínia	Estados Unidos	https://www.conservation.org/Pages/default.aspx	Instituição
	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE-UFRJ)		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.coppe.ufrj.br/	Instituição
	Diego Vaz Bevilaqua	Museu da Vida (FIOCRUZ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.museudavida.fiocruz.br/	Instituição
	Eduardo Spinazzola	Spinazzola e Gitahy Arquitetura	São Paulo	São Paulo	Brasil	https://www.facebook.com/pages/Spinazzola-e-Gitahy-Arquitetura/981119875315502	Instituição
	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)		Brasília	Distrito Federal	Brasil	https://www.embrapa.br/	Instituição
	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/	Instituição
European Network of Science Centres and Museums (ECSITE)		Bruxelas	Bruxelas	Bélgica	https://www.ecsite.eu/	Instituição	

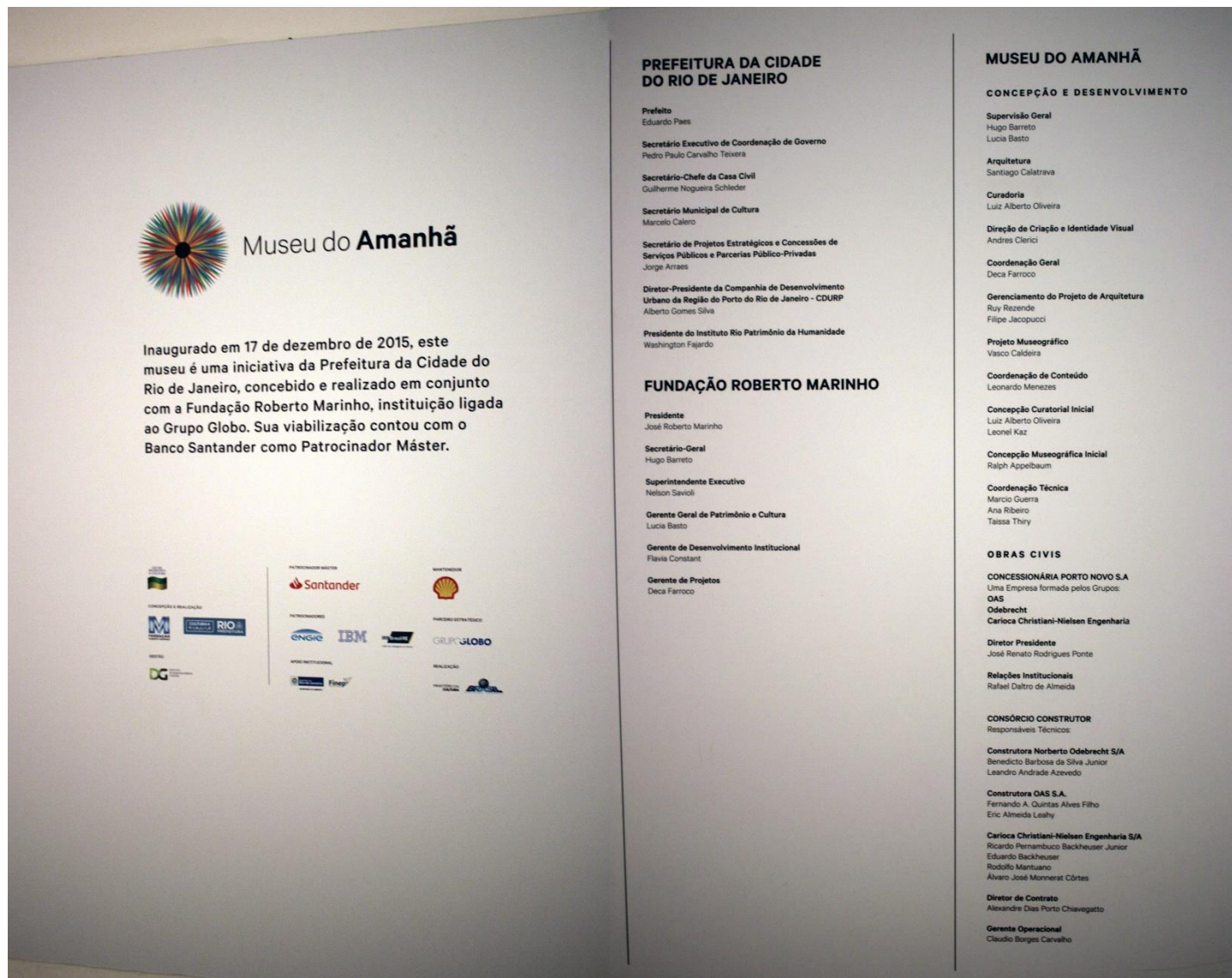
INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Colaboradores	European Space Agency (ESA)		Paris	Ilha de França	França	https://www.esa.int/ESA	Instituição
	Fernando Vieira	Planetário do Rio	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.planetariodorio.com.br/	Instituição
	Franklin David Rumjanek	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://ufrj.br/	Instituição
	Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://portal.fiocruz.br/	Instituição
	Planetário do Rio		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.planetariodorio.com.br/	Instituição
	Gustavo Schmidt		São Paulo	São Paulo	Brasil		Pessoa Física
	Global Footprint Network		Oakland	Califórnia	Estados Unidos	https://www.footprintnetwork.org/	Instituição
	Humberto Baranek		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física
	Institut National d'Études Demographiques (INED)		Paris	Ilha de França	França	https://www.ined.fr/	Instituição
	Instituto Astronômico e Geofísico (IAG/USP)		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.iag.usp.br/	Instituição
	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://ww2.ibge.gov.br/home/	Instituição
Instituto Ciência Hoje (ICH)		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://cienciahoje.org.br/	Instituição	

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Colaboradores	Instituto de Aeronáutica e Espaço - IAE/CTA		São José dos Campos	São Paulo	Brasil	http://www.iae.cta.br/	Instituição
	Instituto Internacional de Neurociências de Natal		Natal	Rio Grande do Norte	Brasil	http://www.institutosantosdumont.org.br/instituto-neurociencias/	Instituição
	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)		São José dos Campos	São Paulo	Brasil	www.inpe.br	Instituição
	Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC/ONU)		Genebra	Romandia	Suíça	http://www.ipcc.ch/	Instituição
	International Council for Science (ICSU)		Paris	Ilha de França	França	https://council.science/	Instituição
	International Energy Agency (IAE)		Paris	Ilha de França	França	https://www.iea.org/	Instituição
	International Labor Organization (ILO)		Genebra	Romandia	Suíça	https://www.ilo.org/	Instituição
	International Union for the Conservation of Nature (IUCN)		Gland	Cantão de Vaud	Suíça	https://www.iucn.org/	Instituição
	Jack Camelq		Brasília	Distrito Federal	Brasil		Pessoa Física
	Jane da Costa Valentim Rego	Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://portal.fiocruz.br/	Instituição
	Kelsey Livingston		Washington DC	Maryland	Estados Unidos		Pessoa Física

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Colaboradores	Lorayne Paes		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física
	Maria Borba		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física
	Mariana Villela		São Paulo	São Paulo	Brasil		Pessoa Física
	Marisa Bueno		São Paulo	São Paulo	Brasil		Pessoa Física
	Max Planck Institute for Biogeochemistry		Jena	Turíngia	Alemanha	https://www.bgc-jena.mpg.de/index.php/Main/HomePage	Instituição
	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)		Brasília	Distrito Federal	Brasil	http://www.mctic.gov.br/portal	Instituição
	Museu da Pessoa		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.museudapessoa.net/pt/home	Instituição
	Museu da Vida (FIOCRUZ)		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.museudavida.fiocruz.br/	Instituição
	Museu Nacional (UFRJ)		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.museunacional.ufrj.br/	Instituição
	NASA		Washington DC	Maryland	Estados Unidos	https://www.nasa.gov/	Instituição
	National Geographic Society		Washington DC	Maryland	Estados Unidos	https://www.nationalgeographic.org/	Instituição
	National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA)		Silver Spring	Maryland	Estados Unidos	http://www.noaa.gov/	Instituição
	Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP)		Campinas	São Paulo	Brasil	http://www.nepo.unicamp.br/	Instituição

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Colaboradores	Ricardo Dobrovolski	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Campinas	São Paulo	Brasil	http://www.unicamp.br/unicamp/	Instituição
	Ricardo Waizbort	Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://portal.fiocruz.br/	Instituição
	Roscosmos		Moscou	Distrito Federal	Russia	http://en.roskosmos.ru/	Instituição
	Scientific American Brasil		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www2.uol.com.br/sciam/	Empresa
	The Wylie Agency		Nova York	Nova York	Estados Unidos	http://www.wylieagency.com/	Empresa
	UNESCO		Paris	Ilha de França	França	https://en.unesco.org/	Instituição
	United Nations Environment Programme (UNEP)		Nairóbi	Nairóbi	Quênia	https://www.unenvironment.org/	Instituição
	United States Geological Survey (USGS)		Reston	Virgínia	Estados Unidos	https://www.usgs.gov/	Instituição
	Vinícius Lourenço de Brito	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Campinas	São Paulo	Brasil	http://www.unicamp.br/unicamp/	Instituição
	World Bank - Development Data Group		Washington DC	Maryland	Estados Unidos	https://data.worldbank.org/	Instituição

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
		World Health Organization (WHO)	Genebra	Romandia	Suíça	http://www.who.int/	Instituição
		World Resources Institute (WRI)	Washington DC	Maryland	Estados Unidos	http://www.wri.org/	Instituição
		World Wide Fund for Nature / World Wildlife Fund (WWF)	Washington DC	Maryland	Estados Unidos	https://www.worldwildlife.org/	Instituição
		Worldometers	Londres	Grande Londres	Inglaterra	http://www.worldometers.info/	Empresa
		Yann Arthus-Bertrand	Paris	Ilha de França	França	http://www.yannarthusbertrand.org/	Pessoa Física



APÊNDICE 3

Detalhe do Painel usado no circuito espacial produtivo, localizado no Hall do Museu do Amanhã.

PARTE 1

Fonte: Laura De Bona, 2018.

Gerente de Produção
Edilson da Cruz Costa

Gerente de Engenharia
Fábio Castro

Engenheiro de Produção
João Carlos Albuquerque
Bruno César Campanha

Coordenação do Projeto
Marcella Fanchin

Arquiteto Urbanista
César Feliciano

Mestre de Obras
Antonio Anselmo Azevedo

PROJETOS TÉCNICOS E CONSULTORIAS

ARQUITETURA E MUSEOGRAFIA

Estrutura Metálica
Projeto Alpha
Santiago Calatrava LLC

Estrutura Concreto
ENGETI Engenharia

Luminotécnica
LD Studio

Sonorização
Audium – Audio e Acústica

Ar Condicionado e Ventilação Mecânica
Consultar Engenharia

Certificação Leed
Casa do Futuro.com Tecnologia Ltda.

Instalações Elétricas e Especiais
Lumens Engenharia

Instalações Prediais
JLP Engenharia

Paisagismo
Burlle Marx & Cia Ltda.

Fundações e Contensões
Infraestrutura Engenharia

Combate a Incêndio
Dimensional

Acústica
Harmonia Acústica

Fluxo
Bosco e Associados Ltda.

Vidros e Esquadrias
QMD Engenharia

Impermeabilização
Cetimper Engenharia

Manutenção de Fachada
PB Soluções

Sistema Fotovoltaico
EBEA

Consultoria Concreto
WFO Concreto

Consultoria Resíduos Sólidos
Ambiente Responsável

Pavimentação
TecPav Engenharia

Identidade Visual
ORB LLC

Projeto de Mobiliário
Ivan Rezende Arquitetura

Programa Educativo
Percebe Pesquisa, Consultoria e Treinamento Educacional

Assessoria de Imprensa
Approach Comunicação

Consultoria de Comunicação
Luis Marcelo Mendes

Plano Museológico
Expornus

PRODUÇÃO MUSEOGRÁFICA

Conceito, Design e Direção da Museografia
ORB LLC
Direção de Criação e Projeto: Andres Clerici
Direção de Arte e Design: Sean Callen
Design Gráfico: Coca Albers
Design 3D: Carlos Mauricio Rodriguez
Consultoria em Experiential Media Design: Mona Kim

Desenvolvimento do Projeto
Vasco Caldeira
Karon Docho
Laila Santiago
Maria Fernanda Miserochi
Zildete Mesquita

Direção de Tecnologia
SuperUber
Russ Rive
Tommy Lindstrém
Gabriela Castro

Interativos
32Bits
Daniel Morena
Nei Carames
Danilo Medeiros

Sistema de Atualização de Conteúdo
Radix
Luiz Rubião
Paulo Armando
Aline Pinheiro
SuperUber
Tommy Lindstrém
Pedro Rezende

Música Original e Sonoplastia
ARPX Audio
Lucas Marcier

Redação
Maurício Lissovsky
Marcelo Garcia
Simone Evangelista
Marcio Vianina
Alvaro Campos
Marcelo Gluz
Isadora Marinho
Alessandra de Paula

Pesquisa Interativos
Evgeniya Kalatukhina
André Besserman
Luana Furtado
Sofia Moutinho

Revisão e Traduções
Ailines Translation Services
Alexandra de Vries
Daniel Pereira Maciel
Antonio Ribeiro
Fernando Campos Leza
Florisvaldo Machado
Micheline Christophe
Ana van Eersel
Ana Grillo
Rosa Elena

Programa de Acessibilidade
Coordenação: Amanda Tojal
Audioguias: Hélio Ziskind
Ilustrações: Marcus Moraes
Objetos táteis: Alfonso Balestero
Relevos táteis e piso podotátil: Casa do Braille
Maquetes táteis: Dayse Tarricone

Projeto e Instalação Leds
LedWave

Instalações Elétricas e Especiais
NetSolutions

Impressões Gráficas
Fotofera

ESPAÇOS EXPOSITIVOS

COSMOS

Audiovisual
O2 Filmes
Direção: Ricardo Laganaro
Produção executiva: Fernando Meirelles e Janaina Augustin
Trilha sonora: Loud
Mixagem: O2 Som e FullMix

Fabricação e Montagem
Metro Cenografia
Mauro Coelho

Sigma Brasil
João Carlos Gomes Villasenor

Projeto e Instalação Projeção em Domo
VisualFarm
Alexis Anastasiou

TERRA

Cubo Matéria

Audiovisual – A Terra É Azul
Animação: Nuccobrain
Locução: Augusto Madeira

Audiovisual – Quatro Oceanos
Giros
Direção: Belisário Franca
Assistente de direção: Antonia Gama
Coordenação de produção: Cláudia Lima
Video design: Cubículo
Edição: Ana Paula Carvalho

Instalação Artística – Quatro Oceanos
Daniel Wurtzel

Cubo Vida

Audiovisual – Ecossistemas
Giros
Direção: Belisário Franca
Assistente de direção: Antonia Gama
Coordenação de produção: Cláudia Lima
Criação de motion design: Rogério Costa

Colorista: Tomás Magariños
Video mapping: SuperUber

Fotos e Imagens Baía de Guanabara
Cristian Dimitrius

Audiovisual – DNA
Animação: Beeld
Locução: Augusto Madeira

Cubo Pensamento

Audiovisual – Cérebro
Animação: Nuccobrain
Locução: Augusto Madeira

Instalação Visual – Cérebro
SuperUber
Alvaro Machado Dias
Henrique Tenao Akiba
Eduardo Oda
Jilvan Pinheiro de Souza Júnior

Instalação – Cultura
Pesquisa de imagens: Rossa Duque, Coca Albers e Sebastian Häzlet
Trilhas sonoras e sonorização: ARPX Audio
Pesquisa de áudio: Isabela Mota

Fabricação e Montagem
Panas! Cenografia
Sergio Marimba
Claudia Torres
Mirella Lima

ANTROPOCENO

Audiovisual – Totens
Conspiração Filmes
Direção: Vicente Kubrusly
Codireção: Melissa Flores
Direção executiva: Renata Brandão e Murilo Saroldi
Roteiro: Carolina Albuquerque
Montagem: Breno Fortes
Música original: Berna Ceppas
Software: SuperUber
Carlos Oliveira e Antonio Hofmeister

Audiovisual – Cavernas
TV Zero

Direção: Roberto Berliner e Leonardo Domingues
Produção executiva: Rodrigo Letier e Leo Ribeiro
Pesquisa: Patricia Pamplona, Ficheiro Pesquisa
Pós-produção: Anna Julia Werneck, Julia Favero
Edição: Beatriz Cavalcanti
Arte gráfica: Marcelo Pereira, Tecnopop
Notícias: Globonews

Fabricação e Montagem
Engecusto Indústria e Montagem
Fernando A. Rocha

AMANHÃS

Entrevistas
Cinerama Brasilis
Direção: Victor Lopes
Produção: Mario Nakamura
Produção executiva: Monique Bodin
Direção de fotografia: Markão Oliveira e Pedro Faerstein

Sociedade

Audiovisual – Sociedade
Beeld
Software: SuperUber
Tommy Lindstrém
Harrison Mendonça

APÊNDICE 3

Detalhe do Painel usado no circuito espacial produtivo, localizado no Hall do Museu do Amanhã.

PARTE 2

Fonte: Laura De Bona, 2018.

Jogo Pegada Ecológica
328hs Criações Digitais.

Planeta

Audiovisual – Planeta
Beeld

Jogo das Civilizações
SuperUber
Russ Rive
Carlos Oliveira

Humano

Audiovisual – Humano

Academia de Filmes
Direção: Tadeu Jungle
Produção executiva: Camilla Mouri
Coordenação de montagem: Francisco Ruiz
Videografama e edição: Marta Rubia
Conteúdo: Beto Largman

Jogo Humano do Amanhã

Donaranha
Direção geral: Marcelo Tas
Direção de arte: Ricardo Gimenes
Conteúdo: Ludmila Tavares
Design e programação: Julio Almeida e Ludmila Carvalho

Fabricação e Montagem

Cinemas
Fabio Mariano
Sigma Brasil
Joao Carlos Gomes Villasenor

NÓS

Experiência Som e Luz

Mônica Lobo
Lucas Marcelo
Muti Randolph
Sala 28

Texto

Livro: Atlas
Poesia: "O Deserto"
Autor: Jorge Luis Borges com Maria Kodama
Editora: Companhia das Letras

Fabricação e Montagem

Ita Construtora
Hélio Olga
Marcus Vinicius Lima

Instalação Luminotécnica

Philips

Manuscritos

Maria Bernardes

CONSULTORES DE CONTEÚDO

COSMOS E TERRA

Alexandre Cherman – Planetário do Rio
Eliana Beluzzo – USP
Eliane Canedo
Gilvan Sampaio de Oliveira – INPE
Julia Reid – INPE
Henrique Lins de Barros – CBPF
Luiz Fernando Dias Duarte – Museu Nacional
Maria Alice dos Santos Alves – UERJ
Mayana Zatz – USP

ANTROPOCENO E AMANHÃS

Adriana Cailla – UFF
Alexandre Kalache – OMS
Andrew Hessel – Singularity University
Benilton Bezerra Jr. – UERJ
David Zee – UERJ
Fátima Portillo – UFRRJ
Jorge Lopes – INT
José Augusto Pádua – UFRJ
Luiz Pinguelli Rosa – COPPE-UFRJ
Marcelo Gleiser – Dartmouth College
Marco Glezerin Pereira – COPPE-UFRJ
Miguel Nicolelis – Duke University
Neilton Fidelo – COPPE-UFRJ
Paulo Vaz – UFRJ
Rogério da Costa – PUC-SP
Suzana Merculiano-Houzel – UFRJ
Thomas Lewinsohn – Unicamp

CONSULTORES DO AMANHÃ

Carlos Nobre – INPE
Jorge Wagensberg – CosmoCaixa
Michio Kaku – NYU
Paulo Mendes da Rocha
Sérgio Besserman – PUC-RIO

LABORATÓRIO DAS ATIVIDADES DO AMANHÃ

Concepção

Ronardo Lemos
Alié Yousef
José Marcelo Zacchi

Colaboradores

Alexandre Ribenboim
Leo Feijó
José Augusto Figueiredo

OBSERVATÓRIO DO AMANHÃ

Charles Kent
Mayra Nobre

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Relação com Parceiros, Comunicação e Assessoria de Imprensa

Hugo Sukman
Julia Ribeiro
Julianne Guimarães
Luciana Gondim
Renata Couto
Rodrigo Cobra

Administração, Suporte Técnico e Jurídico

Ana Érika Marques
Ana Luíza Berhat
Aparecida Lacerda
Carlos Carletto
Carolina Xavier
Cassia de Oliveira
Christian Mouron
Eduardo Rogienfisz
Fábio Gomes
Fernanda Ruffo
Gustavo Bestos
Heliayra Almeida
Larissa Graça
Leandro Vieira
Letícia Barbosa
Lucia Medeiros
Luiz Augusto Ferreti Pinheiro
Luiz Henrique Condeiro
Marco Francesco

Patrícia Sales
Regina de Paula Vasconcelos
Severino Jauhar
Solange Lemos
Vanessa Kronenberger

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA REGIÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO S.A. – CDURP

Diretor-Presidente

Alberto Gomes Silva

Diretor Administrativo e Financeiro

Sergio Lopes Cabral

Diretor de Operações

Luiz Carlos de Souza Lobo

Superintendente de Desenvolvimento Econômico e Social

Rogério Machado Riscado

Fiscalização Técnica

Arnaldo Camões

Fabiola Amaral

Walber Correa

Administração e Suporte Jurídico

Carlos Silva

Gabriela Beluomini Alves Cruzeiro

Comunicação / Assessoria de Imprensa

Clarice Tendório Barretto

Luciene Braga

GESTÃO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG

Presidente do Conselho de Administração

Fred Arruda

Diretor Presidente

Ricardo Piquet

Curador Geral

Luiz Alberto Oliveira

Diretoria de Conteúdo

Alfredo Tolmasquim

LAA - Laboratório de Atividades do Amanhã

Marcela Sabino

Observatório do Amanhã & Conteúdo

Leonardo Menezes

Educação

Melina Almada

Diretoria de Operações & Finanças

Henrique Oliveira

Operações

Uli Rentschler

Administrativo & Financeiro

Carlos Mineiro

Jurídico

Caroline Carvalho

Diretoria de Desenvolvimento de Públicos

Alexandre Fernandes Filho

Relações Comunitárias

Laura Toves

Comunicação

Rafael Veras

Eventos

Bruno Stehling

Pesquisa & Engajamento de Públicos

Dino Swiek

Diretoria de Planejamento & Gestão

Vinicius Capillé

Planejamento

Maira Costa

Tecnologia de Informação

Eric Ribero

Compliance

Marcia Carneiro

Diretoria Captação de Recursos

Renata Salles

Relacionamento com Parceiros

Maria Helena Gonçalves

Comercial

Maria Garibaldi

APÊNDICE 3

Detalhe do Painel usado no circuito espacial produtivo, localizado no Hall do Museu do Amanhã.

PARTE 3

Fonte: Laura De Bona, 2018.

APÊNDICE 4

Quadro produzido para o exercício analítico referente ao circuito espacial produtivo do Sítio Arqueológico Cais do Valongo.

ORDEM TÉCNICA CONSTRUTIVA							
INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Grupo de Trabalho responsável pela preparação da candidatura:							
Coordenador (Antropólogo)	Milton Guran	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Niterói	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.uff.br/	Instituição
Arquiteto	José Pessoa	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Niterói	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.uff.br/	Instituição
Historiadora	Mônica Lima	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://ufrj.br/	Instituição
Arqueóloga	Rosana Najjar	IPHAN	Brasília	Distrito Federal	Brasil	http://portal.iphan.gov.br/	Instituição
Equipe Técnica							
Historiadora da Arte	Til Pestana	Centro Lucio Costa (IPHAN)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://portal.iphan.gov.br/clc	Instituição
Técnicos	Laura Di Blasi	IRPH	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/web/irph	Instituição
	Henrique Fonseca						
	Juliana Oakim						

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Técnicos	Manoela Ganem	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portomaravilha.com.br/cdurp	Empresa
Relações Internacionais	Pedro Vicente Bittencourt	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/web/relacoesinternacionais	Instituição
Arqueólogas	Guadalupe Campos	IPHAN	Brasília	Distrito Federal	Brasil	http://portal.iphan.gov.br/	Instituição
	Carolina Guedes	Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)	Santos	São Paulo	Brasil	http://www.novo.unimes.br/	Instituição
	Renata Jardim		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física
Arquitetos	Guilherme Meirelles Mattos	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://ufrj.br/	Instituição
	Paula Donegá		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física
Historiadores	Claudio Honorato	Instituto Pretos Novos (IPN)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://pretosnovos.com.br/	Instituição
	Daniela Yabeta	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Niterói	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.uff.br/	Instituição

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Fotógrafo	João Maurício Bragança		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física
Conselho Consultivo	Alberto Gomes da Silva	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portomaravilha.com.br/cdurp	Empresa
	Alberto Vasconcellos da Costa e Silva	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/AVCSilva.html	Instituição
	Amauri Mendes Pereira	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Seropédica	Rio de Janeiro	Brasil	http://institutos.ufrj.br/ie/	Instituição
	Carlos Eugênio Libano Soares	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Salvador	Bahia	Brasil	https://www.ufba.br/	Instituição
	Cláudia Rios	Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Instituição
	Damião Braga	ARQPEDRA - Quilombo Pedra do Sal	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Conselho Consultivo	Dulce Mendes de Vasconcelos	COMDEDINE- Conselho Municipal em Defesa do Direito do Negro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://comdedinerj.blogspot.com/2012/11/presidenta-do-comdedine-recebera.html	Pessoa Física
	Elisa Larkin Nascimento	Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://ipeafro.org.br/	Instituição
	Giovanni Harvey	COMDEDINE- Conselho Municipal em Defesa do Direito do Negro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://comdedinerj.blogspot.com/2012/11/presidenta-do-comdedine-recebera.html	Pessoa Física
	Hebe Mattos	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Niterói	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.uff.br/	Instituição
	Helena Bomeny	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.uerj.br/	Instituição
	Henrique Fonseca	IRPH - Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/web/irph	Instituição

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Conselho Consultivo	Ivanir dos Santos	Centro de Articulação de População Marginalizada	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://ceap-20anos.blogspot.com/	Pessoa Física
	Joel Rufino (In memoriam)		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://joelrufinodossantos.com.br/paginas/biografia.asp	Pessoa Física
	José Pessoa	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Niterói	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.uff.br/	Instituição
	Jurema Machado	IPHAN	Brasília	Distrito Federal	Brasil	http://portal.iphan.gov.br/	Instituição
	Keila Grinberg	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://ufrj.br	Instituição
	Laudemar Aguiar	Relações Internacionais - Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/web/relacoesinternacionais	Instituição
	Laura Di Blasi	IRPH - Instituto Rio Patrimônio da Humanidade	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/web/irph	Instituição

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Conselho Consultivo	Lelette Coutto	CEPPIR-RJ - Coordenadoria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/	Instituição
	Luiz Philippe Torelly	IPHAN	Brasília	Distrito Federal	Brasil	http://portal.iphan.gov.br/	Instituição
	Manoel Vieira	INEPAC	Petrópolis	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.inepac.rj.gov.br/	Instituição
	Luciane Barbosa	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Nova Iguaçu	Rio de Janeiro	Brasil	http://r1.ufrj.br/leafroneabi/	Instituição
	Manolo Garcia Florentino	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://ufrj.br	Instituição
	Marcelo Calero	Secretaria Municipal de Cultura - Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/web/smc	Instituição

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Conselho Consultivo	Márcia Pessanha	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Niterói	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.uff.br/	Instituição
	Mariza de Carvalho Soares	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Niterói	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.uff.br/	Instituição
	Martha Abreu	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Niterói	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.uff.br/	Instituição
	Merced Guimarães	Instituto Pretos Novos (IPN)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://pretosnovos.com.br/	Instituição
	Milton Guran	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Niterói	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.uff.br/	Instituição
	Monica da Costa	IPHAN - Superintendência para o Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://portal.iphan.gov.br/	Instituição
	Mônica Lima	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://ufrj.br/	Instituição

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Conselho Consultivo	Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro	IPHAN - Superintendência para o Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://portal.iphan.gov.br/	Instituição
	Paulo Herkenhoff	Museu de Arte do Rio (MAR)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.museudeartedorio.org.br/pt-br	Instituição
	Paulo Knauss	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Niterói	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.uff.br/	Instituição
	Pedro Vicente Bittencourt	Relações Internacionais - Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/	Instituição
	Robson Bento Outeiro		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	www.robsonouteiro.com/	Pessoa Física
	Rosana Najjar	IPHAN	Brasília	Distrito Federal	Brasil	http://portal.iphan.gov.br/	Instituição
	Tania de Andrade Lima	Museu Nacional (UFRJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.museunacional.ufrj.br/	Instituição
	Til Pestana	Centro Lucio Costa (IPHAN)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://portal.iphan.gov.br/clc	Instituição

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Conselho Consultivo	Washington Fajardo	IRPH - Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/web/irph	Instituição
Design	Mel Guerra		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://melguerra.com/	Pessoa Física
Tradução	Rebecca Atkinson	Albion Idiomas	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.albionidiomas.com.br/index.html	Empresa
Agradecimentos	Moradores da Região do Porto e Entidades Representativas						Pessoa Física
	Fundação Palmares		São Paulo	São Paulo	Brasil	http://www.palmares.gov.br/	Instituição
	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/	Instituição
Medidas de Proteção							
Proteção e Conservação do Patrimônio Arqueológico e Cultural Brasileiro	IPHAN	Governo Federal	Brasília	Distrito Federal	Brasil	http://portal.iphan.gov.br/	Instituição

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Proteção e Conservação do Patrimônio Cultural do Estado	INEPAC	Governo Estadual do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.inepac.rj.gov.br/	Instituição
Proteção e Conservação do Patrimônio cultural da Cidade do Rio de Janeiro	IRPH	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/web/irph	Instituição
Implementação e Gestão da Operação Urbana Consorciada de revitalização da área portuária	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP)		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portomaravilha.com.br/cdurp	Empresa
Concessionária de Energia elétrica do Município do Rio de Janeiro	Light		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.light.com.br/grupo-light/SitePages/default.aspx	Empresa
Concessionária da PPP responsável pela execução das obras e prestação de serviços da OUC Porto Maravilha	Concessionária Porto Novo		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portonovosa.com/	Empresa

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Promoção de ações positivas nas políticas de igualdade racial	CEPPIR		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://pt-br.facebook.com/ceppirrio	Instituição
Entidade privada sem fins lucrativos com objetivo de fomentar o empreendedorismo e a formalização de pequenas e micro empresas	SEBRAE/RJ		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/rj?codUf=20	Instituição
Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro, responsável pelas políticas de promoção da atividade turística na cidade	RIOTUR	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/riotur	Instituição
ONG criada para divulgar e conservar o sítio arqueológico do Cemitério dos Pretos Novos	Instituto Pretos Novos (IPN)		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://pretosnovos.com.br/	Instituição

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Comunidade da sociedade civil organizada em torno da titulação pelo Estado do quilombo já reconhecido na área da Pedra do Sal	Quilombo Pedra do Sal		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física
Agremiação civil de matriz cultural africana	AFOXÉ Filhos de Gandhi		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://pt-br.facebook.com/Filhosdegandirjoficial/	Pessoa Física
Conselho Municipal de Defesa dos direitos dos Negros	COMDEDINE	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www0.rio.rj.gov.br/comdedine/	Pessoa Física
Empresa não governamental com o objetivo de capacitar economicamente a população negra do Rio de Janeiro	Incubadora Afro Brasileira		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://codemec.org.br/geral/incubadora-afro-brasileira/	Empresa
Rede de representação de artistas produtores e instituições culturais da região do Porto do Rio de Janeiro	Conselho de Cultura do Porto		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Planos existentes na Região							
Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro	Secretaria Municipal de Urbanismo	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/web/smu	Instituição
Operação Urbana Porto Maravilha	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP)		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portomaravilha.com.br/cdurp	Empresa
	IRPH	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/web/irph	Instituição
Programa Novas Alternativas	Secretaria Municipal de Habitação	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/	Instituição
PHIS - PORTO	IRPH	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/web/irph	Instituição
	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP)		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portomaravilha.com.br/cdurp	Empresa
Pro-APAC Porto	IRPH	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/web/irph	Instituição
	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP)		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portomaravilha.com.br/cdurp	Empresa
Plano de Mobilidade Urbana Sustentável	Secretaria Municipal de Transportes	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/web/smtr/	Instituição
SEBRAE no Porto	SEBRAE/RJ		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/rj?codUf=20	Instituição

ORDEM ECONÔMICA							
INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
REALIZAÇÃO							
Realização	Dilma Vana Rousseff Linhares	Governo Federal	Brasília	Distrito Federal	Brasil	http://www.brasil.gov.br/	Instituição
	Juca Ferreira	Ministério da Cultura	Brasília	Distrito Federal	Brasil	http://www.cultura.gov.br/	Instituição
	Eduardo Paes	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/	Instituição
Prefeitura do Rio de Janeiro							
Secretário Municipal de Cultura	Marcelo Calero	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/web/smc	Instituição
Relações Internacionais	Laudemar Aguiar	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/web/relacoesinternacionais	Instituição
IRPH - Instituto Rio Patrimônio da Humanidade	Washington Fajardo	IRPH - Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/web/irph	Instituição

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
CDURP – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto	Alberto Silva	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portomaravilha.com.br/cdurp	Empresa
CEPPIR-RJ - Coordenadoria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Rio de Janeiro	Lelette Couto	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/	Instituição
IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional							
Presidente	Jurema Machado	IPHAN	Brasília	Distrito Federal	Brasil	http://portal.iphan.gov.br/	Instituição
Diretor de Coordenação e Fomento	Luiz Philippe Peres Torelly						
Diretor de Patrimônio Material	Andrey Rosenthal Schlee						
Diretor de Patrimônio Imaterial	TT Catalão						
Diretor de Planejamento e Administração	Marcos José da Silva Rego						
Diretor do PAC Cidades Históricas	Robson Antônio de Almeida						

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Assessor de Relações Internacionais	Marcelo Brito	IPHAN	Brasília	Distrito Federal	Brasil	http://portal.iphan.gov.br/	Instituição
Diretora do Centro Lucio Costa	Jurema Kopke Eis Arnaut	Centro Lucio Costa (IPHAN)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://portal.iphan.gov.br/clc	Instituição
Superintendente para o Estado do Rio de Janeiro (interina)	Mônica da Costa	IPHAN	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://portal.iphan.gov.br/	Instituição
Planos de Gestão do Bem							
Projeto de Drenagem e Controle do Lençol Freático	Concessionária Porto Novo		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portonovosa.com/	Empresa
Gestão de Resíduos e conservação de Áreas Verdes	Concessionária Porto Novo		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portonovosa.com/	Empresa
Rebaixamento da fiação elétrica e retirada dos postes na área do sítio arqueológico	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP)		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portomaravilha.com.br/cdurp	Empresa
Implantação do sistema de transportes VLT	Light		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.light.com.br/grupo-light/SitePages/default.aspx	Empresa

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Implantação de circuito de ciclovia na área do Porto	Parceria Público Privada		Não foi considerada por não haver especificação dos agentes envolvidos				
Construção de 8,4km de túneis	Concessionária Porto Novo		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portonovosa.com/	Empresa
Reurbanização de 70 km de vias e 650.000 m² de calçadas	Concessionária Porto Novo		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portonovosa.com/	Empresa
Implantação de aproximadamente 4km de vias exclusivas de pedestres	Concessionária Porto Novo		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portonovosa.com/	Empresa
Reconstrução de 700km de redes de infraestrutura urbana	Light		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.light.com.br/grupo-light/SitePages/default.aspx	Empresa
	CEG	Naturgy Energy Group S.A	Madrid	Madrid	Espanha	https://www.naturgy.com/en/home	Empresa
	Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE)	Governo do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.cedae.com.br/	Empresa
Projeto paisagístico do Sítio Cais do Valongo e do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana	IRPH	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/web/irph	Instituição

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
PROAPAC Porto	IRPH	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/web/irph	Instituição
	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP)		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portomaravilha.com.br/cdurp	Empresa
Plano de Habitação de Interesse Social no Porto Maravilha	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP)		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portomaravilha.com.br/cdurp	Empresa
	Secretaria Municipal de Habitação	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/	Instituição
Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/	Instituição
	Sociedade Civil		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física
	IPHAN	Governo Federal	Brasília	Distrito Federal	Brasil	http://portal.iphan.gov.br/	Instituição
	INEPAC	Governo Estadual do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.inepac.rj.gov.br/	Instituição
Institutos dos Pretos Novos	Sociedade Civil		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física
Quilombo Pedra do Sal	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/	Instituição
	Sociedade Civil		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Lavagem do Cais do Valongo	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/	Instituição
	Sociedade Civil		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física
Rio Walking Tours Pequena África	RIOTUR	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/riotur	Instituição
Memorial de visitação do Cais do Valongo	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.rio.rj.gov.br/	Instituição
	Governo Federal		Brasília	Distrito Federal	Brasil	http://www.brasil.gov.br/	Instituição
	Museu de Arte do Rio (MAR)		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.museudeartedorio.org.br/pt-br	Instituição
Projeto Sal do Samba	Quilombo Pedra do Sal		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física
SEBRAE no Porto	SEBRAE/RJ		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/rj?codUf=20	Instituição
	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP)		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portomaravilha.com.br/cdurp	Empresa
Distrito Criativo	Sociedade Civil		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física
	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP)		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	http://www.portomaravilha.com.br/cdurp	Empresa

ORDEM TÉCNICA DE CONTEÚDO							
INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Outras Entidades Envolvidas							
Lista de Patrimônio da Humanidade	UNESCO		Paris	Ilha de France	França	https://whc.unesco.org/en/list/	Instituição
Programas Internacionais relacionados à heranças africanas	Projeto Rota do Escravo: Resistência, Liberdade e Herança	UNESCO	Paris	Ilha de France	França	https://en.unesco.org/	Instituição
	Década das Pessoas de Descendência Africana	ONU	Nova York	Nova York	Estados Unidos	http://decada-afro-onu.org/	Instituição
	Base de dados sobre o comércio atlântico de africanos escravizados	Universidade de Emory	Atlanta	Georgia	Estados Unidos	www.slavevoyages.org	Instituição
Sociedade Civil	Sociedade Dramática Particular Filhos de Talma		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://www.facebook.com/Filhos-de-Talma-1455218821377462/	Pessoa Física
	RETRÔ PROJETOS		Santana	Goiás	Brasil	http://www.etu.ufrj.br/siaci/empresa/25	Empresa
Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana	Subsecretário do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design do Gabinete do Prefeito	Governo Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/decretos/d34803.pdf	Instituição
	Dulce Mendes de Vasconcellos	COMDEDINE-RIO	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana	Alberto Gomes Silva	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/decretos/d34803.pdf	Empresa
	Amaury Oliveira da Silva	Coordenador Especial de Promoção da Política de Igualdade Racial (GP/CEPPIR)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Instituição
	Amauri Mendes Pereira	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Seropédica	Rio de Janeiro	Brasil		Instituição
	Tania de Andrade Lima	Museu Nacional (UFRJ)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Instituição
	Giovanni Benigno Peirre da Conceição Harvey;	COMDEDINE- Conselho Municipal em Defesa do Direito do Negro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física
	Joselina da Silva	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Seropédica	Rio de Janeiro	Brasil		Instituição

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana	Vailson Silva		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil	https://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/decretos/d34803.pdf	Pessoa Física
	Rubens Confete		Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física
	Alberto Vasconcellos da Costa e Silva	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Brasil		Instituição
	Mãe Beata de Yemonjá - Beatriz Moreira Costa		Nova Iguaçu	Rio de Janeiro	Brasil		Pessoa Física
Projetos de referência							
Sítios relacionados à escravidão na África	Fortes e Castelos, Volta, Grande Acra		Acra	Grande Acra	Gana	https://whc.unesco.org/en/list/34	Instituição
	Ilha de Gorée		Dakar	Dakar	Senegal	https://whc.unesco.org/en/list/26	Instituição
	Cidade de Pedra de Zanzibar		Zanzibar	Unguja	Tanzânia	https://whc.unesco.org/en/list/173	Instituição
	Cidade Velha		Ribeira Grande de Santiago	Ilha de Santiago	Cabo Verde	https://whc.unesco.org/en/list/1310	Instituição
	Ilha Kunta Kinteh e Sítios Relacionados		Banjul	Ilha de Banjul	Gâmbia	https://whc.unesco.org/en/list/761	Instituição
	Aapravasi Ghat		Port Louis	Port Louis	Ilhas Maurício	https://whc.unesco.org/en/list/1227	Instituição
	Paisagem Cultural Le Morne		Le Morne	Península Le Morne	Ilhas Maurício	https://whc.unesco.org/en/list/1259	Instituição

INSTITUIÇÕES IDENTIFICADAS							
CATEGORIA	RESPONSÁVEL	EMPRESA / INSTITUIÇÃO	CIDADE	ESTADO	PAÍS	SITE	CATEGORIA
Sítios relacionados à escravidão na África	Feitoria de Cacheu		Cacheu	Cacheu	Guiné Bissau	https://www.uccla.pt/membro/cacheu	Instituição
	Portal do Não-Retorno		Uidá	Atlantique	Benin	http://www.focolare.org/pt/news/2018/09/20/a-porta-do-nao-retorno/	Instituição
Sítios relacionados à escravidão na América	Bridgetown		Bridgetown	Ilha de Barbados	Barbados	https://whc.unesco.org/en/list/1376	Instituição
	Havana Velha		Havana	Cidade de Havana	Cuba	https://whc.unesco.org/en/list/204	Instituição
	Sans Souci - Parque Histórico Nacional		Milot	Departamento do Norte	Haiti	https://whc.unesco.org/en/list/180	Instituição
Sítios relacionados à escravidão no Brasil	Centro Histórico de Salvador		Salvador	Bahia	Brasil	https://whc.unesco.org/en/list/309	Instituição
	Centro Histórico de São Luís		São Luís	Maranhão	Brasil	https://whc.unesco.org/en/list/821	Instituição
Sítios de Memória Sensível	Prisão de Robben Island		Cidade do Cabo	Cabo Ocidental	África do Sul	https://whc.unesco.org/en/list/916	Instituição
	Auschwitz-Birkenau		Auschwitz	Auschwitz	Polônia	https://whc.unesco.org/en/list/31	Instituição